



UNIVERSIDADE  
**CANDIDO MENDES**

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS  
DO RIO DE JANEIRO - IUPERJ

**PROGRAMA DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**RODRIGO CIRÍACO TJÄDER**

**DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DO BOLSONARISMO  
E SEU ESTABELECIMENTO NA PMERJ COMO CASO EXEMPLAR**

**RIO DE JANEIRO, 2022**

**RODRIGO CIRÍACO TJÄDER**

**DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA ASCENSÃO DO BOLSONARISMO  
E SEU ESTABELECIMENTO NA PMERJ COMO CASO EXEMPLAR**

Dissertação apresentada ao Instituto  
Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
(IUPERJ) da Universidade Cândido Mendes  
(UCAM) como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Sociologia  
Política.

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Estado e  
Participação Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Gracino Júnior.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte:

TJÄDER, R.

Deus, Pátria e Família: uma análise da ascensão do bolsonarismo e seu estabelecimento na PMERJ como caso exemplar /*Rodrigo Ciriaco Tjäder*.

Rio de Janeiro, 2022

169f.

Dissertação de mestrado – Curso de Sociologia Política, Área de Sociologia Política – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2022. Orientador: Prof. Dr. Paulo Gracino Jr.

1. Bolsonarismo 2. Polícia Militar 3. Ressentimento 4. Democracia 5. Política 6. Neoliberalismo

Nome: TJÄDER, Rodrigo Ciríaco

Título: Deus, Pátria e Família: uma análise da ascensão do bolsonarismo e seu estabelecimento na PMERJ como caso exemplar.

Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro para obtenção do título de mestre em Sociologia Política

Aprovado em:

Banca Examinadora:

**Orientador:** Professor Dr. Paulo Gracino Júnior, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, IUPERJ/ Universidade Candido Mendes.

**Membro interno:** Professor Dr. Rodrigo Monteiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, IUPERJ/ Universidade Candido Mendes.

**Membros externos:** Professora Dra. Débora Messemberg, Universidade de Brasília.

Professora Dra. Mayra Goulart, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*À minha filha Maria Fernanda.*

*Agradecimento especial ao amigo Vitor Valle  
incentivador e Luiz Augusto Vieira colaborador.*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o bolsonarismo e sua reverberação na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Para tanto, buscar-se-á identificar o perfil sociológico do policial militar do Rio de Janeiro, traçando as variáveis sociológicas que promovem a afinidade entre grande parte da corporação da PMERJ e o bolsonarismo. Como apontam os dados do *survey* aplicado junto à corporação, a adesão ao bolsonarismo é bastante significativa. Ao refletir sobre o desenvolvimento do bolsonarismo, interessa responder quando e por que o público policial militar da PMERJ aderiu a esse movimento? A análise dos dados será feita à luz da abordagem teórica sobre o populismo desenvolvido por Laclau e Mouffe, apoiado em uma pesquisa bibliográfica em literatura especializada e atualizada sobre o fenômeno estudado. Para a compreensão das variáveis que propicia a afinidade entre os PMs e o bolsonarismo, os conceitos de *ethos* guerreiro (ELIAS, 1993) e ressentimento (KEHL, 2011) serão mobilizados.

**Palavras-chave:** *populismo*, bolsonarismo, Polícia Militar, ressentimento, *ethos* guerreiro.

## ABSTRACT

The objective of this work is to analyze Bolsonarism and its reverberation in the Military Police of the State of Rio de Janeiro (PMERJ). To do so, we will seek to identify the sociological profile of the military police in Rio de Janeiro, tracing the sociological variables that promote the affinity between a large part of the PMERJ corporation and Bolsonarism. As the data from the survey applied to the corporation point out, adherence to Bolsonarism is quite significant. When reflecting on the development of Bolsonarism, it is interesting to answer when and why did the PMERJ military police public join this movement? Data analysis will be carried out in the light of the theoretical approach on populism developed by Laclau and Mouffe, supported by a bibliographical research in specialized and updated literature on the studied phenomenon. In order to understand the variables that propitiate the affinity between PMs and Bolsonarism, the concepts of warrior ethos (ELIAS, 1993) and resentment (KEHL, 2011) will be mobilized.

**Keywords:** populist studies, Military Police, resentment, bolsonarism, warrior *ethos*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – TEORIA DOS JOGOS.....	59
FIGURA 2 – SALÁRIO MÉDIO DE SOLDADOS E ALUNOS DA PMERJ EM INÍCIO DE CARREIRA.....	76
FIGURA 3 – CARTAZ DE UM CURSO PREPARATÓRIO DA PMERJ.....	77
FIGURA 4 – POLICIAIS MILITARES FEMININAS E O <i>ETHOS</i> GUERREIRO INTROJETADO	90
FIGURA 5 – PÁGINA OFICIAL DA PMERJ EM REDE SOCIAL.....	91
FIGURA 6 – DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO “HERÓIS DO RIO DE JANEIRO” .....	92
FIGURA 7 – CAMISETA À VENDA EM LOJA VIRTUAL, “DIREITA STORE” .....	102
FIGURA 8: TABELA PROPORCIONAL DE MARGEM DE ERRO .....	105
GRÁFICO 1 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO .....	76
GRÁFICO 2 – NA SUA OPINIÃO, O QUE PROPORCIONOU A CHEGADA DE BOLSONARO À.....	131
GRÁFICO 3 – O QUE O LEVOU A VOTAR EM JAIR BOLSONARO? .....	136

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUAL O SEU COMANDO INTERMEDIÁRIO?.....	106
TABELA 2 – QUAL SEU POSTO OU GRADUAÇÃO?.....	107
TABELA 3 – VOCÊ TRABALHA EM QUAL TIPO DE SERVIÇO NA PMERJ?.....	108
TABELA 4 – QUAL A SUA IDADE?.....	108
TABELA 5 – QUAL SEU GRAU DE INSTRUÇÃO/ ESCOLARIDADE? .....	109
TABELA 6 – QUAL SUA COR DE PELE? .....	109
TABELA 7 – QUAL SEU ESTADO CIVIL? .....	110
TABELA 8 – QUAL SUA RELIGIÃO? .....	112
TABELA 9 – JÁ VOTOU NO PT OU PARTIDOS DE ESQUERDA (OUTROS) ANTES DE 2018.....	113
TABELA 10 – VOTOU NO PT OU PARTIDOS DE ESQUERDA (OUTROS) EM 2018?.....	115
TABELA 11 – VOTOU EM BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2018?.....	116
TABELA 12 – JÁ VOTOU EM BOLSONARO ANTES DE 2018?.....	117
TABELA 13 – O QUANTO VOCÊ SE SENTE REPRESENTADO POLITICAMENTE PELO PRESIDENTE .....	121
TABELA 14 – VOCÊ ACHA QUE O BRASIL VIVE ATUALMENTE UMA CRISE POLÍTICA?.....	122
TABELA 15 – VOCÊ ACHA QUE BOLSONARO É O RESPONSÁVEL PELA CRISE POLÍTICA DO PAÍS .....	123
TABELA 16 – VOCÊ CONSIDERA JAIR BOLSONARO UM POLÍTICO COM POSICIONAMENTOS .....	126
TABELA 17 – COMO VOCÊ SE POSICIONA POLÍTICO-IDEOLOGICAMENTE? .....	127
TABELA 18 – VOTARIA NO PT OU PARTIDOS DE ESQUERDA EM UMA PRÓXIMA ELEIÇÃO?.....	129
TABELA 19 – VOTARIA EM BOLSONARO EM UMA PRÓXIMA ELEIÇÃO?.....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
APM	Academia de Polícia Militar D. João VI
BAC	Batalhão de Ações com Cães
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPChq	Batalhão de Polícia de Choque
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CPA	Comandos de Policiamento de Áreas
Doi-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GAT	Grupamento de Ações Táticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento do Passe Livre
OMS	Organização Mundial da Saúde
PATAMO	Patrulhamento Tático Motorizado
PMDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Perfil Profissiográfico Público
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RDPM	Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
RISG	Regulamento Interno dos Serviços Gerais
SEFAZ-RJ	Secretaria Estadual da Fazenda do Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	9
LISTA DE TABELAS .....	9
1- INTRODUÇÃO.....	13
1.1- Contextualização do problema.....	16
1.2- Questão de pesquisa .....	25
1.3- Metodologia .....	33
2- “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: AS RAÍZES DO BOLSONARISMO E SUAS CONEXÕES IDEOLÓGICAS .....	35
2.1- <i>Ex Nihilo Nihil Fit</i> .....	36
2.2- Os eleitores e o “eleito” .....	47
2.3- Fascismo e bolsonarismo: a moeda sempre tem duas faces .....	58
2.4- O neoliberalismo como captura do Estado .....	64
3- IMPRESSÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE A CULTURA POLICIAL MILITAR E O ESTABELECIMENTO DO BOLSONARISMO NA PMERJ COMO CASO EXEMPLAR 73	
3.1- A escolha da profissão .....	74
3.2- O início: adaptação, conflito e sucesso.....	78
3.3- Cultura, identidade social, ambivalência e hibridismo.....	81
3.4- <i>Ethos</i> do guerreiro .....	86
3.5- O ressentimento.....	94
4- ANÁLISE POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA PMERJ: UMA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	104
4.1- Análise da captação de informações pessoais dos policiais militares .....	106
4.2- Análise da captação de informações políticas dos policiais militares .....	112
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	142
Enfim, tendo em vista esse elo de identificação afetiva entre um público eleitor com demandas insatisfeitas, imbuído de ressentimentos e temores, e o líder (Bolsonaro), neste trabalho se buscou especificamente considerar a racionalidade existente na identificação entre PMs e os discursos bolsonaristas. Ou seja, tomou-se como objeto o estabelecimento do bolsonarismo na PMERJ como caso exemplar. ....	145
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
BEZERRA, Gabriella Maria Lima; VIEIRA, Márcia Paula. Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira. <b>Caderno Eletrônico de</b>	

<b>Ciências Sociais</b> , v. 10, n. 1, p. 36-59, 2022. ....	148
CASARA, Rubens R. R. Bolsonaro o mito e o sintoma. São Paulo. Editora Contracorrente, 2020. ....	149
DORIA, Pedro. Fascismo a brasileira: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Editora Planeta, 2020. ....	150
7- APÊNDICE A – PESQUISA SOBRE AS IMPRESSÕES POLÍTICAS DOS POLICIAIS DA PMERJ.....	159
8- ANEXO.....	165

## 1- INTRODUÇÃO

Objeto de pesquisa está inserido no contexto do campo do *populist studies* (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 33-34), o objetivo deste trabalho é analisar o crescente movimento político/ideológico denominado bolsonarismo e sua reverberação na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A análise buscou dimensionar e diagnosticar os elementos que cooptaram parcela dos policiais militares, verificar a perenidade deste movimento político/ideológico durante o mandato de Jair Bolsonaro, descrever e analisar a adoção de práticas consubstanciadas pelo político em questão. A questão que perseguimos, portanto, é: quando e por que o público policial militar da PMERJ adere ao bolsonarismo?

Nesse contexto, faz-se necessário entender o movimento político recém-denominado bolsonarismo, a forma como se desenvolveu ao longo da recente história política no Brasil, o que representa e suas principais fundamentações ideológicas. Para tanto, além de uma pesquisa bibliográfica em meio a uma já ampla literatura disponível, valemo-nos de um *survey* que teve como público alvo policiais militares da PMERJ, aplicado no período de setembro a novembro de 2021. Nesta pesquisa, utilizando a ferramenta *Google Forms*, obtivemos 2.065 respostas.

A preocupação inicial deste trabalho surgiu a partir da observação empírica do movimento denominado bolsonarista nas fileiras da PMERJ. Como oficial superior da corporação, essa inquietação surgiu a partir da percepção da amplitude que tal movimento político tomou internamente, passando a “subsidiar” a prática de certos praças e oficiais.

A observação do cotidiano e em diversas unidades policiais, fossem elas operacionais ou administrativas, principalmente nos meses que antecederam as eleições de 2018, era um misto de apreensão com euforia. Os policiais militares (oficiais e praças) comungavam da mesma esperança (a vitória de Jair Bolsonaro). Nesse contexto, saltava aos olhos o engajamento da tropa, a paixão com que discutiam aquele momento político, a esperança de ter um representante que valorizasse a profissão, a reprodução de trechos de discursos do então candidato Jair Bolsonaro, seus pontos de vista sobre a segurança pública e a marginalidade.

Certa ocasião, houve uma discussão no rancho (refeitório) entre dois oficiais sobre o momento político e sobre o candidato (Jair Bolsonaro). O apoiador logo angariou simpatia dos demais oficiais que estavam perto, enquanto o outro oficial, com uma visão mais ao centro, foi devidamente advertido e lembrado de seu posto. No entanto, os questionamentos eram extremamente pertinentes na ocasião e giravam entorno da experiência de Jair Bolsonaro para conduzir a nação, tendo sido ele um Deputado Federal de baixa expressão ao longo dos anos.

Aquela cena, chamou a atenção sobre a impossibilidade de questionar as deficiências do candidato Jair Bolsonaro. A opinião deveria ser unânime.

Tendo em vista que, de acordo com a Constituição Federal, incisos 4º e 5º do Art. 142, é vetada para militares da ativa a filiação a partidos políticos, a sindicalização e a greve (BRASIL, 1988), tal adesão ampla e explícita de agentes da PMERJ a um movimento político, o bolsonarismo, revela-se um fenômeno grave. Isto porque, sendo a PMERJ uma instituição de Estado, cuja principal função é preservar a ordem pública (BRASIL, 1988), sua atividade deve ser exercida sem discriminações de ordem religiosa, racial, de gênero, de condição social e política.

Como consta no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (RDPM), no item II - Relação de transgressões, é infração “61- Tomar parte, em área Policial Militar ou sob jurisdição Policial Militar, em discussão a respeito de política ou religião, ou mesmo provoca-la” (RIO DE JANEIRO, 1983, n. p., grifo meu). Portanto, como instituição do Estado, a relevância social e a legitimidade de atuação da corporação junto à sociedade devem se fundamentar pela separação clara entre as ações policiais e as políticas dos governos, sabidamente transitórias.

Em um contexto de aprofundada crise econômica no início dos anos 60 no Brasil, com o crescimento da “frustração entre as massas de trabalhadores, com o aumento das reivindicações, infindável sucessão de greves operárias e lutas camponesas” (ORIGENS..., s. d., n. p.) e consequente aumento do apoio da esquerda e dos setores democráticos em geral às Reformas de Base<sup>1</sup> anunciadas por João Goulart, fez crescer entre setores da sociedade (classe média, empresariado, latifundiários, setores das Forças Armadas e da Igreja Católica) ligados ao pensamento conservador, coligados pelo medo do “fantasma do comunismo” e pela defesa da “liberdade”, a disposição para a derrubada do presidente. O que ocorreu, através de um Golpe Militar – com apoio dos Estados Unidos da América – em 1º de abril de 1964.

Como é sabido, este regime ditatorial durou longos 21 anos (1964-1985). Nesse período o país viu recrudescer a censura, a repressão (com flagrante número de torturas, prisões ilegais e desaparecimentos) e a opressão aos direitos democráticos. Essa conjuntura levou muitos a resistirem, e lutarem em favor de um regime democrático, que voltasse às mãos do poder civil. Desde o primeiro dia da Ditadura a sociedade brasileira não aceitou passivamente o regime. De outro modo:

---

<sup>1</sup> Ou seja, as reformas agrária, urbana, universitária, fiscal ou tributária, política (nesse caso, o eixo era o voto dos não alfabetizados (ORIGENS..., s. d., n. p.).

Muitos setores da sociedade foram para o campo da oposição, cansados da censura, do AI-5, da repressão policial a qualquer atividade política que não fosse oficial ou reconhecida pelo regime militar. Além dos estudantes, entidades representativas da classe média, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) romperam com o regime. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade máxima da Igreja Católica no país, também foi importante para a oposição [...]. Em 1978, o Movimento Operário voltou à cena, capitaneado pelas greves dos metalúrgicos do ABC. Em 1984, o impressionante movimento pela volta das eleições diretas [Diretas Já] para Presidente demonstrava que o regime estava completamente isolado das demandas da sociedade. Os movimentos de resistência no campo [...] tomaram vulto a partir de 1979, com grandes greves de trabalhadores canavieiros do Nordeste e com as ocupações de latifúndios por trabalhadores do Sul e Sudeste, que conduziram à formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). [...] Mulheres, negros, indígenas, estudantes, operários, camponeses, intelectuais e jornalistas, entre outros, protagonizaram a resistência civil. [...] Apesar de não existir uma pauta comum, a resistência colocou na agenda a questão da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, e obrigou o regime a mudar seus planos iniciais de institucionalização, tendo que reconhecer outros atores sociais e políticos, além das oposições e instituições permitidas (PANORAMA..., s. d., n. p.).

Esse processo de resistência civil, em especial no período que vai de 1975 a 1985, forçou o regime a realizar uma “abertura lenta, gradual e segura”, momento em que foram sendo ampliadas as garantias de imprensa e individuais, anistiados presos políticos e o retorno dos exilados pela Lei da Anistia, revogado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), além de um retorno do sistema pluripartidário culminando em 1985 com as eleições presidenciais de forma indireta, que elegeu um civil, Tancredo Neves, como presidente, que todavia, em razão de seu falecimento um dia antes da cerimônia de posse, não assumiu o cargo, que foi ocupado por José Sarney, seu vice.

Porém, esse longo processo de redemocratização só se concluiu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. Por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte, com uma intensa participação de movimentos sociais, foi elaborada a Carta Magna que deu início à Nova República, fundada em um Estado Democrático de Direito, em que o poder voltou para a sociedade civil, com um regime presidencialista com eleições diretas.

A redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, abre espaço para a modernização do Estado brasileiro e lança as bases para uma democracia social e participativa. Todavia, atualmente, o Estado Democrático de Direito está sofrendo ataques que colocam em xeque sua existência como a conhecemos.

Fenômeno geral, em tempos de redes sociais e proliferação de *fake news*, a ascensão ao poder de líderes populistas de direita ou de extrema-direita, que têm se aproveitado de ampla insatisfação e ressentimento das massas trabalhadoras, que vem tendo seus direitos e condições de vida deteriorados com o aprofundamento do neoliberalismo mundo afora, apresenta-se como principal fator de erosão das democracias.

No Brasil, as manifestações de junho de 2013, que começaram pela pauta do “passe livre” no transporte público, sobretudo, as grandes cidades, foi transmutando e sendo tomada por setores conservadores de direita da sociedade, dita “sem partido”. Vimos surgir nesse período, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), que anos mais tarde, junto com o Movimento Vem pra Rua, na esteira da Operação Lava Jato e do antipetismo, foi para a rua fazer pressão e apoiar o *impeachment* de Dilma Rousseff. Desde 2013, especialmente em um contexto em que as redes sociais se popularizam, principalmente como ferramenta utilizada para fazer política, vemos crescer e se desenvolver o extremismo da direita no país, culminando com a eleição de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018 e seus seguidos anos no governo com constantes ataques à democracia, violento antagonismo político e ameaças diretas de ruptura institucional. Como analisa Gallegos (2020):

Las movilizaciones de junio de 2013 dieron a este “núcleo-ultra” un primer espacio de visibilidad, mientras que la crisis de 2015-2016 (caída del 7 por 100 del PIB entre ambos años) amplificó el rechazo al lulismo y sua legato antiderechos. La construcción mediático-judicial de escándalos de corrupción (en particular el Lava Jato) asociados a toda la clase política y al alto mundo empresarial, pero conducidos, en especial, contra Lula da Silva, radicalizaron a ún má sal anti-PTismo y consagraron elas censo presidencial de una verdadeira “revolución conservadora” a upada por los grupos de poder... (p. 19).

O que se viu nesse período recente da história política do Brasil foi uma espécie de *revival* de práticas e narrativas fundamentadas em um imaginário conservador, cujo “medo do perigo socialista/comunista” passou a a intensificar o antagonismo político já semeado pelo antipetismo. Todavia, com um caráter que apela para o fundamentalismo religioso e a imposição moral, de ode à militarização das condutas públicas, com o progressivo aumento do apoio ao retorno de um governo conduzido pelas Forças Armadas como tutoras da democracia, à flexibilização do *ethos* democrático, ao aprofundamento da cultura neoliberal e de apologia à violência e à autoridade como forma de combater a criminalidade.

Para compreender melhor todo este processo sistêmico de transformação da realidade sociopolítica brasileira a partir de 2013, analisou-se cada uma destas dimensões relacionando-as a uma compreensão da experiência da nova direita brasileira.

### **1.1- Contextualização do problema**

Inicialmente o que se analisou foi a ascensão ao poder de Jair Messias Bolsonaro e o movimento político a ele associado. Isto é, o processo de organização e crescimento de uma nova direita, cada vez mais radical, ou simplesmente classificada como extrema direita, que no

Brasil – em decorrência da figura de Bolsonaro – recebeu a alcunha de bolsonarismo. O arcabouço ideológico deste movimento também foi inicialmente analisado. Interessou a forma como esse movimento se desenvolveu ao longo da recente história política do país, marcada pela paralização ou mesmo progressiva perda dos mais diversos direitos sociais, tensões e momentos de acentuado apoio à uma ruptura democrática, desrespeito às instituições de Estado, desmonte e fragilização das políticas públicas, sobretudo as sociais e de saúde, e pelo uso político das forças de Segurança Pública – repetimos, Instituições de Estado que não deveriam se envolver com política.

No que se refere especificamente à Segurança Pública, ao longo de algumas décadas, o tema vem sendo inevitavelmente atrelado às questões políticas, principalmente, por meio do debate sobre as políticas de Segurança Pública que, geralmente, duram apenas os quatro anos de mandato de determinado Governo e, em muitos casos, sem a continuidade das ações desenvolvidas e implementadas que beneficiaram a população em determinado momento.

Em outras palavras, no caso em foco nesta dissertação, em princípio as forças policiais são (ou deveriam ser) um dos principais instrumentos estatais garantidores do próprio Estado Democrático de Direito, e como tal, sua conduta e ações operacionais-táticas não deveriam ser tomadas pelos políticos como “mercadorias políticas” para a realização de uma “política de auditório”, que se vale da promessa de soluções rápidas, imediatistas, e dessem as devidas medições (MUNIZ, 2021).

A manutenção da lei e da ordem fundamentalmente amparada no poder legal é o principal atributo das forças policiais. Ou seja, polícias fortes devem ser “organizações blindadas da manipulação político-partidária, da apropriação privatista por grupos de poder e da particularização do poder de polícia por seus procuradores. Tudo que não se vê por aqui [no Brasil]!” (MUNIZ, 2021, n. p.).

Associado a esse problema, as forças de Segurança Pública enfrentam outra dificuldade que é a falta de legitimidade perante a sociedade. A legitimidade implica em uma das principais ferramentas de credibilidade junto à população, fortalecendo os laços existentes entre o usuário e o prestador de serviços. Se não há essa confiabilidade, estabelecer uma linha de ação que pense o bem-estar social como objetivo prioritário fica inviabilizado. Nesse sentido, a falta de legitimidade compromete de forma considerável essa parte do contrato social.

Isto porque, entre outros fatores,

[...] a discricionariedade intrínseca às atividades policiais de lidar com todos os tipos de eventos e emergências não traduz a racionalidade legal e constitui uma “zona cinzenta” do trabalho da polícia – constituída tanto por ações adequadas como por ações violentas e arbitrarias – que não é visível para a corporação e para a população

(GISI, 2020, p. 889).

Policiais aprendem *on the job* (MUNIZ, 1999) e nesse processo, geralmente, o saber formal – alicerçado nos “princípios da legalidade e legitimidade que conformam a vigência do estado de direito” (op. cit., p. 2) –, adquirido durante a formação, choca-se com “os procedimentos necessários para usar a força, a validação moral da ação e a produção de resultados efetivos e satisfatórios” (GISI, 2020, p. 889). Em outros termos, o saber prático e informal desenvolvido e aplicado pelos policiais militares “no agora-já das pessoas” (MUNIZ, 1999, p. 16):

[...], em certa medida, tentar recobrir as lacunas de formação, que vão sendo identificadas no decorrer da experiência profissional. Esta é uma forma de saber que vai se experimentando, que vai sendo testada a cada nova e específica situação e que procura sempre conciliar os procedimentos gerais com as dinâmicas e os fluxos da realidade cotidiana. Esse saber, como qualquer outro, não se furta à incorporação das normas e técnicas aprendidas. Entretanto, não se pode perder de vista que ele precisa ser efetivamente útil. Na retórica policial de rua, o “método” de trabalho saído desse saber não aparece na fala dos PMs como um artefato dissociado do ato mesmo de agir. Inversamente, o “método” utilizado apresenta-se dissolvido na condução do próprio evento, sendo parte integrante do fazer policial; um “fazer” aberto tanto as idiossincrasias próprias de cada “ocorrência assumida” quanto a individualidade de cada policial (MUNIZ, 1999, p. 170).

Além dessas questões culturais e institucionais que marca o universo policial, e que, pela discricionariedade intrínseca, contribuem com a perda de legitimidade das forças de segurança – sobretudo, quando as intervenções são marcadas por violência e abuso de autoridade–, a Segurança Pública, como dito, ainda é tratada como política de governo, quando deveria ser pensada como política de Estado. Como explica a pesquisadora do universo policial, Jaqueline Muniz, a “PM é uma função pública estadual. Governantes passam e os servidores públicos policiais permanecem” (MUNIZ, 2021, n. p.), contudo, políticos oportunistas se utilizam da Corporação para atingirem seus planos de poder político. Essa politização das forças de segurança interfere diretamente em sua legitimidade.

É nesse contexto que no primeiro capítulo, “‘Deus, Pátria e Família’: as raízes do bolsonarismo e suas conexões ideológicas”, traçar-se-ão os principais elementos que levaram ao aparecimento do bolsonarismo como base ideológica da nova direita brasileira e qual é sua conexão com outras ideologias de direita como o fascismo. Buscou-se ainda, em uma breve abordagem, identificar os tipos de eleitores de Bolsonaro, além de se delinear quais são as características deste líder populista que arregimenta essa grande massa de eleitores e brevemente se analisará os elementos que estabeleceram as condições para a chegada de Bolsonaro ao poder nas eleições de 2018.

A onda bolsonarista – como outras expressões do populismo autoritário (MARKOU,

2019) e plutocrata (BROWN, 2017) que se vê proliferar mundo a fora – nasceu em meio e ao aprofundamento das desigualdades sociais, perda de direitos por parte da população trabalhadora com a conformação de ressentimentos e uma crise de autoridade política resultante do aprofundamento do neoliberalismo.

De outro modo, há uma fadiga do próprio modelo democrático pós-ditadura, atravessado por uma série de transformações sociais, políticas e econômicas desde o processo de redemocratização no fim da década de 1970. Entre essas mudanças, pode-se considerar como preponderantes para o estado de coisas atuais as consequências da renúncia do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) como modelo de gestão das políticas de Estado de proteção social, com o realinhamento ao sistema internacional com mercados desregulados, privatização do setor produtivo estatal e dos mecanismos de proteção social (DELGADO, 2009), que marca o aprofundamento do capitalismo em sua versão pós-industrial, financeiro/rentista e neoliberal.

Farber (1994), ao falar do contexto dos Estados Unidos, fala do surgimento de uma “maioria silenciosa”, isto é, uma maioria de trabalhadores brancos e cristão que no pós-1960 passam a identificar todo o movimento pela conquista de direitos civis das minorias (negros, mulheres, estudantes, movimento antiguerra, etc.) como uma ameaça para seus valores (trabalho, família, religião cristã, etc.). Essa maioria, que começa a ser arregimentada por Nixon, anos mais tarde irá eleger Donald Trump como presidente dos EUA. Guardadas as devidas proporções, no Brasil, após a Ditadura Militar, pode-se dizer que uma “maioria silenciosa”, formada por um contingente bem mais heterogêneo que o caso americano, que sofre de uma “retrotopia” (BAUMAN, 2017)<sup>2</sup> e pensa estar no passado autoritário a solução para os problemas do tempo presente gerados pelo avanço do capitalismo neoliberal financeirizado.

A profusão de uma racionalidade neoliberal, que passa a enquadrar quase todas as dimensões da vida (BROWN, 2017; DARDOT, LAVAL, 2016) com sua dinâmica de descoletivização (CASTEL, 2012), lança a política “como inimiga da liberdade, da ordem e do progresso” (BROWN, 2017, p. 7, tradução minha). Em outros termos:

[...] a razão neoliberal tem uma antipatia específica pela política e até pela partilha democrática do poder (além do voto). Ele trata a política e a democracia como, na melhor das hipóteses, arruinando os mercados e, na pior, levando a programas tirânicos de justiça social e totalitarismo. Ele solicita, **no lugar da política e da democracia, uma forma de estatismo baseada em princípios de negócios e no apoio dos mercados – um estatismo que inclui lei e policiamento, e uma forte medida de autoridade** (BROWN, 2017, p. 6, tradução minha, grifo meu).

---

<sup>2</sup> Isto é, “[...] visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de ligarem a um futuro ‘ainda todavia por nascer’ e, por isso, inexistente” (BAUMAN, 2017, p. 10).

Todavia, como assevera Mouffe (2021),

A crise de 2008 trouxe à tona os limites do capitalismo financeiro e a globalização neoliberal deixou de ser considerada nosso destino. Depois de anos de *pós-política*, em que não havia nenhuma diferença fundamental entre as políticas de direita e esquerda, estamos testemunhando um “retorno da política”.

Nesse cenário, considerando a revolução dos meios de comunicação e informação, com o aprimoramento da internet e das mídias sociais e a conformação de um público privado e novas massas (HAN, 2018, 2021; BAUMAN, 2017) – que, entre outras coisas, democratizou o poder de fala e possibilitou o empoderamento de grupos minoritários, que ganharam espaço a partir dessa popularização de acesso ao meio digital de informação vem reduzindo o poder de influência da mídia tradicional – o que se tem visto mundo a fora é a proliferação de movimentos radicais de esquerda e direita, que mobilizam diversos grupos excluídos de uma efetiva “participación democrática em las decisiones relativas a la vida em común” (MOUFFE, 2009, p. 73), o que Mouffe (2009) nomeia de “déficit democrático”.

Bolsonaro se apropriou dessa conjuntura ao manipular os ressentimentos politicamente. Para tanto, prometeu soberania econômica travestida de um nacionalismo utópico aliado a uma promessa de liberdade econômica e pujança individual, bastando para isso apenas a vontade e empenho do sujeito (empreendedorismo). Dessa forma, sua proposta política, a partir do Plano de Governo denominado “O caminho da prosperidade”. também será analisada.

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. (BOLSONARO, 2018, p. 13).

Como se vê, a solução apresentada é submeter o que é deveria ser fomentado pelo Estado – geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social – à lógica do Mercado. Enfim, num sobrevoo, buscou-se apresentar as proposições que fatalmente estabelecerão uma conexão com o público-alvo deste trabalho, a classe policial militar do Rio de Janeiro, que será objeto de estudo no segundo capítulo, “Impressões sociológicas sobre a cultura policial militar e o estabelecimento do bolsonarismo na PMERJ como caso exemplar”.

Neste capítulo se objetivou analisar um dos diversos públicos do tecido social que foram arrebatados pelo bolsonarismo. Ou seja, o público policial militar, que se destaca como caso exemplar, em virtude de diversos elementos que iremos identificar através da sociologia da cultura policial militar.

Partindo de uma breve análise sobre esta cultura, de maneira genérica, passando pelo

ingresso na corporação, a dificuldade de adaptação à vida na caserna, a absorção dos valores pré-existentes da cultura organizacional que culmina na transformação de um novo ser ambivalente e híbrido, dotado de frustrações, ressentimentos e, por isso, capaz de aderir ao revanchismo e ao discurso populista de extrema direita.

Como analisou Muniz (2021, n. p., grifo meu):

O discurso bolsonarista do revoltado despossado, injustiçado pelo sistema que defende, serve a este público de “maiores de rua”, “carentes sociais” de reconhecimento e aceitação. O discurso libertário de chutar o pau da barraca, que fala mal do Estado, de seu próprio governo e que se vê liberado das regras sociais para tirar o que puder numa competição vale-tudo no mercado, **encontra eco no mundo de precarizados, sobretudo no mundo de quem tem contracheque e arma na mão.**

Nesse campo fértil, a adesão a determinada corrente política como o bolsonarismo acaba por se tornar uma opção tentadora, ficando o pensamento eivado de pré-conceitos, em busca de aceitação e acolhimento, bem como compreensão do seu próprio “eu” conflitante.

A internalização de discursos retóricos pelos sujeitos policiais militares é um processo que já se mostrou viável e de clara consolidação, transformando-os em eleitores na medida em que se aproveita de suas demandas, fraquezas, narcisismo, vaidade e ambição, necessidade de voz e de serem ouvidos, temos uma demanda tanto da parte de quem escuta quanto daquele que transmite. Sobretudo, os praças:

[...] se veem como os “filhos feios” do estado com quem ninguém quer sair junto na foto. **Não se veem como trabalhadores e sim como policiais, uma raça à parte, como missionários abandonados pela sociedade que acreditam proteger.** Como agentes da lei e da ordem, são reprodutores e defensores do status quo, seja este excludente para poucos ou inclusivo para todos. Fazem parte do mundo dos despossuídos, revoltados com a sociedade que “cobra tudo” e com o Estado que pede muito e “não dá nada” (MUNIZ, 2021, n. p., grifo meu).

A sagacidade desses políticos está em cooptar esse público, utilizando-se de um discurso que gera os sentimentos de identificação e comprometimento. Os partidos populistas de direita parecem ser os únicos a conseguir canalizar as paixões políticas e proporcionar a um público ressentido e difuso certa forma de esperança e identificação (MOUFFE, 2009).

De outro modo,

[...] el éxito de los partidos populistas de derecha proviene, em gran medida, del hecho de que proporcionam al pueblo certa forma de esperanza ilusória, basada em falsas premisas y em mecanismos inaceptables de exclusión [...]. Pero cuando son los únicos que ofrecen una manera de canalizar las pasiones políticas, su pretensión de ofrecer una alternativa resulta seductora, y es muy probable que su convocatória aumente. [...] (MOUFFE, 2009, p. 78).

Como explica Cesarino (2020a), “a mobilização do tipo populista opera em larga medida através de significantes vazios, no plano subconsciente dos afetos” (p. 114). O bolsonarismo e seu lema principal e generalista, “Deus, Pátria e Família”, alcançou os mais variados públicos. Alguns significantes vazios<sup>3</sup> (Deus, Pátria e Família) que o bolsonarismo buscou disputar os significados, que pela amplitude de seus significados mobilizou uma série de pessoas de origens diversas em torno de um antagonismo contra o comunismo, que “ameaça” destruir esses valores.

Como analisa Cesarino (2020b):

[...]. O vazio de conteúdo desses slogans esconde a intenção de um profundo efeito performativo: virar a realidade do avesso para repurificá-la, eliminando do corpo político e social uma parcela da sociedade a que se nega o estatuto de humanidade – as elites comunistas, os monstros pedófilos ou, como foi no caso extremo da Alemanha no entre-guerras, os judeus (n. p.).

Outro fator observado foi a rede de apoio dos formadores de opinião que contribuíram de forma explícita para o sucesso da empreitada política do bolsonarismo. Esses “emissores legitimados pelo meio social receptor, por serem distinguidos como dotados de opinião autorizada” (MESSEMBERG, 2017, p. 626) somados às já mencionadas ferramentas modernas de mídia social, encurtaram o caminho que antes era monopólio da mídia tradicional (grandes jornais, TV, rádios) dando voz a personagens do “baixo clero” da política institucional e outro personagens não identificados como políticos (*youtubers*, *digital influencers*, humoristas, militares, empresários, sobretudo, os do agronegócio etc.) identificados ou auto identificados como *outsiders*, que militavam fora do *mainstream* político e que apresentam soluções autoritárias como solução para as demandas dos cidadãos, atingindo em cheio o coração de um público sedento por novas-velhas ideias e cansados da política tradicional até então praticada, que flagrantemente sofre de um déficit democrático ou uma crise de representação.

Messemberg (2017) demonstra o caráter manipulatório dessas informações surgidas nas redes em uma troca de afetos entre emissor e receptores. Podemos concluir que surge uma bolha informacional, que fortalece a pós-verdade e intimida o teatro democrático.

No mundo contemporâneo os meios de comunicação de massa e as redes digitais constituem-se nos espaços privilegiados para a construção dos enquadramentos, os quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas. Tais enquadramentos são produzidos de forma interativa, isto é, são resultados de um processo de mão dupla entre os emissores e os receptores da informação, o qual envolve tanto a repetição de padrões interpretativos e compreensivos de forma

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que o conceito de significante vazio foi desenvolvido pelo linguista francês, Ferdinand de Saussure. Como explica Cesarino (2020a, p. 119), “Na prática histórica, os significantes vazios são mobilizados enquanto significantes flutuantes, ou seja, cujo significado vai variando e sendo adaptado ao longo do processo de construção de hegemonia”.

seletiva e manipulatória, quanto a de valores e símbolos dominantes no senso comum, que são assim retroalimentados e/ou reformados de forma dinâmica (MESSEMBERG, 2017, p. 626).

A perversão sistêmica e política assume um caráter verdadeiramente teratológico. O ressentimento como forma de paixão triste (KHEL, 2011) surge no seio da tropa da PMERJ como um vírus e um sentimento contaminante. Os agentes envolvidos no processo sequer enxergam tais questões, justamente pelo caráter flexível e corrosivo que toma forma.

Na sociedade moderna, onde o *ethos* da violência faz parte do cotidiano, por óbvio que o treinamento da PMERJ, visando intervir nessa realidade, deve observar o combate da violência, entretanto, o que ocorre é justamente a valorização da violência como modo de resolver todas as questões, sobretudo, as relacionadas à Segurança Pública. A consequência dessa valorização escancara a ambiguidade da profissão, que já se apresenta híbrida em sua concepção. Assim, o policial militar passa a ter dificuldade em separar os momentos que deveria apenas prestar um serviço de auxílio e de servidão à sociedade com outros que são dotados de caráter combativo e bélico.

O *ethos* guerreiro (ELIAS, 1993) se apresenta como a chave analítica dessa ambiguidade e consequente dificuldade situacional. A sociedade como cliente, exige cada vez mais profissionais preparados e capazes de responder às suas demandas. Nesse sentido, esse hibridismo irá colocar em xeque a credibilidade tanto da profissão quanto da corporação, uma vez que maus profissionais podem sempre macular todo corpo organizacional.

A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. Uma compulsão ou pressão altamente previsíveis, exercidas de grande variedade de maneiras, são constantemente aplicadas sobre o indivíduo. Em grau considerável, elas operam tendo por meio as reflexões dele próprio. Essa compulsão, em geral, está presente apenas potencialmente na sociedade, como uma agência de controle. A compulsão real é a que o indivíduo exerce sobre si mesmo, seja como resultado do conhecimento das possíveis consequências de seus atos no jogo de atividades entrelaçadas, seja como resultado de gestos correspondentes de adultos que contribuíram para lhe modelar o comportamento em criança (ELIAS, 1993, p. 200).

Dessa suscetibilidade a críticas, é razoável deduzir que sentimentos desconfortáveis nasçam. O ressentimento e o revanchismo como consequência aparecem, ainda que por vezes não se manifestem. Essas frustrações acumuladas começam a se represar, e acabam por encontrar em políticos carismáticos e arautos do discurso populista, um público desacreditado, desmotivado e submisso. No caso dos policiais militares em tela, pode-se dizer que os conservadores e reacionários procuram fidelizar seus votos:

[...] quase sempre fazendo uso de muita bravata, de performances barulhentas com peito de pombo estufado e caras feias para “mostrar (que tem) autoridade” e

divulgando propostas “engana bobo”, que começa e termina na frase de efeito “a gente vê o seu lado”, que não ficam, de fato, de pé, mas que funcionam como um canto ilusionista do boto policial e encantamentos da sereia policialesca (MUNIZ, 2021, n. p.).

Nesse sentido, o discurso identitário, que mobiliza os sentimentos ressentidos, gira em torno de promover um antagonismo e uma clivagem social. Isto é, a partir de uma política antagonista (em contraponto a um “modelo agonístico de democracia”) – que vê o adversário político como inimigo a ser eliminado – estabelecer um “nós” e um “eles”. Geralmente as emoções políticas são canalizadas para a defesa de um “neoliberalismo estatal” (MOUFFE, 2021) ou um “iliberalismo democrático” (MORELOCK; NARITA, 2019), que reforça a hierarquia, o Capital e justifica as desigualdades sociais. Um “híbrido institucional” (PERUZZOTI, 2017 apud MORELOCK; NARITA, 2019) autoritário e antidemocrático Ou melhor, um

[...] “híbrido institucional” que combina elementos autoritários com estruturas liberais formalmente democráticas. Ainda que em termos práticos essa transformação signifique a concentração de maiores poderes nas mãos de poucos, a retórica subjacente ao processo enfatiza o empoderamento popular em função de uma relação supostamente menos mediada entre o líder e o povo [...]. Assim, o atropelamento de processos democráticos e o desmonte da infraestrutura democrática são narrados como empoderamento público. Efetivamente, no entanto, ocorre o oposto. Uma “parcialidade radical” (URBINATI, 2019) na interpretação de o povo e da maioria, então, ganha forma uma vez que, no poder, o populismo é um “majoritarianismo extremo” que concebe a legitimidade democrática como o domínio de uma fração reificada da sociedade (o povo) contra outros setores – **no caso do populismo de extrema-direita, essas partes tendem a ser os imigrantes, o establishment corrupto, os esquerdistas**, etc. (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 38, grifo meu).

O aparecimento de um “nós” *versus* “eles” que parte de um “modelo antagonista de democracia” (MOUFFE, 2021) é um elemento que acaba por recrutar pessoas que possuem um espírito ferido (ressentimento) e um *ethos* guerreiro introjetado.

A proposta bolsonarista manifestada por meio dos discursos verborrágicos e inflamados, capta esse ressentimento e o une a essa necessidade “imposta” a esses sujeitos, que também são agentes estatais e não estão livres das avassaladoras regras de convivialidade político-sociais, uma vez que estão inseridos nessa mesma sociedade, da qual não são seres apartados e alienados, pelo contrário, também são moldados por ela.

O terceiro capítulo, “Análise político-ideológica da PMERJ: uma interpretação dos dados”, visa apresentar os resultados materiais das proposições teóricas mencionadas anteriormente, por meio de uma pesquisa *survey* desenvolvida junto a um efetivo da PMERJ entre setembro e novembro de 2021 – exatamente 1 ano antes das eleições vindouras de 2022 –, por meio da aplicação de um questionário (cf. Apêndice) que abordou pontos sensíveis e de

importância para o entendimento das questões propostas.

Nesse derradeiro capítulo, buscou-se, portanto, a verificação empírica do problema de pesquisa, estabelecendo as conexões necessárias com os capítulos anteriores, almejando a verificação das hipóteses apresentadas, bem como deduzir de forma conclusiva as impressões acerca da penetração do bolsonarismo na PMERJ e sua respectiva adesão pelo efetivo.

## 1.2- Questão de pesquisa

A literatura sociológica tem se dedicado intensamente ao fenômeno das novas direitas e dos populismos que as compõem. Neste sentido, muitos autores contemporâneos se debruçaram sobre o tema a fim de tentar interpretar seus principais elementos, características, bem como suas consequências, trazendo para o debate fatos e argumentos.

Na medida em que o mundo apresenta sucessivas crises no modelo neoliberal, esse mesmo fator contribui para o surgimento desses movimentos neo-conservadores ou populistas de direita. Como analisa Brown (2017), o neoliberalismo:

[...]. Ajudou a fomentar uma revolta populista antidemocrática que clama simultaneamente por liberdade e autoritarismo – liberdade de estilo de mercado, garantida pela autoridade estatista para proteger, excluir e assegurar conforme necessário com base em princípios de negócios. Os princípios e práticas de negócios devem subtender, senão substituir o constitucionalismo ou outras instituições democráticas para decidir tudo (p. 7).

A promessa de um paraíso através da construção do próprio homem empreendedor e calculista, que depende só de si para “vencer na vida” (DARDOT; LAVAL, 2016), suscetível aos devaneios dos discursos com apelos autoritários, antidemocráticos de líderes populistas.

Necessário se faz trazer a esse ponto a visão de Michel Foucault (2008, 1979) sobre a questão do poder. O uso da força legitimado pelo Estado traz em seu pano de fundo não só a restauração da ordem perdida, mas também a reafirmação do poder estatal. O controle social realizado pelas instituições públicas passa a disciplinar as condutas humanas, e, a transmissão da impressão do poder já é uma forma de poder. Há portanto, uma inseparável relação entre o Estado, o poder, a força e a violência.

Além de Foucault, a visão de Norbert Elias (1993) sobre o processo civilizatório e o desenvolvimento do *ethos* guerreiro contribuiu para a construção da análise sobre o elemento identitário na cultura policial militar do Rio de Janeiro e seu alinhamento com o discurso violento típico do bolsonarismo, cuja transmissão se deu através do práticas discursivas (LACLAU, 2009a), isto é, por meio de palavras e ações.

O poder simbólico dos gestos (p. ex., a arminha com as mãos), do fomento ao ódio pelo inimigo (criminosos, corruptos, “comunistas” e “esquerdistas”) como ferramenta de construção de adesão política e a identificação, por meio do sentimento de pertença a um “nós”, com o discurso bolsonarista, são alguns dos elementos entre outros que serão apresentados no decorrer da dissertação, mormente articulados como as análises concebidas por Jacqueline Muniz (1999) sobre o *ethos* policial militar.

A promoção do antagonismo como elemento que orienta a clivagem social e a produção de um “nós” x “eles” em uma perspectiva de uma relação antagônica amigo-inimigo, como nos traz a análise de Chantal Mouffe (2015), representa um elo para a adesão a determinada corrente ideológica e um facilitador para captação de eleitores ressentidos e amargurados, que no vácuo de uma liderança e autoridade política séria – isto é, que cumpra com os seus deveres constitucionais de representação política e de governança, que resolva os problemas da “democracia real” (DARDOT; LAVAL, 2017) – para conduzir os destinos do país, abraçam Bolsonaro e seus discursos populistas de direita como última esperança.

A participação da mídia no contexto político da cobertura e divulgação de reportagens sobre Segurança Pública também é relevante. O papel exercido pela ação da imprensa possui um alcance e apelo social legítimo ao Estado Democrático de Direito, porém, o excesso de exposição midiática – sobretudo, na versão sensacionalista do jornalismo policial “[...] que, pouco compromissado com a verdade, não tem como objetivo maior informar, mas sim chamar a atenção, ganhar audiência ou leitores, pois assim irá ‘vender mais com a tragédia’” (GOMES, 2008, n. p.) – pode gerar um efeito colateral que chamamos de “sentimento de insegurança”, além de expor os agentes às críticas diuturnas, maculando a imagem da classe, o que pode fomentar e alimentar sentimentos como ressentimento e revanchismo (BAUMAN, 1998), o que irá desaguar em uma provável suscetibilidade ao oportunismo político, como visto nas eleições de 2018 no país.

O tema Segurança Pública tem estado em evidência através da divulgação pela mídia, que cotidianamente pauta os assuntos relacionados aos crimes e a violência que afetam a vida da população. A cobertura da mídia tem sido cada vez mais abrangente, com o acompanhamento no local dos fatos e divulgação muitas vezes simultânea às ações criminosas e às operações policiais. O papel da mídia vai muito além da cobertura e divulgação das notícias sobre segurança pública. Ela mobiliza as pessoas a pensar e agir sobre os fatos noticiados. Todavia, questiona-se qual deve ser o limite a que devem submeter-se os meios de comunicação diante do crime e da violência, para evitar enfoques que levem a espetacularização, desviando-se do objetivo principal do jornalismo, que é levar a informação voltada ao interesse público. [...]. Assim, **através da divulgação, a mídia estimula debates sobre Segurança Pública e influencia a opinião pública sobre o sentimento de segurança ou insegurança pública, alterando a quantidade e a qualidade de idéias disponíveis sobre o tema na sociedade** (CRUZ, 2008, p. 2, grifo meu).

As Polícias Militares são consideradas forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988). Tal condição surgiu ainda no Estado-Novo no período getuliano, vindo a se perpetuar até os dias de hoje através de nossa Constituição e demais legislações.

[...] as relações entre militares combatentes e policiais militares, de alto a baixo na cadeia de comando e controle, tendem a ser amistosas com cada um puxando a sardinha para o seu anzol. Eles, ainda que militares, se veem como mundos radicalmente distintos, pouco convergentes e nem sempre conciliatórios. Dizem que batem cabeça uns com outros porque suas doutrinas são divergentes, e devem mesmo seguir sendo, afinal força comedida (policia) não é força combatente: uns se definem como “tático-operacional” e outros como “operacional-tático”. Em outras palavras, as Forças Militares são formas de espera que expressam níveis de prontidão, e as PMs são formas de ação que se expressam em níveis de pronto-emprego. Uma e outra guardam fins políticos, meios logísticos e modos táticos distintos, em razão na natureza de seu trabalho (MUNIZ, 2021, n. p.).

No período do Regime Militar (1964-1985) as Polícias Militares atuaram fortemente como forças repressoras de movimentos civis de resistência ao autoritarismo instaurado. Talvez essa seja uma das maiores máculas que as Polícias Militares carreguem em suas tradições históricas, tendo afirmado definitivamente seu caráter militarista e se afastando das verdadeiras demandas policiais (sociais e comunitárias), como ensina Muniz (1999) ao nos apresentar os princípios do policiamento criados por Sir Robert Peel no final do século XIX, no Reino Unido.

Sir Robert Peel foi um político britânico que atuou como primeiro-ministro por dois mandatos (1834-1835 e 1841-1846) que contribuiu com “a confecção de uma matriz moderna de polícia” (MUNIZ, 1999, p. 22). A seguir, os nove princípios do policiamento criados por ele:

1. A missão fundamental para a polícia existir é prevenir o crime e a desordem.
2. A capacidade da polícia para exercer as suas funções está dependente da aprovação pública das ações policiais.
3. A Polícia deve garantir a cooperação voluntária dos cidadãos, no cumprimento voluntário da lei, para ser capaz de garantir e manter o respeito do público.
4. O grau de cooperação do público pode ser garantido se diminui proporcionalmente à necessidade do uso de força física.
5. A Polícia não deve se manter (criar prestígio e autenticidade) apenas com prisões, não preservando assim o favor público e abastecendo a opinião pública, mas pela constante demonstração de absoluto serviço abnegado à lei.
6. A Polícia usa a força física na medida necessária para garantir a observância da lei ou para restaurar a ordem apenas quando o exercício da resolução pacífica, persuasão e de aviso é considerado insuficiente.
7. A Polícia, em todos os tempos, deve manter um relacionamento com o público que lhe dá força à tradição histórica de que a polícia é o público e o público é a polícia, a polícia é formada por membros da população que são pagos para dar atenção em

tempo integral aos deveres que incumbem a cada cidadão, no interesse do bem-estar da comunidade e a sua existência.

8. A polícia deve sempre dirigir a sua ação no sentido estritamente de suas funções e nunca parecer que está a usurpar os poderes do judiciário.

9. O teste de eficiência da polícia é a ausência do crime e da desordem, não a evidência visível da ação da polícia em lidar com ele (GAMA, 2011, n. p.)

Como se vê, tais princípios corroboram com “os esforços de institucionalização de serviços policiais profissionais visavam atender as reivindicações humanitárias da época” (MUNIZ, 1999, p. 23). Assim é que

A polícia ostensiva, tal como conhecemos nos dias de hoje – com uniformes, cassetetes e armas convencionais, patrulhando as ruas das pequenas e grandes cidades –, é uma recente invenção ocidental. Sua criação remonta às primeiras décadas do século XIX (Critchley, 1992; Devlin, 1992; Harring e McMullin, 1992; McLaughlin e Muncie, 1992). Resulta dos esforços de construção de uma concepção de Estado que identificamos como moderna, orientada pela ambição iluminista de produzir e sustentar a paz através de meios pacíficos e “civilizados” (op. cit.).

A Doutrina da Segurança Nacional – doutrina importada dos EUA para o Brasil, surgida como consequência da divisão do mundo em dois blocos, o socialista e o capitalista, através da Guerra Fria (1947-1991) – passa a orientar a ação das forças policiais, que passam a perseguir como objetivo de atuação junto à sociedade a identificação e a eliminação de “inimigos internos”. Isto é, passam a contribuir com a repressão a todos aqueles – críticos ao regime estabelecido – considerados pelo regime militar como “inimigos” da nação. A propósito dessa “herança maldita”, Silva (1990) enfoca

[...] o fato de que a Doutrina da Segurança Nacional – morta pela pena da lei – teria deixado, no presente, as suas marcas no que concerne à instrução e ensino das polícias militares. “Na Escola Superior de Polícia Militar (ESPM) do Rio de Janeiro, por exemplo, até o ano de 1984, os assuntos policiais comuns eram tratados na disciplina Segurança Interna II, sendo a cadeira Segurança Interna I destinada à segurança interna propriamente dita” (idem:182) (apud MUNIZ, 1999, p. 80).

Dito isso, terminado período da ditadura, a questão da “humilhação” da classe policial se torna latente. Esse processo pelo qual passaram quase todas as Polícias Militares do país no período de redemocratização constitui um fardo que os policiais herdaram por conta das construções históricas que envolveram a profissão e a corporação. Alguns setores da esquerda promoveram esse revanchismo pós-ditadura, atribuindo aos policiais militares a responsabilidade pela violência e truculência do período ditatorial. Nesse sentido, ser policial militar passou a ser, de alguma maneira, motivo de inquietação, desconfiança e vergonha, o que levou a uma desvalorização estrutural e sistêmica da classe ao longo dos anos.

A obra de Robert Renier, “A política da polícia” (2004), apresenta-se como elemento

norteador para a investigação aqui empreendida, fornecendo elementos de pesquisa sobre outras corporações que se assemelham aos problemas vivenciados pela PMERJ. Traçando um paralelo, tal fundamentação teórica traduz diversos elementos que desaguam na angústia e no sentimento de classe, demonstrando como pensam os policiais, guardadas as devidas proporções, de cada corporação. A figura de Jair Bolsonaro alimenta o discurso de resgate e valorização dessa classe que passou a ser “marginalizada” politicamente no período posterior à Ditadura Militar.

Colocando-se como um homem simples, “gente como a gente”, “alguém do povo que é igual a eles” (CESARINO, 2020a, p. 111) – no caso em tela, aos policiais –, Bolsonaro, que atua politicamente e midiaticamente como capitão reformado do Exército (não esqueçamos, expulso do mundo militar), apresenta-se como o representante antissistema que luta pelos direitos dos militares (cf. RODRIGUES, 2021, p. 164-213; PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 104) e defende seus interesses.

[...] sua performance midiática como militar é a de um ventríloquo-clichê, de um meme ambulante, que não é, necessariamente, do agrado de todo universo militar profissional. Mas causa simpatia e sentido de proximidade no mundo periférico dos praças da PM e das Forças Armadas que, como Bolsonaro, não desfrutam de uma lealdade ferina à moral e ética militares, mas aos benefícios e privilégios que a carreira, mesmo sendo subalterna, pode oferecer para jovens pobres e não brancos (MUNIZ, 2021, n. p.).

Com discurso de “vocês são importantes, vocês têm um papel social importante”, o líder populista Jair Bolsonaro acabou angariando a confiança e adesão de um segmento majoritário nas Polícias Militares, criando redes de apoio fiéis e consistentes. Nesse momento em que a insatisfação interna (ressentimentos) encontra tal discurso de apoio, aliado ao vácuo de uma liderança política que, de fato represente os interesses da classe policial, em um contexto de crise do sistema democrático com sucessivos casos de corrupção. Bolsonaro surge como líder de uma causa.

A teoria do discurso de Laclau é uma importante ferramenta heurística para o entedimento da trajetória deste sujeito da ação política de que estamos abordando aqui, sobretudo, em sua identificação em torno de alternativas e projetos politicamente definidos (*i. e.*, o bolsonarismo). Nessa teoria a compreensão do social se dá pelo entedimento da construção de ordens discursivas em que o poder é central e constitutivo das relações sociais. Como assevera Laclau (2009a), a realidade não pode ser apreendida diretamente, e só se torna compreensível por meio das “mediações discursivas”. Nesse caso, o discurso é entendido como tudo que tem significado, sejam palavras e/ou ações individuais e coletivas.

O discurso constitui a coisa em si. Ou melhor, são as práticas discursivas (ações,

palavras, performances, falas, imagens etc.) que produzem sentidos sobre a realidade, sempre aberta e incontingente. Em outros termos, como explica um comentarista da obra de Laclau,

O discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui. Ele toma como pressuposto a idéia de que a linguagem é constituidora da realidade e, portanto, ela só existe dentro de um discurso que a torna possível. Fora do discurso, há existência, porém não existe significação (OLIVEIRA, 2009, p.400).

Em um contexto social marcado por diversas demandas que permanecem insatisfeitas, a lógica da equivalência proposta por Laclau (2009a) explica como um número diverso de grupos e atores se agrega em torno de um significante vazio.

[...] una *lógica de la equivalencia* – es decir, una lógica en la cual todas las demandas, a pesar de su carácter diferente, tienden a reagruparse, y forman lo que denominaremos una *cadena equivalencial* – . Esto significa que cada demanda individual está dividida constitutivamente: por un lado, es ella misma en su propia particularidad; por otro lado, apunta, a través de los vínculos equivalenciales, al conjunto de las otras demandas. [...] (LACLAU, 2009a, p. 57).

Assim é que um conjunto de demandas difusas de uma sociedade, mas que compartilham algo em comum – o fato de “[...] permanecem insatisfechas” (LACLAU, 2009a, p. 56) – passa a ser reunido, através de uma cadeia equivalencial, em torno de “significantes sem significados, seja pela sua falta de precisão conceitual ou [...] a abundância de significados que acabam se dispersando” (SAPPER; COSTA, 2010, p. 82) e transformando simples petições particulares em reivindicações (LACLAU, 2009a).

Os significantes vazios, em decorrência da sua falta de precisão de significado, podem aglutinar o particular em um conceito universalista muito amplo e impreciso, polissêmico. De outro modo, como explica Mendonça (2006), estes significantes são um discurso que tem universalizado “em demasia seus conteúdos, quando esse passa a fazer sentido a uma multiplicidade de identidades, a ponto de ele se tornar incapaz de ser significado de forma exata” (apud SAPPER; COSTA, 2010, p. 87).

Através do discurso se aglutinam as identidades dos indivíduos. Esses, por sua vez, interpelados pelos elementos que compõem o poder do discurso, acabam por transformarem suas individualidades pelo anseio coletivo, uma vez que já se identificaram. A individualidade é sobrepujada pelo social, as relações alteram as identidades nesse contexto.

As práticas seriam unidades de análise mais importantes que o grupo, isto é, o grupo seria o resultado da articulação de práticas sociais. Se este enfoque é correto, poderíamos dizer que um movimento não é populista porque sua política ou ideologia apresenta conteúdos reais identificáveis como populistas, mas porque mostra uma certa lógica de articulação desses conteúdos, sejam eles quais forem (LACLAU, 2009, p. 52, grifo meu).

Como comenta Cesarino (2020a, p. 98-99):

Tipicamente, o mecanismo populista é colocado em operação por uma liderança carismática que emerge em contextos de insatisfação generalizada, alegando vir de fora do sistema e se colocando como paladino da ruptura e da mudança. A irrupção populista é como um “terremoto” que reacomoda a estrutura política como efeito do acúmulo de demandas não contempladas por parte de grupos sociais inicialmente desconectados entre si. Como descreve Laclau (2005), o que a liderança carismático-populista bem sucedida faz é, justamente, articular essas demandas em uma “cadeia de equivalência” longa e inclusiva o suficiente para subsumir a heterogeneidade inicial numa identidade política comum, que ele chama de “povo” (que, no caso em tela, consistiu em uma maioria eleitoral). No processo de extensão da cadeia para os múltiplos grupos e indivíduos que compõem a sociedade, particularidades e diferenças entre eles são seletivamente excluídas em favor da mobilização de símbolos e palavras de ordem capazes de ligar todos ao líder. Essa equivalência é construída através da mobilização de significantes vazios ou flutuantes, frequentemente envolvendo noções vagas de nação, ordem, segurança e mudança.

Os grupos que se agregam em torno de uma reivindicação (pela lógica de equivalência), para construir uma identificação mútua também precisam se diferenciar (pela lógica da diferença) através de uma “construcción dicotómica de lo social en torno a una frontera interna” (LACLAU, 2009a, p. 58). E, “para que la cadena equivalencial cree una frontera dentro de lo social es necesario, de alguna manera, representar el otro lado de la frontera” (LACLAU, 2009a, p. 59). O antagonismo amigo/inimigo passa a atuar e conformar uma divisão entre “nós” x “eles”.

Como comenta Cesarino (2020a, p. 99), “no populismo, o antagonismo amigo-inimigo se sobrepõe a outra divisão, entre elite e povo, a partir da qual o líder alega representar os ‘de baixo’ contra algum tipo de elite privilegiada, auto-interessada, hipócrita e/ou corrupta”. Assim, “No hay populismo sin una construcción discursiva del enemigo: el *ancien régime*, la oligarquía, el *establishment*, etc.” (LACLAU, 2009a, p. 59).

A obra “Razão Populista” (LACLAU, 2013) e o conceito de populismo são derivações da aplicação da teoria do discurso ao propósito de explicar a origem dos sujeitos políticos. Assim, Laclau concebe uma visão em que o populismo – afastada de uma noção pejorativa do termo desenvolvido por uma literatura tradicional sobre o assunto – se trata de um modo de construção do “povo” em contraposição a seu “outro” (o poder estabelecido), sem carregar qualquer conteúdo específico, seja de direita ou esquerda (NASCIMENTO, 2018). O populismo é pensado mais como uma lógica constitutiva da dinâmica política, ou, como um “ser em si mesmo” (NASCIMENTO, 2018, p. 33) que se torna cada vez mais evidente na política democrática, seja de esquerda ou de direita no mundo todo.

[...] Laclau propõe pensar o populismo como uma lógica que não dispõe de conteúdos específicos, mas possui uma natureza singular. Para ele, o populismo é uma lógica radical cuja principal característica é a divisão simbólica do social em dois

campos antagônicos, separando o “povo” do seu “outro” (op. cit).

Assim, o populismo é uma noção ontológica e independe de sua manifestação empírica. Como escreveu Laclau (2013, p. 28),

Não foi minha intenção encontrar o verdadeiro referente do populismo, mas fazer o oposto: mostrar como o populismo não possui uma unidade referencial, pois não está atribuído a um fenômeno delimitável, mas a uma lógica social, cujos efeitos perpassam muitos fenômenos. O populismo é muito simplesmente um modo de construir o político.

Assim, Laclau se preocupa em compreender os elementos constitutivos do populismo, suas características, funcionamento e suas implicações políticas. Para o autor, portanto, compreender a teoria que sustenta o populismo é mais relevante que construir a sua mera definição ou “contestar ou desprovar os conceitos de populismo existentes” (NASCIMENTO, 2008, p. 33). Desta forma, “o populismo possui uma forma determinada: ele é uma lógica política com racionalidade própria. Entretanto, os conteúdos que se ligam a ela são impossíveis de se predeterminar” (op. cit., p. 37). Nesse sentido, devemos considerar que sujeitos, discursos e individualidades estão em constantes trocas e diálogos, ocorrendo um processo dialético entre o sujeito e o social, ou entre a consciência individual e as relações sociais, caracterizando essa perspectiva sempre como fluída, incompleta e em constante mudança.

Historicamente os populismos marcam a vida política do pós-guerra e ocupam papel relevante na sociologia política contemporânea. As variações dos modelos populistas como os populismos clássicos (Perónismo), os populismos radicais (Chaves), os neopopulismos (Fujimori) e os populismos atuais (Bolsonaro), que trazem inúmeras variações de nomenclatura a partir do olhar de cada autor, conservam muitos pontos comuns que os caracterizam como modelos político-populistas, e identificar esses pontos é uma tarefa importante na presente pesquisa.

O bolsonarismo se alastrou *intra corpus* se utilizando de algum tipo de “ciência do populismo” (CESARINO, 2019, 2020a). Isto é, sua campanha para as eleições de 2018 e mesmo depois, quando presidente da República (2019-2022), valeu-se de “uma recursividade evidente entre teoria e prática do populismo. Em outras palavras, [constata-se] a notável regularidade e consistência dos padrões discursivos do tipo populista” (CESARINO, 2020a, p. 115). Bolsonaro e seus estrategistas recorreram a todas as ferramentas populistas disponíveis – antagonismo amigo-inimigo, uso de diversos significantes vazios, enfim, julgamento políticos simplas e reducionistas “baseados em emoções, julgamentos morais e estéticos e numa escolha binária entre amigo e inimigo” (CESARINO, 2020a, p. 101-102). Bolsonaro passou construir o seu “povo” “principalmente através de apelos emotivos, estéticos, morais” (CESARINO,

2020a, p. 100), em sua configuração negativa, ou seja, apelando para o “ódio ao inimigo, ressentimento, revanchismo, decepção” (op. cit.). Discursos inflamados, símbolos e *slogans*, enfim, uma série de práticas discursivas utilizadas para congregar atores diversos em torno de um “nós” contra um “outro” visto como inimigo – a “velha política”, Lula, o PT, a esquerda, o comunismo, o globalismo, a “ideologia de gênero” – foram acionados pelo bolsonarismo.

Deste modo, diante do que foi exposto, justificam uma análise científica sobre o caso em tela. É preciso quantificar, dimensionar, materializar e situar o contexto de adesão ao movimento bolsonarista, sua perenidade ou possível desidratação, bem como os elementos e autores que ajudam a entender esse processo político e sociológico que vivenciamos.

### 1.3- Metodologia

Partindo de uma abordagem qualitativa, esta pesquisa possui caráter descritivo. A metodologia partiu de uma pesquisa documental (GIL, 1991, p. 51-53), adotada para a de coleta de dados e informações através de documentos oficiais como Leis, Boletins da Corporação, pesquisa em páginas na Internet, reportagens da imprensa e mídias digitais. Valeu-se também de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 1991, p. 48-50), em que foram consultadas diferentes fontes como livros, periódicos especializados, artigos científicos, que permitiu que se tomasse conhecimento de material relevante para a análise dos dados da pesquisa, tomando-se por base o que já foi publicado em relação ao tema, ou temas afins, de modo que se pôde delinear uma abordagem científica sobre o objeto proposto.

A utilização de uma abordagem quantitativa também foi aplicada, através da coleta de dados por meio da aplicação de questionário junto ao público alvo do caso em tela. Nesse ponto, toda uma metodologia foi considerada, uma vez que o público abordado descrever conexão entre a escolha metodológica e as peculiaridades do grupo em questão.

A pesquisa teve como público alvo os policiais militares efetivos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) de diferentes postos e graduações, lotados em diferentes Unidades Operacionais e Administrativas, que vivem um momento político saliente, o que produz um encantamento político. Portanto, buscou-se bastante objetividade na proposição das questões.

O *survey* visou a coleta de informações por meio de uma amostra cientificamente selecionada da população pesquisada – no caso em tela, da população de policiais militares da PMERJ. Dito isso, nesta pesquisa se utilizou-se da amostragem em bola de neve (*snow ball*), visando coletar o maior número possível de pessoas e suas informações. Atualmente muito

utilizada em pesquisas qualitativas, a amostra em *snowball*

[...] é uma forma de amostra não probabilística que usa redes de referência e indicações. Ademais, é bastante útil para pesquisar grupos difíceis de serem estudados ou acessados ou também quando não se conhece o universo da pesquisa. É uma técnica útil ainda para se estudar questões delicadas que são de âmbito privado e requerem o conhecimento de pessoas já pertencentes aos grupos para se localizar informantes. [...] (BOCKORNI; GOMES, 2021, p. 105).

Visando minimizar erros, antes da aplicação do questionário junto à população maior selecionada foi realizado pré-teste dos instrumento de coleta de informações (GIL, 1991). Ou seja, o questionário redigido foi aplicado a um número reduzido de policiais, a fim de se verificar a efetividade do instrumento, realizando-se a checagem de alguns elementos como clareza e precisão dos termos, quantidade de questões do instrumento, forma das perguntas, ordem entre elas, reações dos pesquisados, etc..

O método de investigação científica desenvolvida visou uma compreensão analítica, comparativa e interpretativa dos dados, adotando como raciocínio lógico o método dedutivo, amparado em uma revisão bibliográfica da literatura disponível sobre o tema, buscando estabelecer um contraste com a realidade prática encontrada. Para tanto, utilizamos os métodos qualitativos, sem descartar a possibilidade de utilização do método quantitativo.

O recorte temporal se deu a partir do agravamento da crise política que emergiu durante as manifestações de 2013 até as penúltimas eleições, as Eleições 2018 – embora, por fins analíticos, tenham sido também considerados alguns elementos que fazem referência ao processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição de 1988. Além, é importante salientar que como a redação da dissertação foi realizada em período próximo das eleições de 2022, momento ou outro uma breve análise que considere esse contexto foi feita. Buscou-se verificar, a partir dos resultados obtidos com o *survey*, se é possível falar de uma possível desidratação do bolsonarismo, ou, ao contrário, se trata-se de uma corrente política estabelecida e solidificada entre os policiais da PMERJ.

Assim, a linha de pesquisa se insere no eixo “Sociedade, Estado e Participação Social”, por meio de reflexão teórica amparada por dados da realidade, coletados por meio a da aplicação de um *survey*, objetivou-se a análise dos antecedentes políticos, da transformação política a partir das eleições de 2018 e da participação ativa de integrantes da PMERJ na contribuição de mudança de cenário político, a adesão de classe ao bolsonarismo.

## 2- “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: AS RAÍZES DO BOLSONARISMO E SUAS CONEXÕES IDEOLÓGICAS

O presente capítulo visa identificar os principais elementos que compõem a sociologia das ideologias políticas presentes no bolsonarismo e suas possíveis conexões ideológicas com o Fascismo Clássico. Considerando que tal comparação é pertinente, produtiva e necessária, uma vez que o espectro ideológico de ambos se situa na direita política, pretende-se compreender como o bolsonarismo se estrutura e se há continuidades e/ou rupturas com o fascismo da década de 30, do século passado.

Na realidade, o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie. E o objetivo do presente ensaio é exatamente esclarecer o que é que essa espécie apresenta de novo no quadro da evolução geral do gênero a que ela pertence (KONDER, 2009, p. 27).

Para tanto, uma análise detida e minuciosa do bolsonarismo e do Fascismo Clássico se faz necessária. Muito embora o assunto acerca do Fascismo histórico já tenha sido exaustivamente discutido ao longo do pós-guerra, o fenômeno político recente, denominado bolsonarismo, reascendeu a discussão sobre o fascismo como lógica política (STANLEY, 2018), sobretudo, a partir do ano de 2018, quando da chegada ao poder de Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente do Brasil (cf, p. ex., DORIA, 2020; BENJAMIN, DEMIER, ARCARY, 2020; RICCI, 2022).

Um preâmbulo dos movimentos de raízes do espectro de direita já se consolidava mundo afora anteriormente com a chegada ao poder de Trump (EUA), Salvini (Itália), Orban (Hungria), Erdogan (Turquia) e Duda (Polônia), além dos líderes consolidados no Oriente como Duterte (Filipinas). O próprio Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, segue essa mesma linha ideológica.

A reação nacionalista ou nacionalismo de direita tem aparecido com grande força nos EUA (fenômeno Trump), na Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra), na Europa central (Hungria e Polônia), na Ásia (Filipinas e Índia), no mundo muçulmano (Irã e Egito) e na América Latina (Brasil, Chile, Colômbia). Trata-se de uma extrema-direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (REIS, 2020, p. 3).

Vários autores contemporâneos nacionais se debruçaram sobre o tema para discutir a gênese do bolsonarismo, se foi o fenômeno é um mero acidente político, ou se se configura uma tendência que veio para ficar e se tornar perene ou ainda se foi apenas uma onda de

irracionalidade. O presente trabalho também se propõe a analisar as raízes desse movimento e seus aspectos de casualidade na nova direita no Brasil.

Outra discussão que deve ser analisada é sobre o mundo neoliberal e as bases econômicas que sustentam esses movimentos da nova direita mundo afora. O neoliberalismo autoritário deve ser discutido como elemento que sustenta, no campo econômico, essa empreitada política e como forte componente promotor de uma regressão democrática. Para tanto, devemos analisar o plano de governo de Jair Bolsonaro e, a partir daí, analisar as conexões com o neoliberalismo atual e estabelecer algumas retirar as conclusões. Da mesma maneira que outrora o Fascismo foi possibilitado, entre outros fatores, pelo fator econômico de sua época<sup>4</sup> para se disseminar, fixar-se e se estabelecer como movimento político, a extrema direita contemporânea, incluindo sua versão brasileira, o bolsonarismo, também surge em um momento de crise do capitalismo, ou melhor dizendo, de aprofundamento do neoliberalismo.

Ni la globalización, ni el neoliberalismo han colapsado. Fraser lleva razón. Estaríamos, más bien, frente a un nuevo ciclo histórico de alcance global, en que el imperativo neoliberal disuelve sus mínimas bases consensuales y se proyecta como forma pura de dominación, renuente a cualquier compromiso robusto con la democracia y los derechos de las mayorías (GALLEGOS, 2020, p. 22)

Também se fez necessária uma breve análise dos eleitores de Jair Bolsonaro, a fim de se identificar os fatores motivacionais que os fez se agruparem entorno desse líder populista recém empoderado no mundo político. Afinal, a pluralidade desses eleitores que se identificaram com as ideias propostas por Bolsonaro, por vezes não apresenta qualquer conexão entre si.

## 2.1- *Ex Nihilo Nihil Fit*

O Livro I, “*De Rerum natura*”, de Tito Lucretius Carus (2016) resume seu pensamento na sentença *ex nihilo nihil fit, et in nihilum nihil potest reverti* (“do nada, nada se cria, e nada pode ser revertido ao nada”). Muito embora essa frase não esteja expressa nos escritos, a síntese do pensamento exprime-se nessa sentença romana. A obra foi escrita em um período conturbado da vida política de Roma denominado triunvirato. O texto traz análises das agitações políticas, militares, culturais de Roma que culminou com uma verdadeira mudança de Regime Político.

---

<sup>4</sup> Marcado por um período de crise econômica pós-1ª Guerra Mundial, com altas taxas de inflação e desemprego na Europa.

A classe dominante de Roma vivia profunda crise de valores, com a vida relativamente facilitada pela fortuna dos cargos da vida pública, em que incidiam riquezas de toda natureza. Por outro lado, a vida poder-se-ia mostrar vazia, uma vez que os objetivos fossem alcançados, e isso demonstrou ser corrosivo, como se sabe, pela substituição de uma religião por outra. E sabe-se que havia várias nessa época em Roma (CARUS, 2016, p. 8).

Traçando um paralelo com a situação política do Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, no que se refere ao tipo de política praticada nesse período até o aparecimento de Jair Bolsonaro, pode-se deduzir que esses antecedentes históricos e políticos já sinalizavam que a fadiga do *status quo* e da política brasileira, no sentido de existir um “déficit democrático” (MOUFFE, 2009), sinalizava como uma oportunidade para a extrema direita ganhar visibilidade e se expandir, portanto, Bolsonaro não é um acidente político, ele não surgiu “do nada”.

Em uma democracia tomadas pelas corporações (por meio do financiamento de campanha) (BLYTH, 2002), blindadas cada vez mais aos interesses públicos (saúde, educação, segurança pública, etc.), o déficit democrático das massas trabalhadoras de participar efetivamente de decisões importantes é o que tem levado a ascensão de partidos populistas de direita. A insatisfação/ressentimento com determinada demanda não atendida pelo Estado (o *establishment*) é canalizada para um inimigo, na lógica do “nós” contra “eles” (MOUFFE, 2009; STANLEY, 2018).

No caso em tela,

[...] a esquerda – agora alargada para abranger forças outrora de centro-direita – passou a ser associada a uma elite corrupta, hipócrita e auto-interessada, enquanto a liderança emergente da versão brasileira da *alt right* americana passou a ser vista como representando o povo, os de baixo (através de símbolos recorrentes na memética como o relógio Casio e a caneta Bic). [...]. O que eram minorias oprimidas passaram a ser vistas com fonte de opressão e de cerceamento de liberdades, ou como segmentos indevidamente privilegiados – através de significantes vazios frequentes na memética como o da “bolsa” (-travesti, -prostituta, -presidiário) ou, quando a mira estava voltada para artistas, a “Lei Rouanet” (CESARINO, 2020a, p. 108-109).

A complexidade dos elementos que compuseram essa mudança na política brasileira, ou, como o próprio candidato Jair Bolsonaro designava, “velha política”, sintetizada na prática do “toma lá, dá cá” para denominar o presidencialismo de coalizão, vai muito além de qualquer designação hermética. A soma de muitos outros fatores constituiu e delineou essa desconstrução da política que era praticada no Brasil desde 1988, fato que contribuiu para a emergência de Jair Messias Bolsonaro, ou melhor, para que estivesse na hora certa e na posição certa para alçar o poder. Resumidamente, apresentaremos elementos que pavimentaram o cenário vantajoso para Bolsonaro na pré-eleição de 2018, lembrando que não se esgotam nos que serão apresentados.

Em troca de votos no Parlamento, entregavam postos ministeriais e posições de poder, além de favores, como, por exemplo, concessões de meios de comunicação. Em nome da chamada “governabilidade”, instaurou o desgoverno, distanciando-se de seus compromissos e promessas originais (REIS, 2020, p. 7).

Podemos partir em um aspecto *lato sensu* e generalista da crise e da fadiga que nossa jovem democracia atravessou desde 1988, acumulando dois presidentes que sofreram processos de “*impeachment*”, efetivamente consumados – isto é, o *impeachment* do político do Partido Trabalhista Brasileiro, Collor de Mello (1990-1992), e da petista Dilma Roussef (2014-2016). O primeiro, conforme Sallum Jr e Casarões (2011, p. 64) “é um exemplo excelente do que se pode chamar de um fenômeno político, composto por diversas causas, entre elas: as disputas político-institucionais, a fragmentação partidária, o desgaste do Presidente junto à opinião pública, bem como a mobilização da sociedade civil” (apud MAIA; FREITAS JÚNIOR, 2022, p. 27). O segundo impedimento, representou – em um cenário que poderia já se considerar duradouro para a história recente da democracia brasileira – “uma grave crise sob os aspectos políticos, econômicos e sociais” (MAIA; FREITAS JÚNIOR, 2022, p. 28).

Para qualquer ordenamento político que se tem sob a ótica da estabilidade, tal cisma influi nas relações sociais. É como se fosse uma parada cardíaca que traz consequências ao corpo sobrevivente. Ou melhor, “O processo de investigação, culpabilização e punição de um presidente gera instabilidade, insegurança e torna o País muito vulnerável perante a comunidade interna e internacional” (MAIA; FREITAS JÚNIOR, 2022, p. 30).

No que se refere aos propósitos de contextualização desta pesquisa, as manifestações do movimento “Vêm pra Rua”, do MBL e outros movimentos da direita liberal – com símbolos nacionais (a camisa da seleção virou um marcador da Direita desde então) e que lutava “contra a corrupção”, a “velha política” e “exigia mudanças no país, e clamava por moralidade na administração pública” (MAIA; FREITAS JÚNIOR, 2022, p. 31) – que se mobilizou pelo *impeachment* de Dilma Roussef, pode ser considerado um marco zero do estado de coisas que levou a ascensão de Bolsonaro como líder populista da extrema direita.

[...] vale destacar que um dos golpes de mestre da campanha Bolsonaro foi incorporar como seu símbolo maior a camisa canarinho, já apropriada para a direita pelo antipetismo dos anos anteriores. Desde o início, a campanha do PSL contrapôs o verde-e-amarelo ao vermelho do PT, do MST, do comunismo, como se o que ele representasse não fosse parte legítima da nação brasileira: “nossa bandeira nunca será vermelha” (CESARINO, 2020a, p. 114).

A democracia e todos os seus processos evolutivos precisam caminhar sem intercorrências bruscas, dentro de uma normalidade, ainda que o próprio processo de *impeachment* seja uma ferramenta democrática, embora, paradoxalmente, também seja um

instrumento autoritário. É importante destacar que nossa jovem constituição foi construída por parlamentares que vivenciaram o período de exceção promovido pela Ditadura Militar brasileira, razão pela qual, o peso da caneta ao redigir nossa Carta Magna tinha por interesse precípuo a garantia dos direitos civis.

Muito embora as instituições que compõem o Estado Democrático de Direito sejam perenes e sofram um aperfeiçoamento a cada crise, a política viva e praticada sofreu um duro golpe. Esse movimento pendular entre as instituições e a política pragmática serviu para testar a força democrática e o amadurecimento institucional no período pós-ditadura. A interpretação que nos legou Gramsci (2004) confirma essa impressão. Nos termos do filósofo italiano, “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece” (GRAMSCI, 2004, p. 184).

Podemos acrescentar que o modelo de política adotado no Brasil no período imediatamente após a Ditadura Militar já começou a apresentar desgastes no período em que Fernando Collor governou o país (1990-1992), sendo afastado do cargo acusado de esquema de corrupção. Essa fratura, repetiu-se com o afastamento de Dilma Rousseff, em 2016. Os sinais de fadiga democrática foram sendo acumulados ao longo desse período, com sucessivas crises políticas e econômicas.

Por outro lado, os partidos políticos dominantes desse período foram perdendo suas características inovadoras e caíram no fosso do descrédito político. As características que fizeram surgir tanto o Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980, quanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PMDB) na década de 1990 foram se deixando absorver pela espiral da corrupção, descompromisso público, perda de identidade política e foram tragados pelas dinâmicas pragmáticas da classe política dominante, esta última, completamente desmoralizada, não mais figurava no horizonte de suas visões políticas.

A instabilidade evidente do regime político pós-1988 pavimentou boa parte do caminho para o aparecimento do bolsonarismo, uma vez que não houve uma reflexão sobre o desgaste e desmoralização política que já afetava o corpo político. Houve, portanto, uma arrogância política suficiente para subestimar ou até mesmo desconsiderar qualquer possibilidade da chegada de um *outsider*.

Exemplo paradigmático da *pós-política* (MOUFFE, 2021), não podemos esquecer de mencionar a posição política do PMDB – o maior partido do Brasil, surgido em oposição ao governo militar e ao partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – que sempre compõe o poder político, em busca da garantia de sobrevivência organizacional e

conquista de recursos de poder (LAMEIRA; PERES, 2015), construindo alianças que beneficiam sua permanência em posições estratégicas nos cargos dos Governos, sejam eles petistas ou “tucanos” (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB).

De outro modo,

Desde o fim dos governos militares o partido vem participando formalmente, ou mesmo colaborando pontualmente, com todos os governos, ora de forma mais coesa, ora parcialmente – com exceção do governo Collor, quando o partido foi deliberadamente excluído da coalizão situacionista pelo presidente da República. O ponto central que justifica essa importância da legenda é que, desde o retorno à democracia, o PMDB vem com frequência figurando como a maior agremiação partidária em número de deputados, senadores, prefeitos e até mesmo governadores, o que coloca como uma legenda-chave para qualquer processo de governabilidade, independente da aliança política que dê sustentação ao governo (COUTO; ABRUCIO; TEIXEIRA, 2014, p. 58).

Como afirmam Lameira e Peres (2015), a “sobreposição de características diferentes, no mesmo partido, sustentou sua adaptabilidade a contextos políticos diferentes e mudanças bruscas na institucionalidade” (p. 13). Enfim, como analisam os autores, corroborando com o exame de Kinzo (1988),

[...] a clivagem entre ARENA e MDB não obedeceu uma cisão claramente definida entre os partidos conservadores, de um lado, e partidos trabalhistas de outro e foi fruto de uma formação artificial, dada a própria origem parlamentar e institucional dos partidos. Características essas que criariam [...] os traços constitutivos centrais do MDB, em sua trajetória posterior: o caráter de frente política plural, aglutinadas sob a bandeira vaga da democratização, sua vocação eminentemente eleitoral, dada sua formação dentro do parlamento e que tinha nas eleições o espaço privilegiado de atuação política, baseado nas restrições de ser um partido de oposição num regime autoritário (LAMEIRA; PERES, 2015, p. 10).

Embora atuando como uma verdadeira “eminência parda” (*éminence grise*) que age “nos bastidores” – sem, por exemplo, nunca ter sido competitivo em eleições presidenciais (COUTO; ABRUCIO; TEIXEIRA, 2014) – em todos os Governos desde a redemocratização, a fatia destinada ao PMDB sempre foi muito generosa, o que nos leva a deduzir que os interesses políticos e eleitorais sempre foram superiores a qualquer consistência ideológica

Em um cenário “de *pós-política*, em que não havia nenhuma diferença fundamental entre as políticas de direita e esquerda” (MOUFFE, 2021, n. p.),

A despopularização dos partidos tradicionais não implica propriamente um declínio de preferências centristas, moderadas, apenas uma aversão aos próprios partidos. **As pessoas, quando acham que todos os políticos profissionais são a mesma coisa, egoístas, desonestos ou corruptos, se viram contra eles, estejam à esquerda, à direita ou no centro** (PRZEWORSKI, 2020, p. 120, grifo meu).

A crise econômica que abalou o mundo em 2008 – definida pelo presidente à época, Lula, como “uma marolinha” – se mostrou muito mais devastadora, deixando como herança

uma série de insatisfações com a vida econômica, social e política por parte dos eleitores médios, que anos mais tarde se desdobrou nas manifestações de 2013, que como já dissemos, pavimentou o caminho para o aparecimento do bolsonarismo.

Como analisou Mouffe (2021), “estamos testemunhando um ‘retorno da política’” (n. p.). Ou melhor, como analisou a cientista política em outra oportunidade:

[...]. Em una coyuntura política em la cual el desplazamiento hacia el centro de partidos anteriormente socialistas há conducido al desdibujamiento de las fronteras entre izquierda y derecha, esto há creado una situación em la cual la brecha entre el ‘nosotros’ y el ‘ellos’ constitutivo de la política democrática ya no puede tener lugar dentro del contexto de los partidos políticos tradicionales. [...] esto há creado um vacío que es actualmente ocupado por demagogos populistas de derecha quienes, mediante la articulación de diversos temores y resentimientos, han logrado constituir una nueva forma de oposición nosotros/eles a través de un discurso populista em el cual el ‘pueblo’ es constituído sobre la base de una cadena de equivalências entre todos aquellos que, de una manera u otra, son presentados como primidos por el ‘bloque de poder constituído por las elites políticas, la burocracia y la *intelligentsia*’ (MOUFFE, 2009, p. 94).

Podemos discorrer em apertada síntese, que em junho de 2013 ocorreram de forma ampla em diversas cidades do Brasil uma verdadeira onda de manifestações populares. Os locais públicos de relevância foram pontos de concentração popular, em que, segundo estimativas mais de dois milhões de pessoas compareceram, introduzindo um novo tipo de movimento popular. A massa que ocupou as ruas era predominantemente jovem, com relativa escolaridade, originários das classes médias, com acesso às redes sociais, espontaneamente organizados e sem ingerência de partidos políticos, cuja pauta principal era uma crítica da política vigente, com evidente conformação suprapartidário (“sem partido”) e voltada a criticar o governo de Dilma Rouseff, do PT.

Ou seja, o que se viu pode ser enquadrado como

[...] parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das reformas tradicionais da política (GOHN, 2014, p. 12).

Apesar das manifestações terem se iniciado com os tradicionais movimentos sociais de esquerda e com o Movimento do Passe Livre (MPL) e *black blocks*, rapidamente houve adesão de novos grupos, como os movimento “Vem pra rua”, o Movimento Brasil Livre (MBL), o “Revoltados Online”, todos com um caráter inicialmente suprapartidário, mais tarde realinhados mais à direita. Valores e símbolos de caráter nacionalista foram invocados e tomaram formas através da utilização maciça da camisa da seleção brasileira de futebol, o culto ao verde e amarelo e à bandeira nacional, além da apropriação do Hino Nacional Brasileiro.

Houve ataques à mídia tradicional e a forma de cobertura e opiniões jornalísticas bem como aos partidos políticos existentes, sobretudo os partidos de esquerda, evidenciando o desgaste político.

As redes sociais são o fenômeno dos tempos contemporâneos que romperam com o monopólio da imprensa e da velha mídia. O acesso à informação, aos dados e aos fatos se democratizaram de tal forma que se tornou impossível controlar a natureza de suas fontes, tendo se constituído numa verdadeira revolução digital, ao mesmo tempo, que fermento para a proliferação de notícias falsas (*fake news*). A rapidez com que se apresentam e se replicam os conteúdos, incluindo as *fakes news*, também é outro fator que chama a atenção. Em 2013 se pôde observar na prática como o funcionamento dessas tecnologias foram aplicadas, uma vez que as mobilizações foram convocadas através dessas ferramentas digitais e constituíram um dos principais elementos de fomento, mobilização, divulgação em torno da pauta do “combate à corrupção”.

No sucesso eleitoral de Bolsonaro há mais de adesão a sentimentos comuns à sociedade brasileira do que respeito às regras da lógica. De igual sorte, o discurso de Bolsonaro sempre esteve ligado à mentira e à deformação do pensamento. Não por acaso, a difusão de *fake news* e o ataque ao conhecimento ocuparam papel fundamental na eleição do “mito” à presidência [...] (CASARA, 2020, p. 142).

Pela primeira vez percebeu-se também que as *fakes news* eram uma realidade, e seu controle e identificação quase impossível. A disseminação de notícias falsas pelas redes sociais mais tarde se revelou fator decisivo nas eleições de 2018, momento em que o medo e a desinformação provaram-se capitais para a chegada de Bolsonaro ao poder (CESARINO, 2020a; 2020c, 2020d; VISCARDI, 2020).

Nesse contexto, a imprensa tradicional acaba por ser também colocada como “inimiga”, fato que é justificado pelos bolsonaristas sob o argumento de ausência de imparcialidade na hora de transmitir as notícias ou por distorcer a verdade, uma vez que, segundo eles, a imprensa profissional está eivada de vícios ideológicos da esquerda, ou do “marxismo cultural”. Como analisa Cesarino (2020a):

[...] Desde o início da campanha eleitoral, o mecanismo populista bolsonarista buscou limitar o acesso do “povo” a uma esfera pública de caráter mais aberto e pluralista, bem como a estruturas tradicionais de produção de conhecimento autorizado. Foram muitos e variados os conteúdos direcionados à deslegitimação da imprensa profissional e de especialistas. Numa das notáveis inversões de que falou Laclau (2005), as mídias sociais, e em especial o WhatsApp, se tornaram o domínio da verdade e da liberdade de expressão, enquanto a esfera pública passou a ser condenada como o lócus de *fakes* e manipulações (p. 107).

Essa questão abre um flanco considerável para a propagação das *fake news* e do estabelecimento da pós-verdade por meio de um populismo digital (CESARINO, 2020a, 2021). Os ataques de Bolsonaro à imprensa reforçam a tese de que a mídia tradicional persegue a ele e seus seguidores, saindo da linha profissional, passando a praticar ataques quase pessoais, o que gera um efeito cíclico. Ou seja,

As palavras ameaçadoras do novo líder têm um efeito bumerangue. Se a mídia se sente ameaçada, pode abandonar o comedimento e padrões profissionais, num esforço desesperado para enfraquecer o governo. E a oposição pode concluir que, pelo bem do país, o governo tem que ser afastado através de medidas extremas – *impeachment*, manifestações de massa, até mesmo golpe (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 90).

Adam Przekowski em sua recente obra, “Crises da Democracia” (2020), brinda-nos com uma importante contribuição acerca da relação dos regimes de verdade no mundo pós-moderno. Suas considerações chamam a atenção para o caráter personalista que fundamenta a verdade na atualidade. Segundo o autor, “a verdade de uma declaração é autenticada pela identidade de quem fala” (PRZEKOWSKI, 2020, p. 146), ou seja, cada um tem *a sua verdade* e o espaço para o diálogo é quase nulo.

Nossas convicções não têm autoridade sobre os outros porque são condicionadas por nossa identidade. Numa esfera relativista, as notícias alheias são sempre “fake news” e não há procedimento para determinar sua verdade ou falsidade: é um mundo “pós-verdade” (PRZEKOWSKI, 2020, p. 146).

Em um contexto em que todos os domínios da vida passam a ser mediados massivamente pela arquitetura neoliberal das mídias digitais (CESARINO, 2021; ZUBOFF, 2019, 2021), a verdade passa a ser, portanto, uma questão de opinião e não ancorada no “controle” e checagem de fatos (PRZEKOWSKI, 2020, CESARINO, 2021). De outro modo, “a digitalização crescente da política tem levado o cidadão comum a se sentir cada vez mais qualificado para dar uma opinião autorizada sobre os fatos – o que converge com a ascensão de epistemologias “populares” em contextos de pós-verdade e crise do sistema de peritos” (CESARINO, 2020a, p. 114).

A verdade se desvencilha da argumentação e de evidências presentes na esfera pública e se vincula, fundamentalmente, à *i-pistemology* (“eu-pistemologia”)<sup>5</sup> e ao pertencimento a públicos segmentados (CESARINO, 2021). Nesse cenário, a “confiança social em um sistema de peritos” (op. cit., p. 77) – *i. e.*, a academia, os especialistas e o jornalismo profissional – é deslegitimada, “avançando em seu lugar a legitimidade da experiência individual, da trajetória de vida, dos sentidos imediatos, dos afetos e das intuições” (op. cit., p. 80).

---

<sup>5</sup> O termo utilizado por Cesarino (2021) é extraído das reflexões de Zoonen (2012).

Assim,

[...] o que se tem chamado de pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle, no sentido exposto há pouco. Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, no qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham, tendo, portanto, sua capacidade neguentrópica significativamente reduzida. **Nesse processo, como veremos a seguir, circuitos neguentrópicos diferentes do sistema de peritos ganham força, como a política populista, o pensamento conspiratório e “encantado”, e outras formas de performatividade das mediações algorítmicas** (CESARINO, 2021, p. 77-78, grifo meu).

Outra contribuição ao aparecimento do bolsonarismo foi o movimento de criminalização da política. A Operação Lava Jato é produto e *leitmotiv* da crise política, social e econômica no Brasil, isto é, essa operação “não só contribuiu para a crise no Brasil, mas é também fruto dela e uma tentativa de resolvê-la, ou de dar uma solução ao acúmulo das contradições (POULANTZAS, 2008: 296) que contribuiu, ao fim, para a eleição de Jair Bolsonaro” (BELLO, CAPELA, KELLER, 2021, p. 1647). Como demonstram os autores, a Lava Jato, analisada como uma narrativa, produziu efeitos ideológicos apresentando, mostrando e formatando modos de entendimento, engajamento e práticas. Isto é: formas atuam, agem, regulam, formatam (op. cit.). Melhor dizendo, “a Lava Jato produziu formas que tiveram efeitos sobre a crise política, social e econômica no Brasil. [...] construiu narrativas sobre a política brasileira, e, ao fazê-lo, tornou-se uma linha de força adicional no processo que levou à crise geral em curso” (BELLO, CAPELA, KELLER, 2021, p.1648-1649).

O desenrolar dessa questão iniciou-se oficialmente em 2014, e investigaram os mais variados crimes corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, recebimento de vantagem indevida, entre outros muitos crimes tipificados em nosso ordenamento jurídico. Resumidamente, a Operação Lava Jato teve mais de 80 fases e cumpriu mais de 1000 mandados de busca, condução coercitiva e prisão, e que envolviam o mais alto escalão da política brasileira, a nata empresarial brasileira, e os altos diretores de empresas estatais. Não é difícil imaginar por qual razão foi apontada como uma das principais fomentadoras da crise político-econômica que assolou o país a partir desse ano. A operação é considerada a maior investigação de corrupção da história do Brasil.

Las movilizaciones de junio de 2013 dieron a este “núcleo-ultra” un primer espacio de visibilidad, mientras que la crisis de 2015-2016 (caída del 7 por 100 del PIB entre ambos años) amplificó el rechazo al lulismo y su alegato antiderechos. La construcción mediático-judicial de escándalos de corrupción (en particular el Lava Jato) asociados a toda la clase política y al alto mundo empresarial, pero conducidos, en especial, contra Lula da Silva, radicalizaron aún más al anti-PTismo y consagraron

el ascenso presidencial de una verdadera “revolución conservadora” aupada por los grupos de poder [...] (GALLEGOS, 2020, p 19).

Como explicam analisam Bello, Capela e Keller (2021), a Lava Jato, em um contexto de crise da formação social brasileira, foi capaz através de todos seus processos (que produziu a operação ou que foram produzidos por ela) foi capaz de alterar e reorganizar o bloco hegemônico no poder, impulsionando Jair Bolsonaro. Nos termos dos autores, “A Lava Jato operou, em suas práticas e discursos, através da forma narrativa, de modo a expandir, por meio de sua capacidade de formatação, a ideologia dominante em sentido amplo, traçando um enredo com heróis e vilões” (op. cit., p. 1646).

O o antipetismo que veio se pavimentado como instrumento político – em reação ao desde as manifestações de 2013, consolidando-se com o como tal a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Após o impedimento de Dilma Rousseff, novas maneiras de utilizar o antipetismo se abriram, como, por exemplo possibilitou a mobilização da pauta moral e anticomunista a partir da disseminação de notícias falsas (FARIA, 2021).

Segundo Faria (2021), o antipetismo, como instrumento político, foi essencial para estruturar três eventos históricos (as manifestações de 2013, o *impeachment* de 2016 e o desdobramento das eleições de 2018) e mediá-los em sequência. Enquanto “categoria convergente” – que, *grosso modo*, aproxima-se da noção de *significante vazio* de Laclau (2009a) –, o antipetismo aglutinou

[...] elementos que fomentaram os eventos observados no período, como: a perda de capital simbólico pela classe média tradicional (nos termos de Pierre Bourdieu) proporcionada pelas políticas do “lulismo” (nos termos de André Singer); a reação da “nova classe média” em conjunto com a classe média tradicional, ao interpretar sua ascensão econômica como mérito individual; permanência de um anticomunismo constante dos militares após a redemocratização; utilização de queixas às instituições a partir da corrupção como justificativa moral de reação ao lulismo; e, por fim, aversão à pauta de corte moral representada e apresentada pela “#EleNão” em detrimento do debate econômico no processo eleitoral (FARIA, 2021, p. 17).

Por exemplo, visando aprofundar ainda mais as bases do antipetismo, a estratégia de vincular o PT ao Governo venezuelano, cumpriu discursivamente um papel de delimitar um “eles” como inimigo (petistas, corruptos, imorais), por associar o PT ao “socialismo do século XXI”, por meio da disseminação de *fake news*, foi bem exitosa. Reside aí também uma das principais artimanhas do bolsonarismo.

A crise humanitária e econômica vivida naquele país serviu de matéria-prima para a expansão do temor e do medo desse “socialismo do século XXI”. Não foram raras as vezes que Bolsonaro declarou que caso o PT vencesse as eleições, estaríamos no caminho para “nos tornar uma Venezuela”. Entretanto, tal assertiva jamais poderia ser comprovada.

Com efeito, as eleições de 2018, brutalmente rivalizadas em um misto de idolatria, patriotismo e manipulação midiática, enredou uma crise política, ética e moral sem precedentes como resultante dos acontecimentos políticos dos últimos anos, levando ao descrédito e à descrença de todo meio político. Jair Bolsonaro, candidato à presidência, um militar reformado, ganha fôlego na corrida presidencial com bandeiras neoconservadoras, sendo algumas mais expressivas em defesa da família tradicional e o combate à corrupção (emblemático ante aos escândalos da Operação Lava Jato) (PEREIRA, CARVALHO, 2020, p. 44).

As raízes do bolsonarismo e o conseqüente surgimento de uma nova direita tupiniquim atingem seu ápice com as crises de violência urbana e do campo de Segurança Pública que assolavam e ainda assolam o país. Segundo o Atlas da Violência, publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), as taxas de homicídios ultrapassaram o estratosférico número de 62 mil mortos por ano. O algoz apontado pela direita, claro, era o PT que governou o país por 14 anos.

Esses dados viraram uma ferramenta de campanha nas mãos do candidato Jair Bolsonaro, que já tinha como bandeira o endurecimento no combate à corrupção e ao crime organizado, e, em contrapartida insinuava que o PT praticava uma política que beneficiava os criminosos além de abrandar e minimizar suas condutas criminosas, utilizando o rótulo de “bandidolatria”. A população, alarmada com os números da violência e cansada de se sentir indefesa escutou com atenção esse discurso.

Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018, p. 3).

Esse combustível político serviu de amálgama para unir as forças de segurança, policiais e militares, em torno do então candidato, fortalecendo sua base eleitoral de forma considerável. Em uma das entrevistas concedidas por Bolsonaro, após o primeiro turno das eleições de 2018, afirmou categoricamente: “Vamos entupir a cadeia de bandidos. Está ruim? É só não fazer besteira. Eu prefiro bandido na cadeia que gente inocente no cemitério”. Mais tarde, o grupo surgido pós-eleições de 2018 irá se denominar “bancada da bala” e estará atuante nas esferas, municipal, estadual e federal.

Bolsonaro supo mobilizar las fibras ultraconservadoras de amplios sectores sociales y, en especial, de segmentos vinculados a las iglesias pentecostales y a las fuerzas del orden (policías y militares activos y pasivos), que resintieron los avances progresistas como un agravio, financiado por el Estado, a sus particulares visiones del mundo (GALLEGOS, 2020, p. 19).

Sem esgotar os fatores explicativos, grande parte do que foi apresentado foi fundamental para o desenvolvimento e consolidação do bolsonarismo. A seguir serão apresentados mais alguns elementos, que visto por outro prisma, mais contextualizado, ajuda no entendimento deste movimento.

## 2.2- Os eleitores e o “eleito”

Eugene Ionesco, em sua obra intitulada “O rinoceronte” (2015), apresenta-nos sua alegoria em um período de pós-2ª Guerra Mundial. A obra, frequentemente associada a uma resposta crítica ao surgimento do fascismo e do nazismo, explora os temas da conformidade, da cultura, da responsabilidade, dos absurdos do cotidiano, das críticas aos silogismos, da responsabilidade, da moralidade, mas, sobretudo, da lógica dos movimentos de massa e da mentalidade de multidão.

Resumidamente, a história narra os acontecimentos em uma cidade francesa em que os habitantes se transformam em rinocerontes. O único homem que não sofre essa metamorfose em massa é o personagem central, Bérenger. Inicialmente descrito de forma caricata e crítica por seu gosto pela bebida, desleixo e por sua crescente paranoia e obsessão com os rinocerontes, que não se parece em nada com humanos, um ser bruto, desajeitado e coletivo.

Nesse contexto metafórico, nos interessa esse *efeito de massa* que a pitoresca obra de Ionesco (2015) apresenta, restando claro que nesta obra a escolha das pessoas por se transformarem em rinocerontes prevalece. Ou seja, o que predomina não é a aleatoriedade, mas sim a vontade dos personagens pertencerem a uma coletividade, a seguirem a “manada”, formando fileiras com a maioria.

Por mais improvável que parecesse – lembremos, nenhum analista político foi capaz de prever que fosse possível –, os mais diversos eleitores que votaram em Jair Bolsonaro exerceram seu direito de voto, formaram uma maioria, e decidiram elegê-lo Presidente da República.

O “efeito manada” do voto em Jair Bolsonaro pode ter muitos motivos, muitos inclusive já expostos no tópico anterior, porém, a escolha da maioria pode parecer improvável se analisarmos a figura de Jair Bolsonaro, um deputado de pouca expressão, que no mundo político frequentava o chamado “baixo clero”, sem projetos importantes aprovados e famoso por suas declarações efusivas, caricatas, polêmicas e sem filtro do bom senso.

A eleição de 2018 “foi a disputa mais surpreendente da história das eleições do Brasil” (NICOLAU, 2019, n. p.). Tratou-se de uma eleição da massa indignada (MOURA, 2019), em

que Bolsonaro – valendo-se do antipetismo que já imperava e se colocando como um *outsider* da “velha política” – “saiu do seu nicho e avançou sobre o tradicional eleitorado moderado do país [...] conquistando os eleitores de alta escolaridade e os moradores de bairros e cidades de maior renda do país” (NICOLAU, 2020, n. p.), vencendo também “entre os eleitores de baixa escolaridade e nos grandes centros urbanos” (op. cit., p.).

Dizer que votou em Bolsonaro não faz da pessoa bolsonarista, mas confirma o “efeito manada” que o voto em Bolsonaro representou. Alguns certamente votaram em Bolsonaro como forma de protesto, um voto de ressentimento com a política brasileira, que já apresentava há algum tempo uma crise de representação, entendida aqui em seu sentido ampliado.

[...] ou seja, não apenas o resultado da desconexão entre partidos e cidadãos, mas antes como um *motto* que alimenta o antagonismo entre o povo e a opacidade da esfera institucional do sistema social contemporâneo, compreendendo as estruturas financeiras e as normas procedimentais (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 36).

As tentativas de desmandos autoritários e os rufos históricos do líder populista muitas vezes evidenciaram apenas o caráter demagógico do discurso, a falácia e a retórica. Aliás, essa sempre foi uma estratégia do Presidente eleito desde seus tempos como Deputado Federal. Como demonstra Nicolau (2020, n. p.), que assistiu uma série de entrevistas e aparições de Bolsonaro em programas televisivos do começo dos anos 2010, o político “é tratado pelos apresentadores como uma figura excêntrica e folclórica. Suas ideias – como a defesa do uso da tortura ou a disposição para participar de pelotões de fuzilamento, caso a pena de morte fosse aprovada – chocam até hoje”. A utilização da polêmica e do discurso politicamente incorreto difundido pela nova direita brasileira (DI CARLO; KAMRADT, 2018) foram, assim, catalizadores de votos e arrebanhamento de eleitores.

Colocando em operação o mecanismo populista, em um contexto de insatisfação generalizada com a economia, a política, o temor da classe média em perder privilégios e posição diante das transformações políticas empreendidas pelos governos do PT etc., Bolsonaro emerge – sobretudo por meio de populismo digital e sua topologia fractal (CESARINO, 2019, 2020a)<sup>6</sup> – como uma liderança carismática, “alegando vir de fora do sistema e se colocando como paladino da ruptura e da mudança” (op. cit., p. 98).

---

<sup>6</sup> Como analisa a autora, “[...] o principal elemento diferencial da eficácia do populismo em sua modalidade digital: sua topologia fractal. [...] na versão digital [do populismo] o líder distribui o próprio mecanismo populista para seus seguidores, que passam a reproduzi-lo de modo espontâneo. Essa fractalização, que potencializa de modo inédito a capilaridade do mecanismo populista, é propiciada – no sentido da *affordance* de Gibson (1986) – pelo caráter propriamente digital das mídias sociais: em especial, sua capacidade de, por um lado, produzir equivalência entre indivíduos originalmente desconectados entre si, e, por outro, produzir diferença e polarização através de bolhas digitais (Gerbaudo, 2018)” (CESARINO, 2020a, p.104-105).

Como explicitaram Eatwell e Goodwin (2020):

Os líderes nacional-populistas se alimentam dessa profunda insatisfação, mas seu caminho até o *mainstream* também foi aberto por uma quarta tendência: os elos cada vez mais fracos entre os partidos dominantes tradicionais e as pessoas, ou o que chamamos de desalinhamento (p. 22).

Como visto, no discurso bolsonarista reside uma das chaves para entendermos essa maciça adesão, outro elemento explicativo pode ser buscado no carisma atribuído ao “líder”, Jair Bolsonaro. Ambos os elementos são típicos de líderes populistas, muito bem estudados por Adorno. Segundo Adorno (2015), “o mecanismo que transforma a libido na ligação entre líder e seguidores, e entre os próprios seguidores, é o da identificação” (p. 166). Assim, na visão adorniana, o elo libidinal entre o líder e a massa, expressa pelo referido sentimento de identificação, alimenta o mecanismo populista.

Uma vez que o vínculo libidinal entre membros de massas não é obviamente de uma natureza sexual desinibida, o problema se apresenta em termos de quais mecanismos psicológicos transformam a energia sexual primária em sentimentos que mantêm as massas unidas. Freud enfrenta-o por meio da análise dos fenômenos cobertos pelos termos sugestão e sugestibilidade (ADORNO, 2015, p. 162).

O líder exerce um controle sobre sua massa, que se vê representada no líder. O discurso simples encanta os ressentidos, como se fossem “palavras mágicas”. A frustração passa a ter um representante capaz de resolvê-la. A possibilidade de ter seus gozos exprimidos sem qualquer censura ganha um ar de liberdade. As regras sociais que sufocavam seus sentimentos, agora tem uma voz que os representa, ou seja, a transferência da libido, uma troca entre a massa e o líder com fins políticos.

[...] Isso coaduna com o modo como opera a mecânica populista, que oferece a qualquer pessoa uma gramática simples – em especial, um binarismo moral entre pessoas boas e más – através da qual se atribui responsabilidade pelo caos social e, por consequência, se avalia as possíveis soluções (no caso, a liderança moralmente pura, representante direta do “cidadão de bem”) (CESARINO, 2020a, p.108).

Tanto para Freud (2010) quanto para Elias (1993), o homem tem seus desejos conformados pela civilização. Há uma renúncia dos desejos, da violência em prol da interação. Há uma domesticação dos desejos no processo civilizador e um consequente deslocamento da libido. A civilização é necessária para controle de libido e, consequentemente, da frustração. Elias (1993) nos mostra que diante da aglutinação de pessoas nas cortes, esconder os sentimentos era uma boa estratégia de sobrevivência, porém, as consequências desse processo de civilização podem ser o recalque, o ressentimento e a frustração. O aparecimento desse líder pode ser o catalizador para extravasar esses sentimentos represados.

O narcisismo é outra fonte que conecta o líder e seu seguidor. A idealização do líder vai para o campo do simbólico e a identificação do líder como “gente como a gente”, próximo das pessoas, é fundamental. Bolsonaro soube muito bem explorar esse ponto. Sua campanha de baixo custo, valeu-se da estratégia comunicativa de se aproximar dos “desvalidos” e pessoas simples, como por exemplo, quando promovia suas *lives* de campanha da varanda de sua casa, com uma mesa de café muito característica do brasileiro médio, com toalhas simples, copos simples e comida simples. A mesa improvisada com uma prancha de *surf*, a bandeira nacional grotescamente colada com fita adesiva, além de seu vestuário quase sempre com os mais variados times do futebol nacional contribuiu na identificação das massas com o líder, que se viram representadas através da semelhança da imagem transmitida pelo *marketing* de campanha: “Bolsonaro é gente como a gente”.

Como analisou Cesarino (2020a, p. 111):

Embora o carisma pessoal de Jair Bolsonaro destoe de lideranças populistas históricas que dependiam pesadamente de seus dotes e personalidades individuais, como Perón ou mesmo Lula (Cesarino, 2006), ele logrou projetar para a sua base a imagem de um homem simples e honesto. O que a oposição via como despreparo e truculência, longe de serem entendidos como defeitos por seus eleitores, também passaram a ser lidos nessa chave, como evidências de alguém do povo que é igual a eles. Em outras palavras, o que eram vícios no contexto pré-populista (falta de formação acadêmica, experiência de gestão, conhecimento especializado, trato e linguagem formal, participação em debates qualificados) tornaram-se virtudes, e vice-versa.

Enfim, como analisa Adorno (2015):

[...]. Mostrando-se como um super-homem, o líder deve ao mesmo tempo realizar o milagre de aparecer como uma pessoa comum [...] o conceito do “grande homem comum” (*great little man*), alguém que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas um de nós, um americano simples, saudável, não conspurcado por riqueza material ou espiritual. A ambivalência psicológica ajuda um milagre social a se realizar. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor de se submeter à autoridade e de ser ele próprio a autoridade (p. 172).

O líder precisa desenvolver uma linguagem que gere identificação e reforce os laços de seus seguidores consigo, no agir, no falar, no teor daquilo que ela quer ouvir. Nesse sentido, o lema –outrora utilizado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930 e, de maneira repaginada, durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964 – adotado na campanha de Bolsonaro, “Deus, Pátria, Família”, cumpre esse papel de aproximação. Um lema genérico, um compósito de significantes vazios (LACLAU, 2009a) que atinge de forma *lato* diversos públicos ao mesmo tempo.

O sintoma é também um fenômeno que leva à invenção de um sujeito ou de uma sociedade. Trata-se de uma solução de compromisso entre o conteúdo recalcado e as forças repressoras presentes em cada indivíduo. Essas “defesas” interditam o real para

evitar o sofrimento e a vergonha que ele produziria. O sintoma aparece para tornar suportável aquilo que seria insuportável. Há no sintoma uma explicação cifrada sobre um conteúdo proibido (CASARA, 2020, p. 146).

Uma profusão de sentimentos pode brotar desses dizeres generalistas, levando cada vez mais à identificação do líder com seus seguidores e gerando cada vez mais um sentimento de identificação com uma ideia. Nesse ponto, faz pleno sentido pertencer ao grupo que se identifica com essas conexões ideológicas e ter no carisma desse representante a materialização dos dizeres.

Adorno (2015) nos traz ainda outro ponto importante, a idealização do líder como pai, aquele ser autoconfiante, protetor, independente, capaz de amar de forma igual seus seguidores (expressão máxima do desejo não racional das massas), levando o indivíduo a crer verdadeiramente que está dentro do grupo, que é amado pelo líder.

Visto que a “dimensão conflitual antagonista” é inerente ao político (MOUFFE, 1999, 2009, 2021), isto é, que “la política siempre implica una distinción nosotros/ellos” (MOUFFE, 2009, p. 79), não podemos deixar de notar que para existir um “nós” bolsonarista – um grupo daqueles que são “amados” pelo líder, agrupados por uma lógica de equivalência (LACLAU, 2009a) –, é necessário, através de uma lógica da diferença, que se delimite o “outro”, ou seja, o grupo dos “rejeitados”, dos “inimigos” em relação aos quais se estabelecerá uma identidade contrastante. Melhor dizendo,

Como plantean Laclau y Mouffe, toda ‘posición de sujeto’ aparece constituida en el punto de encuentro entre dos tipos de lógicas que participan en su constitución, las lógicas de la equivalencia y las lógicas de la diferencia. Las lógicas de la equivalencia participan haciendo más similares elementos presentes en lo social, a partir de un proceso de exclusión de aquello que hemos denominado como “exterior constituyente”. Es decir, el carácter antagónico de toda identidad supone que los elementos que quedan al interior del cierre que define su límite, se vuelvan equivalentes entre sí. Pero lo único que puede hacer equivalente entre sí a una dispersión de elementos diferentes que no se relacionan a partir de ningún principio esencial, necesariamente debe ser una lógica de la diferencia con aquello que no es, con su pura negatividad (MOYA, 2015, p. 124).

Como assevera Mouffe (2009, p. 79), “ningún consenso – o ninguna identidade común, em realidade – puede existir sin una frontera. No puede existir um ‘nosotros’ sin um ‘ellos’, y la propia identidade de um grupo depende de la existência de um ‘exterior constitutivo”. Assim, baseado na construção de uma “fronteira antagonística amigo-inimigo” (CESARINO, 2020a) em que os oponentes políticos são concebidos como inimigos a erradicar, o bolsonarismo cria uma divisão “nós” contra “eles”. Assim, em um cenário “em que a religiosidade é mobilizada para combater um suposto comunismo numa sociedade que sempre-já se conformou sob a égide do capitalismo” (ALMEIDA, 2020, p. 164), uma das configurações essa divisão entre “nós” e

“eles”, p. ex., assume é entre um “nós” “crente”/ “eleito” (por Deus) e um “eles” “não crente”/“profano”, que passa a atuar como exterior constituinte.

O ganho narcisista fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere continuamente, e às vezes de maneiras bastante maliciosas, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao grupo, é superior, melhor e mais puro que aqueles que estão excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou autoconsciência é ressentida como uma perda narcisista e provoca fúria (ADORNO, 2015, p. 177).

Como narra Paul Cooper, em voz *over*, no mini documentário “*Glass Life*” (2021) de Sara Cwynar, “o fascismo [...] promete uma parte em algo maior do que você mesmo”<sup>7</sup>. Pois bem, em uma conjuntura de progressiva digitalização da política que se vê imperar no mundo, e no Brasil desde as eleições de 2018, os apoiadores do candidato da ultradireita brasileira se sentiram à “um *tweet*, um *post*, um compartilhamento do *smartphone* do líder ou de alguém do seu entorno (como os filhos ou algum ministro)” (CESARINO, 2020a, p. 106). Isto é, apoiados na falsa experiência de uma relação não-mediada com Bolsonaro promovida pela maquinaria digital do líder populista, sentiram-se não apenas representados, mas compondo “o corpo digital do rei” (CESARINO, 2019; 2020a). Portanto, em defesa de valores como “Deus, pátria e família” contra um entorno “comunista”, “gaysista”, “esquerdista”, “feminazi” ameaçador, fazendo parte de algo maior. Enfim, esse fato corrobora com o que notou Mazzarella (2019, p. 52), “o populismo se alimenta da ‘plenitude radical do corpo do líder no qual as pessoas podem encontrar uma imagem palpável da sua própria substância’” (apud CESARINO, 2019, p. 533).

A clivagem política entre direita e esquerda vivenciada no Brasil atualmente se estabelece por meio de uma lógica do “espelho invertido do inimigo” (CESARINO, 2019), em que rotulações que se vê entre os apoiadores de um espectro ou outro a troca de acusações. Os rótulos de fascista e genocida (Covid-19), por exemplo, atribuídos ao político Jair Bolsonaro parecem, simplórios e ingênuos demais. A adjetivação por si só não constitui elemento decisivo político-ideológico, mas sim uma mera provocação.

[...] com efeito, militantes da nova direita e do bolsonarismo têm trabalhado ativamente para reestruturar o espectro político no Brasil no sentido de construir um novo pano de fundo hegemônico. [...] Nos últimos anos, essa estrutura emergente vem sendo pouco a pouco apresentada e literalmente *ensinada* à população: WhatsApp, YouTube e outras plataformas têm operado como ferramentas pedagógicas centrais neste sentido (Mirowski, 2019). Nelas são frequentes, por exemplo, conteúdos explicando às pessoas, de forma bastante simples e com exemplos concretos, o que é ser de direita ou conservador. **Essa pedagogia quase sempre vem acompanhada de**

<sup>7</sup> GLASS LIFE. Direção: Sara Cwynar. Estados Unidos, 2021. 1 filme (19 min), sonoro, legenda, color. O curta metragem reflete sobre uma vida cada vez mais influenciada por telas de todos tipos. Destinadas a nos fazer comprar e nos vigiar, essa vida digital produz subjetividades e percepções fragmentadas sobre o mundo.

**explicações igualmente detalhadas sobre o que a direita *não* é: seu espelho invertido, a “esquerda”** (CESARINO, 2019, p. 546-547, grifo meu).

Rotular virou forma de protesto, se transformou em argumento político vazio, descartável e fluído, que se encaixa em qualquer situação de descontentamento ou discordância política a depender do espectro político que se tem sob prisma. O surgimento de um antagonismo, de uma clivagem e de um “nós” x “eles” no campo político ideológico, em que o outro constitutivo é concebido como um “outro repugnante” (CESARINO, 2019, 2020a), constitui um dos principais elementos do Fascismo, e pode ser observado também no bolsonarismo.

Por seu alto teor explosivo, a palavra “fascista” tem sido frequentemente usada como arma na luta política. É compreensível que isso ocorra. Para efeito de agitação, é normal que a esquerda se sirva dela como epíteto injurioso contra a direita. No entanto, esse uso exclusivamente agitacional pode impedir a esquerda, em determinadas circunstâncias, de utilizar o conceito com o necessário rigor científico e de extrair do seu emprego, então, todas as vantagens políticas [...] (KONDER, 2009, p. 25).

Inegável é, entretanto, que Bolsonaro construiu uma base eleitoral forte o suficiente para se manter no poder. Prova disso foi observado no dia 07 de setembro de 2021, no auge da crise entre os poderes executivo (Presidente) e judiciário (STF), na qual uma multidão desejava o rompimento institucional e a destituição dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Também temos as “motociatas”, realizadas em plena Pandemia de Covid-19, em uma clara tentativa de demonstração de poder, popularidade e influência.

A infalibilidade do líder, a eterna necessidade de se mostrar forte, invencível, em se tornar aquilo que Nietzsche (2015) chamou de “super-homem”, também devem estar presentes na representação do líder. No caso em tela, a facada desferida por um ex-militante de esquerda em Bolsonaro, ainda em campanha, ao contrário de lhe tirar da cena política, foi a coroação de sua força, mesmo na ausência de seu corpo físico nos debates – o que poderia expor suas fraquezas e deficiências – gerou empatia e solidariedade por parte dos seus apoiadores, e o mote da violência como culpa da “esquerda”, passou a arrebanhar em definitivo eleitores que estavam em dúvida sobre o voto em Jair Bolsonaro. Como escreve Cesarino (2019, p. 533), “imediatamente após a facada, o candidato saiu com grande fôlego da marca dos 20% em que vinha se mantendo até então, para a partir daí chegar progressivamente aos 56 milhões de votos que lhe garantiriam a vitória”.

Esse episódio drástico foi muito explorado pelo marketing de campanha de Bolsonaro, incluindo os autointitulados “marqueteiros do Jair”, que espontaneamente passaram a aprofundar a narrativa sobre uma incessante crise promovida pelos inimigos de Deus, da pátria e da família, a esquerda. Assim é que os apoiadores de Bolsonaro passam a

compor o “corpo digital do rei” (CESARINO, 2019, 2020a, 2021). Como analisa a antropóloga: [...] o atentado a faca consumou o processo em que corpo do líder e corpo político – relação de equivalência amplamente ancorada na simbologia da nação brasileira – tornaram-se metáforas um do outro: o corpo (Bolsonaro, o Brasil) foi ferido e está sob ameaça; é preciso união e pronta ação para defendê-lo do inimigo comum (a corrupção, a esquerda, etc.). A insistência, amplamente observada na memética da campanha digital, em contrapor o ataque sofrido por Jair Bolsonaro ao assassinato de Marielle Franco ocorrido meses antes sublinha a centralidade da luta política travada no território dos corpos daqueles que operam como símbolos agregadores de identidades políticas emergentes em disputa (CESARINO, 2019, p. 534).

Para além, a figura de Bolsonaro como líder forte, “alguém que estaria acima do bem e do mal [...]”. Um salvador que resgataria o país daquilo que [...] apoiadores consideravam errado” (PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 102), foi imbuída de conteúdo mítico-religioso. Explorou-se a visão milenarista de missão divina de uma luta do “bem” (direita) contra o “mal” (esquerda)<sup>8</sup>, típica dos messias, muito conhecida dos cristãos, tocando dessa forma o visceral dos eleitores, sobretudo, do público que se define como cristão. A recuperação no hospital confirmava essa teoria. A gravidade da facada o teria levado a morte, não fosse ele uma pessoa vocacionada por Deus para conduzir o país. Uniu-se a imagem do super-homem com a do candidato eleito por Deus, que passou a reforçar uma definição mítica que a alcunha a ele designada já professava, Bolsonaro é um “mito”.

O significante vazio “mito”, através de uma cadeia de equivalências, assumiu “diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores” (KALIL, 2018, p. 2). Após o imponderável da facada em Bolsonaro em um atentado político durante sua visita de campanha em Juiz de Fora (MG), o significado atribuído por seus apoiadores, sobretudo, pelo público cristão (de que Bolsonaro é um enviado de Deus, salvador, um messias), passou a se somar ao significado mais ligado ao tom jocoso, tal como construído pelo público de eleitores *nerds*, *gamers*, *hackers*, *haters* e *trolls* através da mimética, quando o termo “mito” (“bolsomito”) foi utilizado pela primeira vez para se referir a Bolsonaro (KALIL, 2018).

Conforme Paula, Araujo e Saraiva (2020), do ponto de vista do imaginário, é interessante notar que:

A idéia destacada, expressa com tanta intensidade pelos eleitores de Bolsonaro durante a campanha, parece evocar **o mito do rei pela graça de Deus**<sup>9</sup> na forma em

<sup>8</sup> Isto é, perspectiva que “se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização - satanização da política. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica da política que possui como parâmetro o núcleo milenarista como embate cósmico final entre a luz e a treva, o bem e o mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (trev e mal) (CHAUI, 2000, p. 86 apud PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 112).

<sup>9</sup> Mito, em seu sentido antropológico “no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidas no nível da realidade” (CHAUI, 2000, p. 9 apud PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 106).

que foi descrito por Marilena Chauí em seu livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Essa fantasia parece evocar sentimentos antigos de que viria um rei, um salvador escolhido por Deus, para governar. Um governante que, conforme sugere Chauí (2000), cumpriria o propósito de Deus para a nação brasileira na terra e cuja vontade seria a lei soberana, pois seria a vontade do próprio Deus, de quem esse rei seria o representante. Visão que, segundo a autora, por depositar-se na crença de um personagem idealizado e de natureza fantástica toda a responsabilidade pelas transformações sociais, impede que os membros dessa sociedade amadureçam e se responsabilizem por ela (PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 102, grifo meu).

\*\*\*

A propósito do público eleitor de Bolsonaro, outro elemento, que vale mencionar neste trabalho é a característica dos eleitores de Bolsonaro. Não se pode generalizar, muito menos atribuir rótulos a esses eleitores, porém, em recente trabalho científico, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), sob coordenação da antropóloga Isabela Kalil (2018), desenvolveu uma pesquisa com uma análise robusta e satisfatória sobre esse público eleitor, apresentando uma série de reflexões e a descrição de 16 perfis, que contribuem em muito com uma série de contextualizações interessantes.

Basicamente, o público eleitor de Jair Bolsonaro mesmos é composto por uma amálgama de pessoas e grupos, sobretudo, que passaram a se manifestar entre 2013 e 2018, sobretudo, em torno da luta contra a corrupção (contra os “bandidos” ou quem apoia bandidos), contra o “sistema” e, posteriormente, contra a “esquerda” e a “ideologia de gênero”. Embora a pesquisa não esgote a amplitude do público que destinou seu voto a Bolsonaro, ela nos fornece um norte acerca das motivações e dos interesses desse grupo. Como dito, a pesquisa mostra de forma específica 16 grupos políticos ideologicamente alinhados às pautas bolsonaristas – que, apesar da diversidade de pessoas e grupo, podem ser “capturados pela figura do “cidadão de bem” (KALIL, 2018, p. 8), como veremos mais adiante.

Agrupados de acordo com marcadores sociais como classe, identidade de gênero, religião, raça/etnia, formas de engajamento e crenças e ainda considerando “o que repudiam e o que desejam, aspiram ou imaginam para o futuro em um eventual governo presidido por Jair Bolsonaro” (KALIL, 2018, p. 7), os perfis tipificados<sup>10</sup> são: *as pessoas de bem*, compostas por homens e mulheres de classe média, acima dos 35 anos, “de família” preocupados com a

---

<sup>10</sup> E é importante mencionar que não a tipificação é uma estratégia de abstração baseada em dados da realidade, todavia, por construir um “tipo-ideal” ou modelos, a categoria não possui correspondência exata com a realidade. Enfim, como a própria antropóloga escreve, “A tipificação trata de forma abstrata de diferentes dimensões mobilizadas na escolha do voto e como estas dimensões podem estar ou não sobrepostas. Ou seja, não é possível encontrar este eleitor ideal em carne e osso na frente das urnas, a menos que se construa uma visão caricata e pouco crível dos fenômenos sociais” (KALIL, 2018, p. 12).

segurança de seus filhos e o “futuro da nação”; *homens que performam uma masculinidade viril*, vindos de diferentes classes, que acreditam na sua capacidade de autodefesa, na justiça feita com as próprias mãos e vislumbram no porte de armas uma solução para enfrentar a violência, a criminalidade e abusos do Estado (*i. e.*, uma ditadura comunista); *nerds, gamers, hackers e haters*, compõem o grupo de eleitores ligado ao mundo do entretenimento e jogos.

Há também as *femininas e “bolsogatas”*, isto é, “mulheres de direita”, sobretudo, das classes média e média alta e elites, atuando contra a ideologia feminista se autoproclamando “empoderadas sem mimimi”; as *mães de direita*, geralmente de classe média baixa, que veem a educação como grande arena de disputa e atuam contra a “doutrinação da ideologia de gênero” e/ou “doutrinação marxista” nas escolas; os *homossexuais conservadores*, grupo composto principalmente por pessoas de 20 a 40 anos, se identificam como “gays de direita” porque “se dão o respeito”, são gays contra o movimento LGBTQIA+.

Temos ainda os grupos das *etnias de direita*, formado por homens e mulheres, negros, indígenas, orientais, imigrantes que se dizem perseguidos por apoiarem Bolsonaro, acreditam que a esquerda que propagou as diferenças de classe, etnia e gênero e segregou a “unidade nacional”; dos *estudantes pela liberdade* estudante do ensino médio e superior, entre 14 a 30 anos, que entre outras coisas lutam contra a “doutrinação marxista”; dos *periféricos de direita* ou dos *pobres de direita*, que acreditam nas máximas neoliberais e de estado mínimo além de pensarem que as propostas da “esquerda” não serem eficientes para resolver seus problemas (violência contra mulheres e crianças, estupro, problemas econômicos, desemprego, corrupção, má qualidade dos serviços públicos, segurança pública); dos *meritocratas*, que congrega pessoas de classe média alta e elites, com alto nível de escolarização em tono do antipetismo – o antipetismo dos liberais. Sem entrar nos detalhes, há também o público de eleitores de Bolsonaro composto por *influenciadores digitais; líderes religiosos, fiéis religiosos, monarquistas e isentos*.

Por fim, tendo em vista o objeto desta pesquisa, interessa-nos o perfil dos *militares e ex-militares*. Esse grupo se identifica ao discurso bolsonarista pela questão do combate às drogas como principal maneira de resolver o problema da Segurança Pública, esse perfil é composto por homens e mulheres atuam ou atuaram na carreira dentro de corporações policiais e das Forças Armadas, que “Lançam mão de seus cargos e conhecimento para propagar as ideias relacionadas à Segurança Pública e, também, participar da vida política” (KALIL, 2018, p. 15), cujos representantes políticos se proclamam como sendo integrantes da “bancada da bala”.

Como crítica, esse grupo rejeita “a escalada da criminalidade, a desvalorização e o sucateamento das instituições voltadas para a Segurança Pública e a falta de ordem nas

instituições nacionais e na sociedade civil” (KALIL, 2018, p. 15). No entorno desse grupo, como já mencionado, reside um dos principais pilares da exortação ideológica bolsonarista, o apoio de um contingente policial e militar.

Como analisa Reis (2020, p. 8):

Em uma análise específica da força política do Bolsonarismo, cumpre destacar, em primeiro lugar, seu núcleo mais coeso nos aparelhos de segurança formais (forças armadas e polícias) e informais (milícias e bancada da bala). Agrupam-se em torno dos conceitos de Ordem, de Segurança e de defesa da Pátria. Ignorados ou marginalizados ao longo dos anos da “Nova República”, mastigaram ressentimentos represados que escoam agora com vigor.

Mais uma vez o lema utilizado por Bolsonaro “Deus, Pátria e Família” encarna um significante vazio agregador. Se analisarmos cada item desse lema, notaremos que os tipos de eleitores acima descritos irão fatalmente se identificar com algum desses pontos. É nessa multiplicidade de significados arrolados sobre um mesmo guarda-chuva (“Deus, Pátria e Família”) que o populismo de ultradireita bolsonarista irá se apoiar, visando a fidelização do maior número de eleitores durante a campanha eleitoral, e após a sua vitória, manter as suas bases mobilizadas além de angariar novos apoiadores.

Nesse cenário de múltiplos perfis e de variadas interpretações sobre o que é a corrupção (cf. KALIL, 2018, p. 10), é mister trazermos para a conversa um conceito muito usado nos períodos que antecederam as eleições de 2018 e durante a a campanha eleitoral de Bolsonaro. Ou seja, a figura do “cidadão de bem”. Como analisa Kalil (2018), esta figura:

[...] é uma espécie de **repositório que consegue captar e atrair para si uma série de dimensões críticas a respeito de como sociedade e poder funcionam**. Essa figura, como o passar do tempo, conseguiu captar tendências “anti-sistema” (“contra todos os partidos”, “contra todos os políticos”, “contra tudo e contra todos”), para depois atrair dimensões da crítica anticorrupção (tanto em seu sentido estrito financeiro, quanto na sua forma moral, quanto em sua forma religiosa). Com o tempo, o “cidadão de bem” passou a se distinguir também de categorias, grupos e pessoas ligadas à esquerda (op. cit., p. 10, grifo meu).

O “cidadão de bem”, percebe-se como sujeito dotado de qualidades morais superiores dentro da sociedade, sendo merecedor de fazer parte dessa profusão de valores que o líder emana ou interpreta que sejam as mais corretas. Desde modo,

O “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” – vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de

peessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo (KALIL, 2018, p. 9).

Pois bem, analisado como um significante vazio (LACLAU, 2009a), pode-se dizer que “cidadão de bem” é uma figura “ao mesmo tempo central e caleidoscópica, pois se adequa com facilidade a contextos e dinâmicas heterogêneas” (KALIL, 2018, p. 12). Interessante notar que essa rotulação se aproxima da noção cristã de “eleito”. Nesse sentido, o “cidadão de bem” passa a ser o eleitor preferido de Bolsonaro, uma vez que esse eleitor representa todos os valores considerados válidos em uma sociedade de indignados com a corrupção e a “bandidolatria”. Qualquer manifestação contrária a esses valores é suficiente para alimentar rotulações características como “esquerdista”, “petista”, “lulista”, “comunista”, “mortadela” entre muitas denominações utilizadas pela lógica de clivagem social utilizada para separar o “nós” (de direita, detentor de uma conduta correta) do “eles” (de esquerda, conduta errática).

### **2.3- Fascismo e bolsonarismo: a moeda sempre tem duas faces**

O Fascismo surgiu na Itália na década de 20 do século XX, a partir de uma crise do pós-1ªGuerra Mundial, em um período marcado por muitas privações econômicas, turbulências sociais e políticas e transformações profundas nos governos vigentes. As crises econômicas quase sempre levaram a crises políticas subsequentes. Em outros termos, “o fascismo é essa monstruosidade como expressão política. Ele é uma técnica racional e oportunista de mobilização da irracionalidade de vastos segmentos sociais em momentos de crise” (SECCO, 2021, p. 108).

Segundo Gallegos (2020) o que se vem denominando como fascismo nos dias atuais apresenta características “irrepetíveis do fascismo original”, uma vez que as condições históricas e políticas são diferentes. Na mesma linha, Eco (2002) nos ensina que alguns partidos da nova direita apresentam características pouco em comuns com o antigo Fascismo Clássico. Essas condições diferentes de compreender a nova direita são muito relevantes e nos levam a analisar seus movimentos com mais cautela, além de nos remeter à releitura do próprio Fascismo Clássico.

Na obra “Anatomia do Fascimo” (2007), Paxton fornece uma importante contribuição acerca de uma definição sobre o que é o fascismo. Segundo o autor, o fascismo é:

[...] uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima [...]. [As quais necessitam de] um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites

tradicionais, que repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 2007, p. 178).

Novamente Eco (2002) nos traz uma seleção de 14 elementos que seriam próprias do Fascismo. Cada um desses itens traz uma explicação de seu sentido que, amiúde, não teceremos os detalhes sob o risco de desviar do objetivo do presente trabalho, entretanto, mencionar esses itens por si só será importante para o cumprimento do propósito.

Os elementos constitutivos do fascismo para Eco (2002) são: o culto à tradição, a recusa seletiva da modernidade capitalista ou do mundo moderno, o anti-intelectualismo e a ação pela ação, o racismo ou o medo da diferença, a intolerância à crítica, a frustração e o ressentimento, o nacionalismo exacerbado, o sentimento de humilhação perante os inimigos, a crítica ao pacifismo e a guerra permanente, o elitismo e o desprezo aos mais fracos, o heroísmo e a exaltação da morte, o machismo e as minorias sexuais, o populismo qualitativo e o povo como entidade monolítica, o uso de linguagem simples e pobre.

No campo ideológico, a fabricação dos “inimigos” do regime é fundamental e a clivagem do “nós” x “eles” passa pela repulsa ao comunismo. Essa realidade consumada com a Revolução Russa de 1917 trouxe um elemento fundamental de fomento à guerra permanente apontada pelo Fascismo Clássico. Muito embora o discurso anticomunista seja uma prática comum entre as variações de tipos fascistas, em virtude de sua intolerância à crítica, qualquer que fosse a forma de oposição ao ideal fascista poderia ser rotulada de comunista, ainda que fossem críticas de cunho religioso, econômico, moral ou simplesmente de natureza mais flexível.

Nesse campo, uma das formas mais geniais de se compreender as variantes do fascismo que se apresentaram no período histórico de sua máxima manifestação é a utilização da “teoria dos jogos” na conexão com o mundo político-ideológico feita por Eco (2002). Nas palavras do autor, “o fascismo tornou-se universalmente aplicável por que é possível eliminar de um regime fascista um ou dois traços sem que ele deixe de ser fascista” (ECO, 2002, p. 7). Esse pensamento brilhante abre nossos olhos aos diversos tipos de conexões possíveis com o bolsonarismo e seus mais variados grupos de eleitores. Eis a teoria:

FIGURA 1 – TEORIA DOS JOGOS

A-B-C-D  
1,2,3 2,3,4 3,4,5 4,5,6

FONTE: ECO (1995).

Ao observarmos o esquema acima, a explicação é muito interessante e exprime de forma bem direta as variações de fascismo que são observadas. Nos 4 grupos principais, A, B, C, D temos características que são particularmente atribuídas a cada um deles. Se observarmos num segundo momento tais características, notaremos que o grupo A possui 2 características em comum com o grupo B, já o grupo C possui 1 característica comum com A e B. Por fim, o grupo D apesar de não possuir similaridade com A, as possui com B e C, o que o coloca na mesma família por aproximação de similaridade e identificação.

Considerando o argumento de Eco (1995), ao explicar porque a palavra fascismo se transformou em uma “uma sinédoque, uma denominação *pars pro toto* para movimentos totalitários diversos”, que se vale da “teoria dos jogos” aplicada ao mundo político, podemos dizer que há uma aproximação entre os achados de Kalil (2018) sobre o público bolsonarista e a lógica da ideologia, ou da “política fascista” (STANLEY, 2018, n. p.). “O fascismo era um *totalitarismo fuzzy*” (ECO, 2002, p. 5)<sup>11</sup>. Isto é, o termo fascismo, *pari passu*, pode ser utilizado para se referir ao bolsonarismo – apoiado e sustentado por um caleidoscópio de perfis, razões, emoções, desejos e aspirações (KALIL, 2018) –, porque tal como explica Eco, o termo fascismo não faz referência a uma essência, ou melhor, a uma “ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideais políticas e filosóficas, uma colmeia de contradições” (op. cit.).

Assim, tomando o nos apresenta Kalil (2018) e se atentando, sobretudo, à lógica das equivalências (LACLAU, 2009a) que congrega diferentes públicos e demandas não satisfeitas em torno de uma política, o termo fascismo cabe ao bolsonarismo. Quero dizer, o termo cabe, na medida em que os eleitores de Bolsonaro compõem uma heterogeneidade que se une, por exemplo, em torno do lema “Deus, Pátria, Família”, proposto por Bolsonaro e seus marketeiros.

Do ponto de vista analítico, perfilar o público de apoiadores, eleitores e potenciais eleitores de Jair Bolsonaro nos ajuda a compreender que seus eleitores são plurais e diversos, ao ponto de certos grupos que formam essa amálgama não terem sequer conexões de interesse um com os outros – o que Kalil (2018) diz revelar “uma multiplicidade no padrão de eleitores”, sendo o único fator que os une, o candidato (o líder) e sua proposta política.

Uma das principais diferenças observáveis entre o Fascismo Clássico e os movimentos da nova direita, como o bolsonarismo, é que contemporaneamente – apesar da manutenção (e aprofundamento) do aspecto autoritário e antidemocrático de outrora – a política praticada pela ultradireita hodierna convive com a democracia e todos os seus processos, ou melhor – como

---

<sup>11</sup> Que pode ser traduzido como algo “confuso”, “impreciso”, “desfocado”, “esfumaçado”. Enfim, um conjunto, formado por uma diversidade de elementos, todavia, sem contornos delineados.

antes, mas de maneira mais sofisticada – o populismo de direita se vale dos termos da democracia para alcançar o poder e, conquistando-o, continua a se valer da burocracia e dos aparelhos de Estado para desarticular o bem-estar público e a união (mantendo mobilizados suas bases, propagando a política do “nós” contra “eles”). Enfim, através de um “‘híbrido institucional’ que combina elementos autoritários com estruturas liberais formalmente democráticas” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 38), o fascismo como política opera a *desdemocratização* (op. cit.).

[...]. A desdemocratização não é apenas um espelho invertido que anula de maneira linear a democratização. Antes, implica um processo peculiar com diversas nuances políticas e institucionais. Nesse sentido, um governo democraticamente eleito pode impor limites a futuros partidos também eleitos democraticamente, restringindo a autonomia institucional. [...]. Por “desdemocratização” não entendemos a “morte da democracia”, tampouco estamos interessados em analisar “como a democracia acaba”, como se a ascensão do populismo autoritário marcasse uma marcha inexorável para a ditadura, a autocracia ou regimes de lei e ordem. Ao invés disso, entendemos por desdemocratização um processo com mais nuances, pois conectado à institucionalização híbrida e aos ataques do populismo de extrema-direita contra a diferença [...]. A democracia não está morrendo, como entoava o coro melodramático. Não obstante, devemos destacar que deslizamentos autoritários estão emergindo das próprias estruturas políticas da democracia liberal” (op. cit., p. 37-39).

O autoritarismo típico do Fascismo Clássico não é compatível a democracia liberal que se consolidou desde os anos de 1970 e 1980<sup>12</sup>. As palavras do general Villas Boas – ex-comandante do Exército (2015-2019) e assessor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante o governo Bolsonaro, envolvido em polêmicas antidemocráticas, cujo episódio mais marcante, se deu em abril de 2018, “quando, na véspera do julgamento pelo STF de pedido de Lula para evitar a sua prisão pela Lava-Jato, postou dois tuítes que foram interpretados como pressão sobre a Corte” (O RECADO..., 2022, n. p.), o que foi essencial para a vitória de Bolsonaro –, ditas dois dias depois do primeiro turno das eleições de 2018, buscaram construir esse discurso para o público ouvinte da Jovem Pan:

Em uma democracia consolidada como a nossa, não ocorrem tomadas do poder, inclusive porque o povo brasileiro não vai permitir que se desrespeite a Constituição e se afronte as instituições. O Brasil hoje tem instituições sólidas que não permitem que a evolução saia dos limites dos preceitos democráticos (VILLAS BOAS, 2018, Joven Pan).

A legitimidade alcançada pelas vias democráticas é quase incontestável. Na medida em que não havia espaço para qualquer manifestação democrática nas formas de governar do

---

<sup>12</sup> Quer dizer, com regimes políticos que contam “com políticas liberais e um conjunto de procedimentos, tais como freios e contrapesos, falibilidade, autonomia institucional dos poderes, eleições livres, direitos individuais, expansão da cidadania, fóruns de consulta para políticas públicas, etc. [...]” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 37).

Fascismo Clássico, a reinvenção da nova direita se apega aos princípios democráticos como forma de garantia política, muito embora o processo de regressão democrática acabe por ocorrer.

De outra maneira, podemos notar que o processo de regressão democrática têm sido uma tônica com as mudanças políticas dos últimos anos. Apesar do processo eleitoral garantir o funcionamento democrático, é justamente por essa via que o envenenamento da democracia está ocorrendo. A legitimidade com que os populistas de direita chegam ao poder se torna uma justificativa para legitimar “o atropelamento de processos democráticos e o desmonte da infraestrutura democrática” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 38) que irão orientar suas formas de governar. Os líderes com características autoritárias não promovem mais golpes de Estado, eles chegam ao poder por meio de eleições.

Nesse sentido, a utilização do sistema legal e suas respectivas brechas legais são postas a trabalhar em prol das intenções de manter a divisão entre “nós” e “eles” – o sinal mais marcante da política fascista (STANLEY, 2018) – e governar para “uma fração reificada da sociedade (*o povo*) contra outros setores – no caso do populismo de extrema-direita [...] os imigrantes, o *establishment* corrupto, os esquerdistas, etc.” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 38).

Corroborando com o argumento de Peruzzotti (2017) citado por Morelock e Narita (2019, p. 38), pode-se dizer que “o populismo pode criar um padrão de ‘híbrido institucional’ que combina elementos autoritários com estruturas liberais formalmente democráticas”. Sob um “verniz democrático” a política fascista endossa a hierarquia, a incompreensão com a diferença e as políticas de reconhecimento e redistribuição. De maneira aprimorada, “A política fascista pode desumanizar grupos minoritários mesmo quando não há o surgimento de um Estado explicitamente fascista” (STANLEY, 2018, n. p.). Para um exemplo desse estado de coisas que queremos delimitar, ainda vale citar o filósofo estudioso do neofascismo:

O fascismo hoje pode não ter exatamente a mesma aparência que tinha na década de 1930, mas os refugiados estão novamente na estrada em todos os lugares. Em diversos países, seu drama reforça a propaganda fascista de que a nação está sitiada, de que os estrangeiros são uma ameaça e um perigo dentro e fora de suas fronteiras. [...] (STANLEY, 2018, n. p.).

No Brasil, vemos ainda a retórica – uma herança do período da Ditadura Militar – da guerra contra os “inimigos internos”, os comunistas, que, segundo alegam as teorias da conspiração disseminadas pelo bolsonarismo, estão em “todas partes” (na mídia, no STF, nas ONGs, etc.), o que explica, por exemplo,

[...] os vilipêndios contra o Supremo Tribunal Federal e os ataques contra verbas de pesquisa e manutenção de universidades públicas [que] exemplificam o encampamento das “necessidades reais” de *o povo* contra as frações do *establishment* identificadas como espaços para a elite corrupta e privilegiada (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 38).

Portanto, queremos argumentar é que o fascismo como política segue sendo útil nos dias atuais como forma de fazer política (ECO, 2002, STANLEY, 2018), sendo acionado estratégica e taticamente pelos políticos populistas de extrema-direita (como Trump, Bolsonaro, Orbán, etc.) de maneiras distintas, conforme os diferentes contextos. A dedução imediata é que o próprio arcabouço democrático crava sua sentença final, justamente quando os seus mecanismos de defesa não são suficientes para frear os intentos obscuros e/ou explícitos dos políticos populistas que ascendem ao poder. Na medida em que esses líderes carismáticos conquistam o eleitorado, outros políticos tradicionais rapidamente se articulam para apoiá-los, nitidamente buscando obter vantagens eleitoreiras com a popularidade daquela figura política.

A leitura que esses políticos tradicionais fazem da política é um acordo muito perigoso, pois sua intenção sempre é a de controlar a figura do autocrata, porém, como a história já mostrou, esses líderes caricatos tendem a intensificar sua ânsia de poder, suas tentativas de subverter a democracia, sempre invocando o apoio popular como forma de legitimar seus atos. As tentativas de controle quase sempre se logram infrutíferas.

Se analisarmos o panorama comparativo de outros líderes populistas ao redor do mundo, poderemos verificar que muitos deles deixam a retórica de lado materializando suas intenções de fato. Ou seja, a distância entre palavras e ações são eliminadas. O líder populista, ao realizar seus objetivos, aprofundam ainda mais a clivagem social e a polarização política. Como já dissemos, o adversário político se tornar um inimigo e a tensão política são permanentes, mesmo após a chegada ao poder. Como refletem Morelock e Narita (2019), passa-se a atuar por uma racionalidade política voltada para a agitação.

[...]. Em outras palavras, mais do que reunir indivíduos em um sujeito político coletivo, fundamental passa a ser a construção de linhas de divisão para a massa mobilizada. [...] a agitação é exatamente a construção de divisões alimentadas por antagonismos, produzindo uma sensação de conflito permanente. Mobilização diz respeito à capacidade de reunião de pessoas para um propósito, ao passo que agitação significa a projeção de um grupo contra outro, produzindo o efeito de um discurso de campanha contínuo. Em outras palavras, agitação implica uma racionalidade política que torna a divisão e o antagonismo o novo normal (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 41).

O surgimento de incertezas, o aprofundamento do medo, as desavenças, a quebra na confiança pública do cargo e o clima latente e generalizado de ódio criam uma atmosfera muito tensa, que por sua vez, passam a justificar e tornar factuais as rupturas sociais e políticas, em

um contexto em que antes os dissensos políticos existiam de forma harmônica, tal como concebe Mouffe (2015) a propósito do modelo agonístico de democracia (MOUFFE, 2009, 2015; 2021).

Segundo Mouffe (2021), aceitando que o conflito é constitutivo e legítimo na política, cabe uma reflexão sobre as maneiras de canalizar esse conflito sem que se destrua a associação política. Nessa senda, Mouffe (2015) explica que há diferenças entre um modelo antagônico de democracia, em que é a relação política se constitui em uma relação amigo-inimigo, na qual “nós” e “eles” “são inimigas que não partilham qualquer referencial comum” (MOUFFE, 2021, n. p.), e o modelo agonístico de democracia, concebida como relações entre adversários políticos, ou seja, pode-se imaginar na arena política um espaço simbólico comum entre oponentes que permita o surgimento de um “consenso conflituoso” (MOUFFE, 2015), em que as partes em conflito “apesar de admitirem que não existe qualquer solução racional para o seu conflito, reconhecem a legitimidade do seu oponente. São ‘adversários’, não ‘inimigos’” (MOUFFE, 2021, n. p.). Enfim, para Mendonça (2003), agonismo significa uma medida comum entre discursos em disputa, um consenso mínimo que permite o reconhecimento da legitimidade de uma afirmação concorrente.

A criação do sintoma da polarização e a necessidade de ter como alvo um inimigo, que figura sempre como “bode expiatório” e mantém viva a chama que o líder populista precisa para sobreviver, faz com que a salutar convivência democrática se torne um perigoso caminho de ódio, ressentimentos e ofensas em um campo fechado para contrapontos e ideias diferentes.

#### **2.4- O neoliberalismo como captura do Estado**

Como já sinalizamos, o aprofundamento do neoliberalismo mundo afora é o principal fator de erosão das democracias e o que tem possibilitado o surgimento dos populismos, sobretudo, os de extrema direita (DARDOT; LAVAL, 2016; CESARINO, 2019; BROWN, 2017, OFFE, 1984, FARBER, 1994). Isso porque o neoliberalismo, na virada dos anos de 1970 para 1980, aprofunda a lógica mercantil e concorrencial do capitalismo tradicional contaminando quase todas as dimensões da vida em sociedade. Como explica Offe (1984), o neoliberalismo pode ser entendido como uma “revolução” feita pelos capitalistas – insatisfeitos com a capacidade de organização da classe trabalhadora e o “excesso de direitos” – para minar as conquistas sociais advindas com o Estado de Bem-Estar Social.

Na crítica da Direita nos idos de 1970 e 1980 – cujos ícones conservadores são Margaret Thatcher e Ronald Reagan – o grande responsável pela crise de ingovernabilidade política e

econômica que marcou esse período era o Estado de Bem-Estar Social, a “doença” para a qual o neoliberalismo (redução do Estado, livre comércio, tributação regressiva, desregulamentação, capital desenfreado, trabalho forçado, bens privatização dos bens públicos, austeridade) era colocado como a cura.

Assim, atrelado a uma *restauração conservadora* (na moral e nos costumes), o neoliberalismo se impôs (OFFE, 1984). No que se refere ao objeto dessa pesquisa, é interessante notar que:

[...]. Parece haver, portanto, uma retroalimentação entre neoliberalismo e conservadorismo [...] nos termos de Wendy Brown (2019: 8), “o rancor racializado e o sofrimento econômico das classes médias e trabalhadoras brancas, longe de se diferenciarem do avanço [da precarização neoliberal], adquirem voz e forma a partir dele (CESARINO, 2019, p. 545).

Uma vez colocado em voga essa “gran transformación” (CASTEL, 2012), é mister pontuar que o neoliberalismo não é só um receituário econômico, mas uma racionalidade que busca governar a mentalidade e as várias dimensões da vida, reorientando as políticas, mas também os comportamentos em uma nova direção, que coloca a concorrência como central para todas as dimensões da sociedade, da mentalidade e do comportamento (DARDOT; LAVAL, 2016). Enfim, o neoliberalismo é

[...] como uma forma de governo que suplementa a subsumção do trabalho ao capital por meio da universalização do princípio da concorrência mercantil. Não se trata, portanto, apenas de uma ideologia ou de um receituário de política econômica, mas de uma racionalidade que pretende estruturar a mentalidade e, assim, o comportamento tanto dos governantes quanto dos governados, de dominadores e de dominados (PRADO, 2017, n. p.).

A financeirização da economia pode ser considerado o fermento que gerou a crise de 2007/2008 nos EUA, conhecida como a crise dos *subprimes*, em que basicamente houve o rompimento de uma bolha imobiliária que era sustentada pelo capital fictício. Passado esse evento, com a devida ajuda estatal aos bancos, o que se vê é a instalação de uma nova fase do neoliberalismo. O capitalismo neogerencial, passa a ser um modelo focado na elite rentista e em um sistema que combina recompensas e punições para manter a produtividade dos trabalhadores elevada. Nessa senda, podemos perfeitamente utilizar a metáfora da “mula e da cenoura” como exemplo que configura esse novo modelo gerencial.

O geógrafo David Harvey nos ensina em sua obra “O neoliberalismo: história e implicações” (2008), que há um novo imperialismo em curso, ou seja, uma colonização sem colônia. As práticas neoliberais visam sem dúvida o acúmulo do capital de forma ainda mais voraz e desmedida, utilizando-se para isso da falácia do empreendedorismo individual, da

desregulamentação estatal, da propriedade privada plena, do livre comércio e do livre mercado, além da financeirização da economia global.

O autor aponta o surgimento de um novo tipo de governança caracterizado pelo empreendedorismo urbano, que guarda relação direta com os princípios neoliberais, passando a meritocracia a orientar as percepções e comportamentos sem questionamentos, tendo sido praticamente naturalizada na sociedade moderna, tornando-se um mantra de liberdade para a ascensão social.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2008, p. 27).

O neoliberalismo tem como objetivo essencial a regulação do exercício global do poder político com base na economia de mercado e o aparelhamento (ou desaparelhamento) do Estado para sua imposição através de uma desregulamentação que não mais garante as cidadanias e os direitos sociais que foram conquistados ao longo de centenas de anos. Entretanto, seu alcance se dá de forma quase que totalizante, alcançando dos rincões mais pobres aos mais abastados, tornando todos empresários e empreendedores de si ou de outrem, gerentes e competidores. A lógica imperiosa é o acúmulo de capital, que fortalece o poder econômico e interfere nos governos e suas decisões políticas.

Para Foucault (2008), a razão de Estado e a arte de governar estão entrelaçadas e formam pilares que definem as bases sólidas de sua governamentalidade, alicerçada nas bases do Estado de polícia e limitada não apenas pelo Direito, mas tendo também como principal limitante da razão governamental a “economia política”. Assim, Foucault (2008, p. 19.) diz que “a economia política [...] é fundamentalmente o que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental”.

A “economia política”, segundo o autor, é a principal razão do Estado estruturada na arte de governar. Ou seja, o objetivo de enriquecimento do Estado passa a ser a principal razão deste. Nesse sentido, a questão econômica e a prática governamental convergem para formar a governamentalidade necessária, respeitando a “natureza própria dos objetos da ação governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 19) Quer dizer, não ultrapassando os limites, sob o risco de “governar demais”, sabendo respeitar as áreas que se pode intervir e as que não se deve intervir, na medida em que se estabelecem controles regulatórios sobre a sociedade e indivíduos.

Aihwa Ong em sua obra “*Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and Sovereignty*” (Neoliberalismo como exceção: mutações da cidadania e soberania, 2006), alerta-nos que o neoliberalismo está provocando uma reconfiguração das relações entre “governantes e governados”. Nas palavras da antropóloga:

[...] o neoliberalismo – com um n minúsculo – está reconfigurando as relações entre governantes e governados, poder e conhecimento, e soberania e territorialidade. O neoliberalismo é frequentemente discutido como uma doutrina econômica com uma relação negativa com o poder do estado, uma ideologia de mercado que busca limitar o escopo e a atividade de governar (ONG, 2006, p. 3, tradução minha).

Ong (2006) nos ensina que a cidadania como a conhecemos fica solapada a um segundo plano e sob o risco de desaparecimento quando os indivíduos são transformados apenas em “proprietários de propriedade”. Esse indivíduo independente, egoísta e dotado de uma ambição econômica desmedida passa a ser a regra do homem médio neoliberal, um indivíduo que é responsável por seu próprio destino.

O risco que a Democracia sofre com os avanços neoliberais é muito bem pontuado por Wendy Brown (2015) no que a autora chama de “desdemocratização” (*de-democratization*). Nesse sentido, a autora alerta para a “economização da vida política” levando ao entendimento de que a liberdade prometida verte ao campo da ideologia. Ou seja, liberdade e democracia passam a ser conceitos submetidos às vontades da *razão neoliberal* (BROWN, 2017; DARDOT, LAVAL, 2016, 2017) e sua política perversa que descarta os indivíduos como pessoas, querendo que todos – governados e governantes – “assumam, por vontade própria, a condição de mero ‘capital humano’” (DARDOT, LAVAL, 2017, n. p.), tornando-os todos “dispensáveis e desprotegidos” (BROWN, 2015), em uma desconstrução do contrato social vigente.

De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes estão o dismantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no exato momento de sua aparente extinção (BROWN, 2019, p. 51).

Vale lembrar que “a política neoliberal visa afrouxar o controle político sobre atores econômicos e mercados, substituindo a regulação e a redistribuição por liberdade de mercado e direitos de propriedade descomprometidos” (BROWN, 2019, p. 71). Nesse sentido, se analisarmos o Plano de Governo do então candidato Jair Bolsonaro denominado “O Caminho da Prosperidade” que se propõe como projeto para a condução de uma nação, veremos que o arcabouço neoliberal é a base desse planejamento. Deste modo, embora seja um plano de governo simplório, sua análise pode ser reveladora.

Em uma clara referência à Teologia da Prosperidade Cristã (WEBER, 1999), o título já faz o delineamento do que se pretende. Isto é, a manutenção da financeirização, do livre comércio “sem o viés ideológico”, da exaltação da meritocracia como ferramenta de ascensão social, e da desregulamentação de mercados (e, conseqüente quebra dos direitos sociais). Esse plano de governo, portanto, revela um alinhamento com o protecionismo mercadológico aos moldes praticados por Donald Trump, em que impera a austeridade fiscal. Tudo isso fortalecido e consubstanciado no rosto de Paulo Guedes, o “posto Ipiranga” do governo Bolsonaro, uma figura que por si só representa o imperativo neoliberal.

Segundo o Plano de Governo, são o mercado e o liberalismo econômico os responsáveis pela geração de renda, empregos, prosperidade, inclusão social e por livrar o mundo da miséria. Todavia, segundo alega o documento, o Brasil “NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais” (BOLSONARO, 2018, p. 13), sendo administrado de acordo com “Ideias obscuras, como o dirigismo” que “resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção” (op. cit.).

Essa *práxis* do capitalismo flexível, ou, nas palavras de Castel (2012), de um capitalismo pós-industrial (financeirizado), fatalmente nos levará, como nos ensina Sennett (2006), a uma lenta corrosão do caráter e das relações sociais, uma vez que se vê emergir nesse contexto uma dinâmica de descoletivização (CASTEL, 2012), sobretudo, da solidariedade de classe. Como já dito, Castel (2012), o que vemos ocorrer desde a década de 1970 é uma “grande transformação” com o advento de um novo regime do capitalismo pós-industrial, em que “uma dinâmica de *descolectivización*, o de *reindividualización*, [...] lo anima de principio a fin” (CASTEL, 2012, p. 24) que reconfigura profundamente a organização do trabalho e as carreiras profissionais.

Nas próprias palavras do autor:

En el plano de la organización del trabajo, primero, assistimos a una individualización creciente de las tareas, que exige la movilidad, la adaptabilidad, la asunción de responsabilidad por parte de los “operadores”, como se disse de buena gana em la actualidad, porque el término “trabajador” há dejado de ser *up to date*. Em su punto limite, el colectivo de trabajo puede ser incluso completamente disuelto [...]. Los antiguos colectivos de trabajo no funcionan y los trabajadores compiten unos com otros, com efectos profundamente desestructurantes sobre las solidariedades obreras. [...] Com Ulrick Beck, se puede hablar de um “modelo biográfico” [...]. Las carreras profesionales se han vuelto discontinuas, dejan de estar inscriptas em las regulaciones colectivas del empleo estable. [...] Debido a estas tranformaciones, la *exhortación a ser um individuo* se generaliza. [...] Precisamente em su éxito descansa el discurso gerencial, o más ampliaente neoliberal dominante, que celebra el espíritu de empresa y los desempeños del individuo “liberado” de la pesadez de los reglamentos y de los frenos que imponem los controles burocráticos, jurídicos o estatales (CASTEL, 2012, p. 24-25).

Portanto, uma das práticas mais controversas do neoliberalismo são as políticas de precarização do trabalho e dos direitos do trabalhador (expressas em novas configurações na organização do trabalho, terceirização, cargos temporários, informalidade, flexibilidade, etc.). Na medida em que as crises econômicas vão se sucedendo, os trabalhadores necessitam se reinventar para sobreviver e, na mesma medida, surgem os empreendedores de si mesmo. Em outros termos, “ao tentar sobreviver, o ‘empreendedor’ se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho” (ANTUNES, 2020, n. p.).

A lógica mercadológica de acúmulo de capital se insere em um novo plano, diversificado, veloz, impositivo, monopolista e violento. Por exemplo, a propósito do objeto desta pesquisa, os agentes de Segurança Pública – que vivem condições precárias de trabalho, cotidiano altamente estressante e sob constante risco – seguindo uma lógica empresarial, criada e legitimada pelo próprio Estado, aderem aos programas citados, retroalimentando a demanda e tornando isso imanente em suas vidas.

Esquecem-se, entretanto, que como a competição se manifesta e varia de um lugar para outro, por mais que haja um grande número de pessoas altamente qualificadas, sua relação proporcional às vagas de empregos é limitada. Não há espaço para todos. Por outro lado, as recompensas por estar no topo são especialmente lucrativas, tanto em termos de ganho de poder quanto de influência política, e aqueles que perdem a oportunidade sentem sua perda com mais intensidade.

O ressentimento surgido é particularmente forte entre as pessoas educadas na crença de que deveriam “fazer parte da elite”. Pior ainda, as sociedades tendem a produzir cada vez mais elites em potencial, uma vez que é tendência que o acesso à educação melhore com o tempo. Essa, possivelmente é uma receita para o caos político. Pessoas articuladas, educadas promovendo uma disputa pelo poder político e econômico, ainda que tudo isso não passe de uma promessa neoliberal.

Desde sua gênese, o Estado capitalista tem fracassado sistematicamente em assegurar o bem comum ou garantir os direitos dos cidadãos contra os abusos do mercado, atuando para legitimar a violência sobre os mais frágeis. [...]. Para o geógrafo David Harvey, a diferença no século XXI é como esse modelo de atuação do Estado [neoliberal] atinge proporções inéditas na era da austeridade. A crise de responsabilidade do neoliberalismo atual se dá por uma percepção generalizada que se faz “para os grandes, tudo, e para o povo, nada”. Ao mesmo tempo que a financeirização do livre-mercado, ou seja, o aumento do controle dos bancos sobre a economia e a vida social, e as privatizações são maximizadas, cortes públicos são crescentes e bens coletivos tornam-se cada vez mais deteriorados (PINHEIRO-MACHADO, 2019, n. p.).

Nesse sentido, o neoliberalismo, tendo capturado o Estado através do engessamento do Governo com suas políticas de austeridade para a população, submetendo suas decisões aos interesses mercadológicos em benefício dos interesses das grandes corporações e bancos, bem como capturado o *zeitgeist* das pessoas no seu ideal da prosperidade, acaba por sobrepujar qualquer manifestação da democracia, ainda que essa relação tenha sido construída com muita luta popular ao longo da história recente do Estado de Direito. Desta maneira, o neoliberalismo, desde o final da década de 1970 vem contribuindo para a erosão democrática, através do disciplinamento da vida social com sua lógica descoletivizante (CASTEL, 2012) e da privatização da vida pública, daqueles aspectos da vida que deveriam ser tratados como comuns, ou como bens públicos (saúde, segurança, educação, saneamento, etc.).

Acerca do que foi apresentado até aqui, quando comparamos o Fascismo Clássico ao bolsonarismo – em certa medida, a expressão de uma política fascista na atualidade nacional – temos um cenário muito peculiar. Os fatores que levam ao surgimento do Fascismo tradicional são únicos e, como já mencionado, “irrepetíveis”. Entretanto, os ecos da política fascista (STANLEY, 2018) estão presentes em diversos momentos da recente história política brasileira, não só no aparecimento do bolsonarismo, mas também no que se assiste desde a virada do século, sobretudo, após as Jornadas de Julho de 2013, como no *leitmotiv* que ampara a ação dos movimentos da nova direita mundo afora.

Por essa razão, taxar a nova direita de fascista é muito perigoso e precipitado, mas ao mesmo tempo tentador. A verdade é que não existem elementos suficientes para tal conclusão, uma vez que os traços formadores e constituintes do Fascismo Clássico não se fazem presentes em sua totalidade ou se modificaram de tal forma que sua metamorfose o apresenta com uma nova roupagem, sem que, contudo, possamos chamá-lo de fascista. Talvez, a conclusão mais assertiva é de que os novos movimentos da direita empregam táticas fascistas “como mecanismos para alcançar o poder” (STANLEY, 2018, n. p.).

A utilização de certos mecanismos fascistas de sucesso como o passado mítico (p. ex., a ideia de que na época da Ditadura Militar era melhor), a propaganda, a desinformação, o anti-intelectualismo, a irrealidade, a hierarquia, a vitimização, a lei e ordem, a ansiedade sexual, os apelos à noção de pátria e a desarticulação da união e do bem-estar público (STANLEY, 2018) corroboram para a rotulação desse movimento como fascista. Porém, os tempos são outros, e a política fascista se expressa em contextos únicos de cada país (op. cit.).

O que se viu na Alemanha e na Itália na década de 30 do século passado, não é o mesmo que se passa hoje. Faltam elementos para essa total confirmação, como, por exemplo, a existência de uma polícia secreta para combate aos inimigos do Estado, um Tribunal Especial

para defesa dos interesses do Estado, a ausência e incapacidade de formar um Partido Político (Aliança pelo Brasil), o apoio limitado do Exército, não sendo o apoio ao líder (Bolsonaro) uma unanimidade entre os oficiais e praças, os presença de freios legais impostos pelo STF aos intentos autoritários. Tudo isso revela que muito falta a Bolsonaro e ao bolsonarismo para a plena efetivação de suas pretensões de cunho fascista.

Assim, em consonância com Stanley (2018, n. p.), o rótulo de “fascismo” se aplica “para qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome”. No caso brasileiro, conforme apontou a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019), vale ainda mencionar a sua especificidade.

A lógica fascista brasileira é difusa. Ela não é facilmente identificável, pois propaga o ódio mais pulverizado, direcionado a uma massa diversa. É animada por uma mídia que busca seus próprios interesses, uma polícia violenta, um movimento religioso fanático e uma elite *sui generis* que, na teoria, defende o liberalismo, mas na prática age para defender privilégios. Ao passo que a extrema-direita geralmente vê seu povo como superior, e encarna o nacionalismo para tanto, o fascismo idiosincrático à brasileira não idolatra a si próprio, mas sim aqueles países que nos barram na imigração (op. cit.).

Existe na medicina uma doença conhecida como hiperamnesia, que é um tipo de hiperamnesia que consiste basicamente a “incapacidade de esquecer lembranças do passado, de forma detalhada e precisa” (MOREIRA, 2019). Tal doença parece uma dádiva capaz de conferir às pessoas que são afligidas por ela um superpoder de jamais se esquecer de algo, porém as consequências são devastadoras para o cérebro como comprovam os estudos e resultados clínicos.

No caso do Fascismo, uma espécie de hiperamnesia seria essencial para nos lembrar dos horrores praticados no passado, devendo ser uma lembrança permanente em nosso cotidiano, principalmente em nossa vida política para que nossas decisões jamais nos levem aos mesmos caminhos nebulosos e sinistros de outrora. De outro modo, uma política da memória dos horrores do passado precisa ser efetivada no país. O espectro fascista ronda nossas vidas políticas e modernas ainda hoje. Ainda que tenha sofrido uma metamorfose, essa política fascista, sobretudo em tempos de recessão e crise de representação no sistema político, preserva seus espinhos autoritários e violentos.

A internalização dos discursos populistas de direita, fomentadoras de uma rivalidade “nós” contra “eles”, produzidos a partir de fatos extraídos dispersos da realidade que, em algum momento, confrontam as formas de crenças dos diversos tipos de eleitores bolsonaristas, é um processo de construção generalista, ou melhor, que se vale de uma “ciência do populismo” (CESARINO, 2019) que, pela lógica da equivalência por um lado e pela lógica da diferença

por outro, acaba por agrupar esses eleitores diversos e plurais em torno de seus intentos de poder, na medida em que se soube aproveitou da “insatisfação [antissistêmica] latente, direcionando-a e organizando-a para o lado do autoritarismo e do conservadorismo” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, n. p.).

O relevante fato de estarem em uma sociedade atualmente dividida, faz com que se adequem a essas regras de conviviabilidade político-sociais, justamente por não serem alienados, fazendo com que sejam moldados aos intentos sedutores apresentados pelo líder carismático. A opção por um dos lados, mais que necessária, acaba por se tornar uma obrigação para esses eleitores, uma vez que passam então a ostentar um rótulo de empoderamento dentro de um círculo político que anteriormente sequer imaginariam. Tomar parte, portanto, torna-se sinônimo de pertencimento e aceitação.

Cabe a todos nós lembrar da mensagem passada por Eco (2002), um homem que viveu o período fascista em seu auge e nos legou uma mensagem poderosa. Qual seja, “o profascismo ainda está à nossa volta, às vezes à paisana” (op. cit., p. 11). Nessa senda, podemos concluir que tanto o bolsonarismo quanto o Fascismo Clássico apresentam faces distintas por inúmeras razões contextuais, entretanto, estão cunhados na mesma moeda, isto é, são feitos do mesmo material.

Não obstante, as mudanças significativas no aspecto social também fomentam uma base para tal fenômeno. O bolsonarismo, portanto, nasce de uma necessidade social de preencher um vazio deixado pela crise política acumulada e o descrédito da classe política, da crise econômica e da necessidade de ascensão social permanente, da crise de violência na Segurança Pública e da ausência de ordem, além das divergências morais, religiosas e comportamentais de uma sociedade em mudança constante. Nasce da recusa em aceitar que as mudanças são inevitáveis, e que o apego ao passado mítico não passa de um último suspiro do tradicionalismo.

Nessa senda, com base na análise já observada em Kalil (2018), identificamos diversos grupos políticos ideologicamente alinhados às pautas bolsonaristas. Adiante, destacaremos o público policial militar, que se insere dentre os mencionados na pesquisa coordenada pela antropóloga, a saber o dos militares e agentes de Segurança Pública.

Uma vez que constitui uma sólida base do bolsonarismo, analisar demoradamente esse público se apresenta como uma tarefa produtiva, interessante e reveladora. Por essa razão, como exemplo, observaremos o caso dos policiais militares do Rio de Janeiro. Assim, a seguir nos deteremos na apuração das características, valores e crenças desses eleitores e na elaboração de um diagnóstico acerca dos elementos que levaram à adesão de parte desse público ao bolsonarismo.

### **3- IMPRESSÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE A CULTURA POLICIAL MILITAR E O ESTABELECIMENTO DO BOLSONARISMO NA PMERJ COMO CASO EXEMPLAR**

O presente capítulo visa analisar o público policial militar, especificamente, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) como caso exemplar de adesão ao bolsonarismo. Para o entendimento de como o bolsonarismo se estabeleceu na PMERJ analisou-se detidamente alguns aspectos particulares que caracterizam a classe policial, ou seja, os principais elementos que compõem a sociologia existente na vida policial militar.

O primeiro passo desse diagnóstico parte de uma breve análise do ingresso na corporação, da dificuldade de adaptação à vida na caserna, passando por transformações, absorção dos valores pré-existentes na cultura organizacional policial militar, culminando em um novo ser ambivalente, flexível, dotado de frustrações, ressentimentos e potencialmente propício a aderir ao revanchismo.

No mundo neoliberal, muito se fala em cultura organizacional e nas relações entre os funcionários de uma empresa e as políticas aplicadas na empresa para obtenção de resultados de acordo com seus respectivos “negócios”, ocorrendo tanto nas instituições privadas quanto nas públicas. O objeto do presente estudo também busca demonstrar como essas relações moldam mutuamente a organização e o indivíduo, afetando as individualidades e a própria organização da instituição, numa constante troca cultural acabando por formar uma sociologia própria, isto é, um *ethos* policial militar (MUNIZ, 1999). Na medida que o indivíduo absorve os valores da corporação (empresa), ao mesmo tempo a modifica ao trazer seus próprios valores.

As culturas são modeladas, mas não determinadas, pelas pressões estruturais dos ambientes dos atores (o que Chan, 1997, chama de seu “situs”, seguindo o uso de Bourdieu. Elas se desenvolvem quando as pessoas respondem de várias maneiras significativas, que por sua vez, criam as situações dentro das quais outros atuam. Em resumo, parafraseando Marx, pessoas podem criar suas culturas próprias, mas não sob condições que elas mesmas escolham (REINIER, 2004, p. 132).

Os regulamentos que regem a PMERJ são inúmeros. Àqueles que são afetos à hierarquia e disciplina, bases principiológicas da Corporação, conectam-se e se complementam. Outros regulamentos completam essa rotina militar como o regulamento de ordem unida, o regulamento de continência e o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) emprestados

do Exército Brasileiro. Como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, a aplicabilidade desses regulamentos se dão de forma unívoca e em diversas ocasiões. Entretanto, nem todos os regulamentos da força federal se aplicam à PMERJ.

O estatuto dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, Lei 443/81, pretende ser, como qualquer estatuto de classe, um *códex* garantidor que, como expresso em seu Art. 1º, “regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos policiais-militares”. Este dispositivo, porém, apresenta uma finalidade diferente dos códigos disciplinares administrativos e códigos penais militares. O estatuto do policial militar é, na verdade, uma espécie de elemento norteador de amplo espectro, que resguarda os militares estaduais em suas prerrogativas legais em âmbito estadual.

Ajustados a essa nova realidade ambivalente, os novos sujeitos policiais militares iniciam sua longa caminhada na profissão escolhida. Entre alegrias e tristezas, frustrações e conquistas, atuando sempre no limiar da vida e da morte, da legalidade e ilegalidade, em uma carreira que admite pouco espaço para erros, e sob a vigilância constante da sociedade, do judiciário, da própria corporação e de seus familiares, os anos se sobrepõem uns aos outros, marcando cada integrante de maneira única apesar de vivências e experiências semelhantes diante da realidade que se apresenta, cada vez mais mutante, efêmera, flexível e descartável, desmanchando no ar a cada minuto que passa, como descreve a letra da canção do Policial Militar:

Em cada momento vivido/ Uma verdade vamos encontrar/ Em cada fato esquecido/  
Uma certeza nos fará lembrar/ Em cada minuto passado/ Mais um caminho que se  
descobriu/ Em cada soldado tombado/ Mais um sol que nasce no céu do Brasil/ Aqui  
nós todos aprendemos a viver/ Demonstrando valor, pois o nosso ideal/ É algo que  
nem todos podem entender/ Na luta contra o mal! (HORSÆE, CANÇÃO DO  
POLICIAL MILITAR/RJ).

Assim, valendo-se dos referenciais teóricos e da leitura e análise dos dispositivos legais que regulam a vida militar na PMERJ, almeja-se uma conclusão que conduza a comprovação (ou não) da hipótese apresentada. Ou seja, em busca da compreensão desses atores em toda a sua complexidade e suscetibilidade à adesão à política patrimonialista, traçar uma sociologia da polícia militar. A estrutura metodológica utilizada tende a uma construção lógica e evolutiva, ao mesmo tempo que conceitua importantes pontos através da revisão bibliográfica.

### **3.1- A escolha da profissão**

Considerando que o ingresso na PMERJ se dá de maneira voluntária conforme estabelecido no Art. 10º do Estatuto dos Policiais Militares, *in verbis*: “O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros natos”. Considerando ainda que a Constituição da República do Brasil de 1988 estabeleceu o concurso público como forma de admissão às carreiras de Estado, conforme previsto no Art. 37, Inciso II:

Art 37- Inciso II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1988).

A escolha de ser um policial militar se dá por inúmeras razões. Entretanto, foi-se o tempo em que a escolha se dava apenas por vocação – não que isso ainda não seja uma realidade, como nos casos dos ex-militares das Forças Armadas que prestam concursos e ingressam na PMERJ. Hoje em dia, no mundo neoliberal e globalizado, o fator econômico pesa muito mais como veremos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o salário médio do brasileiro até o 1º trimestre de 2020 variava entre R\$ 2.574,00 para homens e R\$ 1.995,00 para mulheres, em uma média nacional de R\$ 2.323,00 (IBGE, 2020). Nessa lógica, o salário inicial de um soldado policial militar recém-formado é de aproximadamente R\$ 3.352,00, segundo a Subsecretaria de Gestão de Pessoas, uma vez que há variações salariais por conta dos triênios e algumas gratificações em tropas especiais, o que aumenta ainda mais esse valor. Nesse sentido, o salário do soldado da PMERJ é inicialmente 25% maior que o da média brasileira, um atrativo por si só interessante. Além disso, logo após o soldado completar os três primeiros anos, há um implemento de 10% que é incorporado ao seu salário no primeiro triênio.

GRÁFICO 1 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO



FONTE: IBGE (2020).

FIGURA 2 – SALÁRIO MÉDIO DE SOLDADOS E ALUNOS DA PMERJ EM INÍCIO DE CARREIRA

Soldado A/B/C	303	661	827,79	122,50%	1.014,04	889,87	75%	620,84	3.352,55
Soldado Aluno	250	703	682,99	122,50%	836,66	734,21	0%	-	2.253,87
Aluno Esfo	349	695	953,46	122,50%	1.167,99	1.024,97	0%	-	3.146,42

**Considerações importantes:**

- Tabela remuneratória fixada pela Lei 6.840/2014;
- IHP - Gratificação de Habilitação Profissional - 75 a 160% sobre o soldo (art. 18 da Lei 279/79, Decreto 12.094/88, atualizada pela Lei 1.690/90), que varia de acordo com o curso realizado, se de formação, especialização ou aperfeiçoamento;
- GRET - Gratificação Regime Especial Trabalho Policial - 122,5 a 192,5% sobre o soldo (art. 19 Lei 279/79, atualizada pela Lei 1.690/90 e Decreto 21.389/95);

FONTE: SEFAZ-RJ (2020)

Carreira e estabilidade na nova ordem econômica neoliberal representam um diferencial, isto porque, em tempo de uberização do trabalho (FONTE, 2017; ANTUNES, 2020), conceitos como flexibilização dos acordos trabalhistas, inovação, empreendedorismo e aquisição de novas habilidades ditam a nova ordem econômica, assim os regimes de trabalho estáveis, voltados para a construção de uma carreira, estão praticamente em extinção.

Como escreve Cesarino (2019, p. 545):

No contexto de austeridade neoliberal progressiva em que vivemos, não é difícil fazer com que empregos estáveis como os do funcionalismo público, ou mesmo qualquer emprego com garantias e benefícios (o chamado trabalho do tipo fordista), apareçam, aos olhos de boa parte da população, como privilégios (Brown, 2019).

Assim, outro fator que pesa na escolha da profissão policial militar é a estabilidade no emprego.

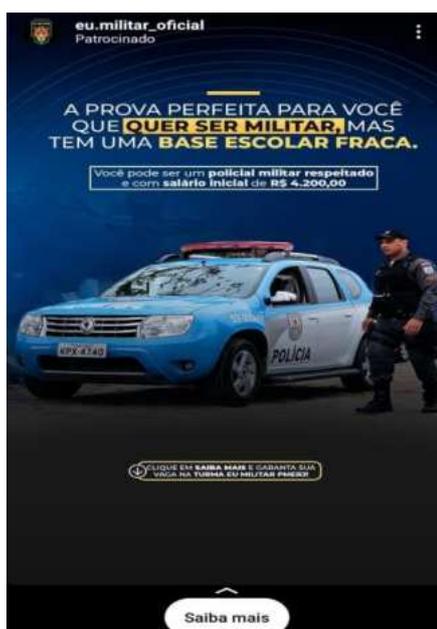
No entanto, existem pressões contraditórias no trabalho. A ponderação fiscal e política desde o começo ditou as políticas de salários e de recrutamento, o que significa que a maior parte dos policiais era originária da classe trabalhadora; e esses processos ainda funcionam hoje em dia. Mesmo os policiais chefes têm, predominantemente, origem na classe trabalhadora (REINIER, 2004, p. 146).

O último concurso público para a carreira policial militar ocorreu em 2014. Portanto, antes da implantação do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro e anterior à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, o edital do concurso exigia uma idade máxima de 30 anos para ingressar nas fileiras da Corporação. Nesse contexto emergem algumas questões: o que leva uma pessoa querer ser policial militar aos 30 anos de idade com todos os riscos inerentes a profissão? Existe uma conexão com salário médio da população?

A esse propósito, Bezerra (2021) ajuda na resposta. Segundo a pesquisadora, “A entrada na Polícia Militar representava um meio de sobrevivência, de escapar do desemprego, de obter uma carreira profissional, de desfrutar da estabilidade oferecida pelo cargo de funcionário público e, até, de usufruir do status proporcionado pela atuação policial” (BEZERRA, 2021, p. 52).

Para essas proposições podemos chegar a algumas deduções imediatas apenas nos baseando na questão salarial e na estabilidade da carreira como já foram apresentadas acima.

FIGURA 3 – CARTAZ DE UM CURSO PREPARATÓRIO DA PMERJ



FONTE: Curso eu militar no Instagram (2022)<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Disponível em: <[https://instagram.com/eu.militar\\_oficial?igshid=YmMyMTA2M2Y=>](https://instagram.com/eu.militar_oficial?igshid=YmMyMTA2M2Y=>)>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Ao analisarmos o Perfil Profissiográfico Público (PPP) do Quadro de Oficiais Policiais Militares<sup>14</sup> em BOL. PM nº 036 de 19 de dezembro de 2016 (cf. ANEXO), que estabelece “as competências, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho do cargo de oficial de Polícia Militar; e a interface dos parâmetros supra com os processos de seleção e formação”, vemos um rol extenso daquilo que a Corporação almeja ao recrutar um oficial da PMERJ. O perfil lista as habilidades cognitivas, operativas e atitudinais que deve ter o/a candidato/a. Ou seja, a PMERJ pretende ter em seus quadros profissionais de excelência e o que há de melhor na sociedade. Porém, o contraste é claro entre o que a sociedade pode oferecer e o que se pode, de fato, obter como mão de obra.

### **3.2- O início: adaptação, conflito e sucesso**

A PMERJ é uma instituição de Estado nascida em 13 de maio de 1809, dia do aniversário do recém-chegado ao Brasil, o Príncipe Regente D. João VI, que criou a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte, com forte influência francesa e napoleônica a partir de suas experiências em Portugal. Contando atualmente com 212 anos, essa bicentenária instituição participou e participa dos principais acontecimentos históricos, políticos e sociais no Brasil, desde a Guerra do Paraguai, passando pela Proclamação da República, a Revolta da Vacina, a 2ª Guerra Mundial, a Ditadura Militar no Brasil, a fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a Redemocratização, e diversas manifestações até ocorridas em junho de 2013. Portanto, é uma organização que traz em seu seio uma profusão de valores, influências, culturas, percepções e comportamentos, apesar de sua natureza militar.

Nesse sentido, o próprio caráter democrático que existe na constituição da Corporação em decorrência de seus integrantes – oriundos das mais variadas classes sociais e econômicas, professando as mais variadas religiões, variados graus de educação e instrução, regionalismos marcantes (p. ex., entre interior e capital) – acaba por colidir com a cultura existente na Corporação, que antecede o ingresso desses mais variados indivíduos. É comum escutar no seio da tropa que existem “várias polícias”, o que faz referência justamente à observação empírica da pluralidade cultural de seus integrantes.

Essas mais variadas culturas, trajetórias e comportamentos – advindos de bairros de toda a cidade do Rio de Janeiro da Zona Norte à Zona Sul, da Baixada Fluminense, da Região

---

<sup>14</sup> O PPP se constitui em um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades na respectiva empresa.

Serrana, do Norte Fluminense, da Região dos Lagos, do Sul Fluminense e da Costa Verde –se encontram na PMERJ. Inicialmente há uma sobreposição das regras da caserna militar a toda essa diversidade de indivíduos recém incorporados e uma necessidade imediata de enquadramento por parte desses recém ingressos para se adaptarem a essa nova realidade e construir uma nova identidade social.

Como Louro (1997) reflete:

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político [...]. Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes “posições”. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas – perceber-se de distintos modos (LOURO, 1997, p. 51).

Essa realidade é facilmente observada nos centros de formação da Corporação, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e Academia de Polícia Militar D. João VI (APM), destinados à formação de praças e oficiais, respectivamente. A transição do mundo civil para o militar pode, muitas das vezes, ser traumática para alguns.

Esse exercício do “poder” regulamentar interfere de forma direta na vida das pessoas, apresentando uma “governamentalidade” própria como nos ensina Foucault (2008). O controle dos corpos, no caso das instituições militares que tem como princípio a hierarquia e a disciplina são exercidas por dispositivos legais (p. ex., pelo Código Penal Militar) e administrativos como o Regulamento Disciplinar Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro (RDPM), além de códigos deontológicos e regulamentos em geral que se conectam com o disciplinar. Ou seja, em caso de descumprimento de qualquer dos regulamentos haverá uma remissão ao disciplinar em âmbito administrativo. Nesse sentido, Foucault nos ensina que:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2005, p. 164).

Ainda sobre disciplina, Weber foi um dos pensadores que mais se aprofundou sobre o tema e ressaltou sua importância em todos os sentidos da vida, seja no âmbito do indivíduo, seja no das instituições. O sociólogo alemão consagrou que o peso da disciplina está diretamente associado ao sucesso e mais diretamente relacionado ao controle emocional em

situações de risco, o que no caso de uma instituição como a Polícia Militar se justificaria em casos de confrontos armados, sendo a disciplina, portanto, um elemento essencial.

Nas palavras do autor:

O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem. Além disso, tal comportamento em relação às ordens é uniforme. Sua qualidade como ação comunal de uma organização de massa condiciona os efeitos específicos dessa uniformidade. [...]. Para a disciplina, é decisivo que a obediência de uma pluralidade de homens seja racionalmente uniforme (WEBER, 1982, p. 292).

O conflito inicial ao ingressar na corporação passa pela adaptabilidade ao meio militar e o desenvolvimento de um *espírito de corpo* que alguns autores denominam como sendo o *espírito militar* (CASTRO, 2004). A formação militar nas academias e centros de ensino passa a ser a primeira linha de contato diário do recém egresso do mundo civil com a rotina e os regulamentos militares. Esse processo, bem como a adaptação à hierarquia e disciplina que passam a ser exigidas, causa estranheza imediata. Em outros termos, trata-se de “um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (CASTRO, 2004, p. 15).

A beleza desse fato, se assim podemos dizer, está na forma generalista e igualitária a qual todos são submetidos. Em tese, todos recebem o mesmo tratamento e devem se pautar pelo mesmo regulamento, o que – para usar os termos foucaultianos – dociliza o indivíduo o integrando ao coletivo, não deixando espaço para suas manifestações individuais. Obviamente, casos excepcionais sempre ocorrem. Porém, sem a devida observação e protesto dos demais, seja entre o próprio grupo, seja para com os superiores nos casos mais graves. Não raro, diversos são os casos de desistência logo nos primeiros meses.

Como citado anteriormente, a pluralidade cultural, econômica, regional e educacional, são fatores que fermentam ainda mais essas dificuldades de adaptação. Pode-se imaginar a quantidade de indivíduos provenientes de lares disfuncionais e conflituosos que ingressam na Corporação. Esse ingresso muitas vezes representa uma vitória pessoal, uma conquista e uma possibilidade de ascensão social. Para essas pessoas “desistir não é uma opção”. Por outros termos, em um contexto neoliberal, ingressar e permanecer nas fileiras da PMERJ é uma questão de sobrevivência social.

O ingresso com base no mérito define a entrada pela “porta da frente”. Conforme afirmou Singer, a porta da frente “significa que você entra por conta própria”. Essa forma de ingressar é a que a maioria das pessoas considera justa; candidatos deveriam

ser admitidos com base no próprio mérito, não no dinheiro do pai e/ou da mãe. (SANDEL, 2020, p. 13).

Nesse sentido, Napoleão Hill (2015), um dos principais influenciadores dos *coachs* modernos, em seu livro “As Leis do Triunfo” nos diz que um objetivo principal definido nos levará a um esforço conjunto e organizado (planejamento) que disparará a ação suficiente e necessária para a consecução do objetivo previamente definido. Dito isso, podemos concluir que a adaptação à disciplina e à hierarquia é a condição *sine qua non* para a condução à “vitória” – no caso em tela, a real efetivação nos quadros da PMERJ após a formação inicial.

Qualquer objetivo principal definido, deliberadamente fixado na mente e nela conservado, tendo-se a determinação de realizá-lo, acaba por saturar todo o subconsciente até influenciar automaticamente a ação física do corpo, para a consecução do referido propósito (HILL, 2015, p. 108).

Assim, os indivíduos, que se ajudam mutuamente, entram em um modo quase que automático na consecução das tarefas e das obrigações designadas na caserna. A rotina toma conta de suas vidas. Divididos entre estudos, formação policial e militar, os sujeitos vão se moldando às regras e aos regulamentos, mais por uma questão de sobrevivência ao meio do que por opção propriamente dita.

Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. Em uma sociedade de meritocracia, isso significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e empenho (SANDEL, 2020, p. 15)

Para a grande maioria que se forma policial militar, a determinação, a ação e a persistência passam a ser valores diários na busca do objetivo, não importando o grau do sofrimento físico ou psicológico infligido nesse momento liminar. Importa tão somente o alcance do objetivo e a construção do sujeito policial militar a qualquer custo nesses primeiros instantes da carreira, pois, a tão almejada formatura representa a materialização inicial de sua ascensão social – entre outras coisas, como portador de uma arma de fogo e de carteira funcional de policial militar – e, conseqüentemente, da superação das frustrações e angústias do mundo civil.

### **3.3- Cultura, identidade social, ambivalência e hibridismo**

No processo de formação técnico-profissional e acadêmico, em pouco tempo, uma metamorfose ocorre com o sujeito policial militar. Começa a existir um hibridismo comportamental que transita no mundo civil, no mundo militar e no mundo policial. A

construção desse novo sujeito que transita em mundos diferentes em curtos períodos é naturalmente conflituosa. Os valores recém adquiridos no choque inicial de formação policial e militar se somam aos seus, advindo de trajetória no mundo civil. Nas palavras de Reinier (2004, p. 132):

A cultura da polícia – como qualquer outra, não é monolítica, embora certas análises tenham tido a tendência de retratá-las assim (por exemplo, Crank, 1998). Há variantes particulares – “subculturas” – que se podem distinguir no interior da cultura policial mais geral, geradas por experiências distintas associadas a posições estruturais específicas, ou por orientações especiais que os policiais trazem de sua biografia e histórias anteriores.

Cultura e identidade social são dois temas que por si só demandam estudos longos e profundos. Nesse sentido, é pertinente ressaltar que tanto o uso do conceito de cultura quanto o de identidade social seriam perigosamente precipitados e poderiam ensejar interpretações academicamente questionáveis. Mais fácil nos é, portanto, entender toda a dinâmica envolta nesses conceitos que mais se aproximam de ideias.

Não é a intenção tecer longos debates sobre esses dois temas, cabendo a propósito do objeto desta pesquisa, entender que existe claramente um choque de realidade no processo de formação desse novo sujeito policial militar que se depara com uma cultura organizacional estranha, ou, se podemos dizer, uma nova cultura profissional que irá levar a uma nova construção social do sujeito, ou melhor dizendo, de um *ethos* policial militar e de um *habitus* característico do *ethos* guerreiro.

Para Bourdieu (2008) o conceito de *habitus* é perfeitamente aplicável a esse comportamento beligerante que se incorpora. Em verdade, o fascínio que exerce sobre os neófitos, sobre os “antigos” e até mesmo sobre a sociedade, sob um olhar externo que tem um misto de admiração pela “coragem” envergada pelos policiais, de temor e medo que provoca tal comportamento combativo. Há nesse caso uma figura muito clara de poderio simbólico, uma linguagem não-verbal que exprime poder e intimidação, elementos claros de narcisismo, vaidade e aquisição de respeito pela simples posição que o agente estatal ocupa ao portar uma farda.

O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (BOURDIEU, 2008, p. 22).

Talvez, a dificuldade que encontramos em denominar essa nova realidade cultural a que o neófito é introduzido seja condizente com a atual pluralidade cultural que o próprio mundo globalizado e neoliberal nos revela. Um indivíduo, portanto, não pertence a uma única cultura,

sua identidade social é formada por um largo espectro cultural que lhe é afeto e apresentado ao longo de suas interações durante a vida. Assim, “Uma cultura não é uma simples justaposição de traços culturais, mas uma maneira coerente de combiná-los. De certo modo, cada cultura oferece aos indivíduos um ‘esquema’ inconsciente para todas as atividades da vida” (CUCHE, 1999, p. 78).

O caráter dinâmico da cultura, sua flexibilidade, sua pluralidade, seu relativismo, seu caráter transitório que de tempos em tempos é reconfigurado, são amplamente contraditórias ao que se tem de ideia sobre totalização cultural. Na medida que há uma flexibilidade cultural, há também uma necessidade de convergência à cultura daqueles que detém o poder.

No caso da cultura encontrada na PMERJ, há uma confluência de fatores que determinam essa submissão. A cultura organizacional da PMERJ passa momentaneamente a ser a cultura da maioria ou a cultura dominante e requer do novo integrante uma adaptação radical, rápida e submissa para sua “sobrevivência” e adaptação dentro da organização. Na medida que há uma progressão na carreira, em que o iniciado potencialmente passa a poder influir mais nos processos da corporação, as realidades culturais vão se alterando e modificando.

Nesse sentido, fica claro o exato ponto que diversos autores insistem em ilustrar sobre a pluralidade cultural. A cultura policial na PMERJ é apenas mais uma – em meio em a outras com que se depara em sua trajetória social e biográfica ao longo da vida – com a qual o policial em processo de formação se relaciona. A cultura policial da PMERJ não sendo obviamente cultura principal da sociedade, porém, momentaneamente passa a ser cultura dominante na vida do indivíduo que abraça a profissão policial militar, sendo por ela assimilado durante o processo de formação e, em constatare mudança, durante toda a sua atuação.

No contexto da globalização, as instâncias totalizantes assumem posições crescentemente privilegiadas nas relações com as demais esferas, ampliando progressivamente seu poder de ordená-las, rehierarquizá-las e compatibilizá-las, segundo suas próprias normas de prescrição de consistências e de exclusões. (SOARES, 2001, p. 400).

Ao inserir o sujeito nessa nova cultura policial e militar, imediatamente há um processo de construção de uma nova identidade social numa espiral de assimilação que se consolida em um *habitus*. Essa por sua vez é construída com base nas linguagens, nos hábitos, nas regras, no convívio, nas dificuldades, nas injustiças, na subordinação entre outras variáveis que constroem um significado próprio utilizando uma linguagem própria.

Reforçando o pensamento traçado até aqui, Caruso em 2004 realizou uma pesquisa de campo que foi objeto de sua dissertação de mestrado justamente em um desses centros de

formação da PMERJ. Em suas análises, Caruso (2004) indica que há uma lógica perversa na (re)construção dessas novas identidades submetidas a essa nova realidade cultural.

[...] construir novas identidades para os homens e mulheres que por lá passarem, como se a instituição estivesse sinalizando que a entrada naquele lugar fosse um “divisor de águas” na vida dos futuros PMs; como se passassem por uma “verdadeira **máquina de transformação**” (CARUSO, 2004, p. 127, grifo meu).

Nesse sentido Hall nos diz que a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1992).

O conceito de identidade social, portanto, sendo construída no simbólico e baseadas nas diversas interações a que são submetidos os sujeitos submetidos às culturas dominantes que lhe são impostas gerando um sentimento de pertencimento àquele grupo cultural, sem, contudo, retirar-lhe suas outras identidades precedentes. O mesmo indivíduo pode apresentar identidades sociais múltiplas, adjacentes, sobrepostas, multidimensionais (HALL, 1992; MOUFFE 2001).

Essas múltiplas e distintas identidades constituem o sujeito, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (LOURO, 2000, p. 12).

Essa multidimensionalidade das identidades sociais nos leva a uma fragmentação que para Giddens (1990) retrata um “desencaixe”, para Sennett (2009) um “eu jamais acabado”, ou “fluidas” como reflete Bauman (2003). Dessa forma, Foucault (1979) nos alerta que as múltiplas identidades sociais podem desaguar em conflitos, uma vez que são frutos das relações de poder e tensões existentes em contraste com a posição ocupada em sociedade.

O primeiro contato nos cursos de formação técnico-profissionais é essencialmente militar, e com a formatura e nomeação oficial ao cargo, a natureza militar incorpora a natureza policial que ganha ainda mais corpo. Oscilando entre o *ethos* militar<sup>15</sup> e o *ethos* policial<sup>16</sup>, o contato com a realidade social exige naturalmente do “PM” esse comportamento ambivalente. A natureza do serviço policial militar possui um espectro amplo e abrangente, e na medida que ganha experiência, essas ambivalências tornam-se cada vez mais visíveis na rotina do policial militar.

<sup>15</sup> *Ethos* militar relaciona-se ao “modo de ser” dos militares e às suas tradições culturais e está relacionado a uma maneira militar de agir.

<sup>16</sup> *Ethos* policial relaciona-se da mesma maneira ao modo de agir dos policiais, seus costumes, jargões. Difere-se dos *ethos* militar em razão da natureza do serviço e contato com o mundo civil que constrói uma identidade policial própria.

[...] muitos policiais têm relatado dificuldades em se misturar com civis na vida social em geral. Tais dificuldades se originam dos turnos de trabalho, da falta de horário, das dificuldades em se desligar das tensões geradas pelo serviço, de aspectos do código de disciplina, e da hostilidade e do medo à polícia que os cidadãos podem mostrar (REINIER, 2004, p. 140).

Fica nítido que essa construção do ser social “PM” (Policial Militar) quase nos remete a um filme de terror. Essa amarração de partes e pedaços que constroem esse ser multifacetado, híbrido e ambivalente reflete diretamente na sociedade que o profissional de Segurança Pública atua, um verdadeiro circo de horrores que atua no limiar da legalidade ou ilegalidade, da vida e da morte, da vilania ou da nobreza.

A questão aqui seria a da transversalidade dessas apreensões, isto é, do modo pelo qual estas percepções são vividas e enunciadas. Em outras palavras, o drama identitário da PM é, de alguma forma, sentido e objetivado por todos os atores, ora através dos conflitos intracorporativos, ora através das cobranças e das insatisfações saídas do mundo civil (MUNIZ, 1999, p. 70).

O policial militar por sua natureza essencialmente ambivalente e híbrida pode em um mesmo dia de serviço policial militar, entrar em confronto com marginais armados, bem como pode assistir uma parturiente, ou até mesmo as duas coisas nesse mesmo período por turno de serviço, um sincretismo difícil de imaginar em outras profissões.

Segundo Augè (1994), o policial militar seria exatamente aquele ser social perdido e transitório, não pertencente a lugar algum. O policial militar passa mais tempo em serviço, seja por razões ordinárias e normais de cumprimento de carga horária, seja por serviços extras e/ou de segurança privada. A sua vida familiar e privada ou civil se contrastam com essa realidade.

A natureza do serviço policial militar sufoca cada vez mais o cotidiano do indivíduo sob a pretensa necessidade de auferir ganhos extras ao seu salário, transformando-se num verdadeiro empreendedor de si e renunciando à sua saúde mental ou o convívio familiar. O utilitarismo passa a ser o elemento norteador de sua vida, o que se constitui em um elemento perigoso às vulnerabilidades a que está exposto. Seu caráter já se rendeu ao espírito calculador como nos ensina Sennett (2006).

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos [...] (AUGÈ, 1994, p. 73).

Da mesma maneira, transita por mundos, realidades sociais e econômicas muito distintas, que vão desde contatos com juízes e autoridades políticas em geral até o atendimento mais simplório de briga entre vizinhos em uma periferia qualquer. Essa realidade com a qual o

profissional policial lida, um público mais variável e multidimensional, coloca o policial numa zona sem fronteiras sociais, um ser transformado em híbrido para atender as demandas que lhe são caras e impostas pela própria natureza da profissão.

Em nosso entendimento, o processo de hibridação, embora não seja um fenômeno recente, aguça-se com o avanço da chamada ultramodernidade, que faz com que a sociedade se organize cada vez mais como um conjunto de “não- lugares” nos quais as fronteiras simbólicas vão ficando borradas, dando origem a verdadeiras “zonas francas”, onde não se pode classificar com segurança elementos pertencentes a esta ou aquela cultura (GRACINO JÚNIOR, 2008, p. 149).

Já citado anteriormente, o Perfil Profissiográfico Público (PPP) representa o que se espera do profissional policial militar. Entretanto, há uma grande distância entre o que se deseja e o que se pratica, além do que se obtém como resultado final. O processo de formação do oficial, já descrito por Muniz (1999) e por Silva (2011), não se adequa à realidade prática, sendo comentado internamente que esse processo nada mais é que um “teatro” que dura o tempo da formação ou uma bolha de ficção. Ao que parece, o contato com a atividade na ponta da linha, após a formatura, desvela uma divergência entre o que foi ensinado e o que se observa na prática cotidiana policial militar em seu contato social.

Essa construção da identidade policial e militar, ambivalente, gera aparentemente uma relação conflituosa entre o quartel e a atividade policial em contato com a sociedade constituindo-se um verdadeiro dilema. Resta apenas saber qual seria o melhor processo, se é uma perda de tempo ou se há uma necessidade de reformulação curricular. Essa dinâmica que existe na construção identitária do profissional e o sujeito recém-incorporado representam um desafio imenso a ser superado. Essa relação conflituosa é um flanco para oportunistas e damagogos cooptarem essa massa profissional.

Assim, podemos definir o policial militar como um ser híbrido, sincrético, flexível e ambivalente. Um ser social detentor de múltiplas identidades sociais e culturais. Um ser transitório, que pertence a uma variedade de culturas e lugares e ao mesmo tempo incapaz de encontrar seu próprio lugar na sociedade, em meio a fronteiras etéreas e fluidas, incapazes de serem compreendidos, por vezes amados ou aceitos, inseridos num paradoxo em que são essenciais, necessários e vitais à civilidade existente, separando o caos da ordem, ou por vezes sendo eles mesmos os causadores do desastre e da ruptura social. O policial militar é um ser em constante ressignificação.

### **3.4- *Ethos do guerreiro***

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, enquanto Instituição de Estado da administração direta, possui suas bases estruturantes principais pautadas na hierarquia e na disciplina. Oferece como produto à população a Segurança Pública. Como qualquer organização, possui inúmeras funções e tarefas que abarcam igualmente variadas escalas de serviço (turnos de trabalho). Nesse contexto, podemos dividir os serviços executados entre administrativo e operacional, ou melhor dizendo, atividade meio e atividade fim.

Esse esclarecimento inicial é importante para situar o principal “negócio” da Polícia Militar dentro do moderno Estado Democrático de Direito bem como apresentar a estrutura mínima de funcionamento da PMERJ em específico. Prover a Segurança Pública implica em inúmeras e variadas questões, conceitos, estruturas, ciências, experiências, custos, pessoal, treinamento, mídia, entre outros elementos que vão muito além de uma viatura, do armamento e do policial.

Apesar disto, para entender o trabalho da polícia, é importante saber que ele é visto como uma missão, um imperativo moral, e não apenas como um outro trabalho qualquer. Isto faz com que suas práticas estabelecidas sejam mais resistentes a reformas do que se fossem somente um interesse egoísta (REINIER, 2004, p. 137).

Dessa maneira, esse mesmo Estado que detém o monopólio do uso da força e das forças de segurança, arvora para si o dever de manutenção da ordem social. O exercício arbitrário das próprias razões, previsto no código penal, nos remete a uma prática medieval e feudal, e, a partir do advento das instituições policiais bem como do estado westfaliano essa prática passou a ser condenada tanto socialmente quanto no âmbito legal. Os conflitos individuais não deixaram de existir, entretanto, agora o ente Estado passou a centralizar esse recurso e demanda de seus cidadãos, atribuindo assim um grau de civilidade e ordem como conhecemos e como nos ensina Elias (1993).

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento. (ELIAS, 1993, p. 198).

O comportamento violento é inerente ao ser humano. O uso de violência como ferramenta para resolução de questões e conflitos acompanha a humanidade desde seus primeiros agrupamentos. Nesse sentido, é possível afirmar que existe em nossa sociedade um verdadeiro *ethos* da violência. Segundo o dicionário de ciências sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o termo *ethos*:

[...] é um termo genérico, que designa o caráter cultural e social de um grupo ou sociedade. De uso bastante antigo, significa em grego hábito ou caráter, e relaciona-se intimamente com o termo ética. *Ethos* passou a designar uma espécie de síntese dos costumes de um povo. A natureza de tal síntese depende dos objetivos e das categorias do observador (SILVA, 1986, p. 433).

Sendo o comportamento violento inerente a sociedade humana como já apresentado, o contraponto há que surgir. O estado de equilíbrio das questões envolvendo a violência como *ethos* estruturante da sociedade e sua posição diametralmente oposta, que seria o *ethos* civilizado (autocontrole), descrito por Elias (1993), passa necessariamente pelo Estado como detentor do monopólio do uso da força física. A tensão entre violência, paz e conflito marca esse processo civilizador como uma característica permanente, sendo a paz um elemento que deve ser construído diariamente, uma tarefa permanente e um desafio constante.

O que se estabelece com a monopolização da violência física nos espaços sociais pacificados é um diferente tipo de autocontrole ou autolimitação. Um autocontrole mais desapassionado. A agência controladora que se forma como parte da estrutura da personalidade do indivíduo corresponde à agência controladora que se forma na sociedade em geral. A primeira, como a segunda, tende a impor uma regulação altamente diferenciada a todos os impulsos emocionais à conduta do homem na sua totalidade (ELIAS, 1993, p. 201).

Nesse ponto, temos que observar um terceiro *ethos* que se apresenta como sendo o elemento de execução desse monopólio estatal, cuja função inicialmente esta delegada às forças de segurança e militares do próprio Estado. Essas forças que agem em nome desse Estado têm em seus agentes os representantes e garantidores da execução e manifestação dessa força estatal do monopólio da violência.

A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão (ELIAS, 1993, p. 201).

Dessa forma, Elias defende que a concentração da força estatal personificada nos agentes, policiais e militares, os quais seriam os responsáveis unívocos pela garantia da paz social pretendida na sociedade moderna. Entretanto, Elias (1993) ignora que esses agentes incorporam em seu cotidiano uma característica digna dos antigos cavaleiros e guerreiros medievos. A atribuição do monopólio da violência delegada a esses representantes gera um elemento subjetivo que podemos denominar *ethos* guerreiro.

Tal ideia conceitual, parte do princípio de que a utilização da força e da violência como forma de resolução dos conflitos sociais é aceita de forma irrestrita e legitimada socialmente. Sabe-se que tal assertiva é equivocada, e que muitos dos problemas gerados envolvendo a ordem e paz social, por vezes partem daqueles que deveriam garantir essa premissa. Em suma,

o uso da violência e da força bélica para combater a violência nascida no seio social (*ethos* da violência) visando o estabelecimento da paz e ordem.

É importante nesse ponto retornar ao tópico anterior sobre cultura e identidade social. O *ethos* guerreiro como elemento típico, porém não exclusivo, das forças estatais de segurança, traz em seu processo de consolidação o imaginário mais imponente, glamourizado, revestido de uma imagem de infalibilidade, ausente de vulnerabilidades, a mística da extrema competência, da coragem sublimada, o destemor mais audaz, a masculinidade mais viril que se pode imaginar, mistificação do bélico e do “tático”, e da empáfia mais estigmatizada que se pode notar, o *ethos* guerreiro se torna um *habitus*.

O *ethos* do guerreiro representa para os neófitos e aspirantes a policiais/militares tudo aquilo que a glória pode proporcionar, tudo aquilo que almejam ser e se tornar. O espírito lutador, essa capacidade de superação de dificuldades, a roupagem de herói que somente um guerreiro nato traz consigo. Somente esse *ethos* é capaz de separar os verdadeiros policiais daqueles “escamões”<sup>17</sup>. Esse estigma se aprende desde cedo, desde os primeiros minutos nos bancos de formação, o *ethos* guerreiro está incorporado ao *ethos* policial militar e dele não se dissocia.

No meio policial, é comum valorizar os policiais do Grupamento de Ações Táticas (GAT) ou do antigo Patrulhamento Tático Motorizado (PATAMO). Esses agentes incorporam verdadeiramente o espírito alusivo ao *ethos* guerreiro. São os combatentes que estão no *front* de batalha, a resposta imediata, o remédio amargo a ser temido. Da mesma maneira, esses mesmos agentes da tropa comum, almejam numa hierarquia imaginária pertencer às tropas de elite da organização, que no caso da PMERJ podem ser ilustradas pelas tropas especiais, tais como: o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Batalhão de Ações com Cães (BAC) e o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq).

A inocência que podemos atribuir aos novatos, é uma das principais causas dessa romantização do *ethos* guerreiro. A desconexão da realidade faz com que assumam esses personagens, ainda que momentaneamente, para a satisfação de seus egos ou para a aceitação perante os policiais mais antigos. O trajar peculiar, os equipamentos táticos, muitas vezes exagerados e desnecessários, aproximam e geram essa sensação de pertencimento, muito embora essa transformação mais se pareça com uma prática de cabotinagem típicas dos arlequins<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Isto é, os policiais que fogem do serviço policial.

<sup>18</sup> Em seus significados dicionarizados, arlequins ‘personagem cômica com traje feito de losangos de várias cores que inspira fantasia de carnaval, sem sentido figurado significa ator cômico ou que representa farsas ou números

A construção do *ethos* policial militar, ou melhor, a ressocialização no mundo da caserna imprime marcas simbólicas que são visíveis ao primeiro olhar, que se mostram evidentes logo no primeiro contato. O espírito da corporação encontra-se cuidadosamente inscrito no gestual dos policiais, no modo como se expressam, na distribuição do recurso à palavra, na forma de ingressar socialmente nos lugares, no jeito mesmo de interagir com as pessoas etc. Creio que mesmo uma pessoa desinteressada e distante do universo dos policiais militares é capaz de notar algumas características peculiares e até pitorescas do seu comportamento (MUNIZ, 1999, p. 89).

Nesse contexto, um recente fenômeno pode ser facilmente observado. Até então exclusivo dos homens, o *ethos* guerreiro passou a ser introjetado e replicado por policiais do sexo feminino. A masculinidade e virilidade inerentes ao *ethos* guerreiro em sua natureza originária, ao que parece também se tornou plural. Uma rápida visita às redes sociais de policiais militares do sexo feminino pode comprovar tal assertiva.

Talvez esse *ethos* guerreiro apresentado por policiais do sexo feminino possa ter uma outra interpretação e peculiaridade. A necessidade de se afirmar perante um ambiente historicamente masculino, ter o reconhecimento e a valorização de seu espaço, sua voz e sua identidade, que possa trazer elementos ainda mais questionáveis. A associação do *ethos* guerreiro como forma de aceitação aos aspectos de sensualização, ou seja, a soma do capital erótico (HAKIM, 2012) ao *ethos* guerreiro.

No geral, essas policiais sempre são vistas com maquiagens bem-feitas, fardas ajustadas ao corpo realçando suas formas físicas e unhas igualmente perfeitas em um cenário em que estão portando fuzis, com blindados ao fundo, e com posturas demonstrando naturalidade ou espontaneidade.

FIGURA 4 – POLICIAIS MILITARES FEMININAS E O *ETHOS* GUERREIRO INTROJETADO



FONTE: FACEBOOK (2021).

Essa sensualização quase que generalizada traz uma mensagem poderosa de desejo por aceitação e afirmação de seu lugar, ainda que sejam por vias não tão ortodoxas ou meramente funcionais. Talvez, o machismo e o sexismo que ainda vigoram de forma velada no seio da tropa, não sejam receptivos à mão de obra feminina no serviço finalístico da atividade policial, muito embora esse quadro esteja mudando de forma gradual e progressiva.

Outra faceta dessa sensualização e romantização do *ethos* guerreiro é a proliferação de influenciadores digitais de ambos os sexos dentro da PMERJ. O espectro feminino agrega sensualidade com o espírito belicoso na venda de sua imagem ao público, que consegue agora capitalizar o *ethos* guerreiro, transformando-o em um produto. Na medida em que o interesse particular desses integrantes passa a sobrepor o interesse e o objetivo institucional, a utilização da corporação para fins pessoais e de autopromoção se tornam rotina fomentando práticas cada vez mais duvidosas, ou seja, passam a usar desse mecanismo para satisfazer sua vaidade.

O espectro masculino vende a mais pura imagem do guerreiro que agregada ao vitimismo e as dificuldades que o risco inerente à profissão comporta, demonstram ao público de seguidores uma faceta até então exclusiva aos olhos apenas daqueles que integravam a corporação. Agora, os milhares de seguidores angariados por esses influenciadores policiais passam a ter acesso às rotinas e cotidianos policiais militares do conforto de casa. Não é necessário dizer que esse capital, produzido a partir do *ethos* guerreiro, transforma-se em capital político e financeiro.

FIGURA 5 – PÁGINA OFICIAL DA PMERJ EM REDE SOCIAL



FONTE: FACEBOOK (2022).

Esse mesmo *zeitgeist* que contagia os agentes de segurança e militares, como em um filme de *Hollywood*, estende seus efeitos até aos mais inusitados agentes. É comum se deparar com postagens em redes sociais de policiais sabidamente portadores de moléstias ou que possuem alguma restrição física, que por razões óbvias jamais poderão estar no enfrentamento ao crime e a violência. O *ethos* do guerreiro, nesses casos, parece funcionar como um elemento psicológico motivacional, que combate a depressão e assimilando esse policial que passa a “pertencer” à elite, ainda que apenas para o público externo.

A mística e retórica que envolvem esses personagens, camuflam e travestem o imaginário geral da corporação. O objeto de desejo de muitos, esconde no seu submundo, sofrimentos, perdas de amigos, dor, raiva, ressentimento, depressão entre outros sentimentos nefastos. A blindagem que esses integrantes se revestem, muitas das vezes impedem que a ajuda chegue a tempo, o que culmina em dramáticas e reais situações de tragédia como suicídios e mutilações<sup>19</sup>. Não à toa, foi criado o movimento denominado “Heróis do Rio de Janeiro”, que visa atender aos policiais militares vítimas em confronto.

FIGURA 6 – DIVULGAÇÃO DO MOVIMENTO “HERÓIS DO RIO DE JANEIRO”



FONTE: GOOGLE (2021).

---

<sup>19</sup> Como apontam ribeiro e Menezes (2018), “De acordo com um estudo realizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em suicídio e Prevenção (GEPeSP) no livro *Por que policiais se matam?* (organização de Dayse Miranda), 10% dos policiais militares da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) já tentaram suicídio e 22 já pensaram em cometer suicídio” (p. 153).

Diversos outros elementos alimentam o *ethos* guerreiro na atividade policial e militar. Como citamos rapidamente acima, o risco e o perigo, embora presentes em diversas profissões, estão diretamente conectados ao labor policial. A diferença mais gritante entre a carreira militar e as demais profissões está na previsibilidade do risco e do perigo. Isto porque diferente das demais profissões – que possuem uma margem de cálculo do risco e do perigo maior – a atuação da polícia é marcada por maior imprevisibilidade.

O perigo é inerente à autoridade que é parte integrante do meio policial. Isto porque ao representar a autoridade, tendo por trás o uso potencial da força legitimada, o policial enfrenta o perigo proveniente daqueles que resistem ao exercício de tal autoridade (REINIER, 2004, p. 136).

Policiais lidam com essa variável. A indeterminação do risco e do perigo no cotidiano é uma realidade quase exclusiva da profissão policial militar. Nesse contexto, o *ethos* guerreiro se alimenta e estabelece sólidos alicerces através do risco e do perigo, que passam a ser elementos legitimadores do uso da força e sua expansão para além da legalidade. O risco e o perigo trazem em sua constituição subelementos que reforçam sua posição. A adrenalina, as emoções ligadas à caça, à luta, ao enfrentamento e à captura “não são apenas um esporte” (REINIER, 2004).

O culto ao *ethos* guerreiros nas forças de segurança se inicia já na formação profissional. O treinamento militar como forma de superar medos, bem como ferramenta para as adversidades (riscos e perigos) que se esperam da profissão, são as justificativas mais comuns. Ocorre que o policial possui uma natureza multidimensional como evidenciado anteriormente, e, portanto, a natureza ambivalente de situações que demandam tão somente um assistencialismo típico dos servidores públicos, contrasta-se com essa natureza belicosa do uso da força, típica do *ethos* guerreiro.

O treinamento policial, a malha curricular a que são submetidos, nem sempre são suficientes para estabelecer um preparo para essa complexidade profissional (PONCIONI, 2021). Dizer se há por parte do policial militar uma clara linha divisória de uso da força em diferentes graus e moderações depende muito das variáveis em ocorrências a que está submetido o profissional. É exatamente nessa complexidade que os policiais se “sentem impelidos a ampliar seus poderes e a violar os direitos dos suspeitos” (REINIER, 2004).

Elementos simbólicos de construção da cultura interna e do *ethos* guerreiro na PMERJ reforçam e retroalimentam uma narrativa heroica. O tratamento interno entre pares como avocar outro policial militar pelo chamamento de “guerreiro”, ou quando a própria instituição os chama de “heróis”. Como já demonstrado, “A Canção do Policial Militar”, em seu trecho “É, enfrentar

a morte, mostrar-se um forte no que acontecer” exalta uma necessidade de ser impávido, inquebrável. Não admite, portanto, demonstrações de vulnerabilidade, o que está diacronicamente descolado do que se pretende em uma polícia cidadã.

No mesmo sentido, o juramento prestado pelo policial militar quando de sua formatura e conseguinte habilitação ao exercício da profissão, reforça o *ethos* guerreiro ao externar em sua última frase o sacrifício da própria vida em tom de nobreza. *In verbis*:

Art. 32 - O compromisso a que se refere o artigo anterior terá caráter solene e será sempre prestado sob a forma de juramento à Bandeira e na presença de tropa formada, tão logo o policial-militar tenha adquirido um grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante da Polícia Militar, conforme os seguintes dizeres: Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o sacrifício da própria vida (RIO DE JANEIRO, 1981).

A noção de proteção dos fracos contra os predadores sociais que aqui se traduzem no Estado Democrático de Direito em criminosos, justifica uma ação voltada para a preservação da vítima. Vai se construindo, portanto, uma noção muito clara de clivagem entre o “nós” e o “eles”. É essa polarização somada a outros elementos, como o ressentimento e o revanchismo, que abre espaço para a expansão da adesão ao bolsonarismo por grande parte dos agentes policiais militares, o que torna sua penetração na PMERJ um caso exemplar.

### 3.5- O ressentimento

O ressentimento em sociologia tem sido objeto de estudo de diversos autores e acadêmicos. Os pontos de vista sempre são muito interessantes e acrescentam olhares sob diferentes ângulos. Uma palavra, que segundo o dicionário significa mágoa, rancor, melindre demonstração de angústia. Além, o seu sentido dicionarizado define que a ação de se ressentir depende de uma “ofensa, uma desfeita ou mal causado por outra pessoa”.

Nesse sentido, quando trazemos para o campo da sociologia esse conceito, seus significantes e significados adquirem proporções muito produtivas. Ressentimento é um fermento perigoso. Historicamente diversas revoltas e rebeliões surgiram com o ressentimento e por vezes se perpetuam no tempo como o resquício da escravidão findada no século XIX. O ressentimento sempre está presente nas relações sociais, basta um olhar mais atento para identificá-lo – seja *botton-up* (“de baixo para cima”) ou *top-down* (“de cima para baixo”). Tanto pessoas em posição de domínio e poder, quanto os dominados e vulneravelmente expostos são capazes de nutrir essa emoção, muito embora seja mais comum no segundo caso.

O ressentimento também é analisado por Kehl (2011, 2020a) sob a ótica da psicanálise, muito embora sua visão clínica seja especialmente de interesse à sociologia, quando entende que o ressentimento vai muito além de uma mera revolta. Nas palavras da psicanalista e ensaísta,

Ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo pelo que venha a fracassar. Nesse aspecto, o ressentido pode ser tomado como o paradigma do neurótico, com sua servidão inconsciente e sua incapacidade de implicar-se como sujeito do desejo. [...]. O ressentimento não é uma estrutura clínica, tampouco se confunde rigorosamente com um sintoma, embora se possa considera-lo uma solução de compromisso entre dois campos psíquicos, o do narcisismo e o do Outro. *Ressentimento* não é um conceito da psicanálise; é uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de esquecer ou superar um agravo. [...] o prefixo *re* indica o retorno da mágoa, a reiteração de um sentimento. [...]. O ressentido não é alguém incapaz de esquecer ou perdoar; é um que não quer esquecer, ou que *quer não esquecer*, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou. [...] Max Scheler [...] classifica como “autoenvenenamento psicológico” o estado emocional do ressentido, um introspectivo ocupado com ruminacões acusadoras e fantasias vingativas. [...]. Para Scheler, a constelação afetiva do ressentimento compõe-se da soma de rancor, desejo de vingança, raiva, maldade, ciúmes, inveja, malícia (KEHL, 2020a, p. 9-10).

O ressentimento, portanto, pode ser cooptado politicamente pelo discurso revanchista antissistema ou contra o *establishment*. Todavia, ao invés de ser canalizando para um revolta ativa, valendo-se de todos os meios democráticos legítimos para promover uma transformação diante das injustiças, demandas insatisfeitas e humilhações, acaba por organizar uma “rebelião conformista” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 41), que reforça a hierarquia, a desigualdade e aprofunda o neoliberalismo autoritário, em uma “batalha [...] contra regulações, direitos e políticas redistributivas protagonizados pelo Estado social” (CESARINO, 2021, p. 85).

Nesse ponto é importante diferenciar ressentimento de revolta. Se o ressentimento é uma “revolta passiva”, a atitude que se opõe a ela, diante de injustiças e humilhações, seria a da revolta ativa, por todos os meios legítimos de que a sociedade democrática (ainda) dispõe. A passividade é uma das atitudes que caracteriza o ressentido. Uma das causas do ressentimento seria o “divórcio entre a potência do sujeito e sua capacidade de agir” (KEHL, 2011, p. 338).

Kehl nos mostra a relação entre o ressentimento, a culpa e a frustração. Para a autora o ressentido é alguém incapaz de assumir sua culpabilidade, tendo como tendência atribuir essa responsabilidade a outros, não assumindo seus erros e, por ventura, seus fracassos.

Se, por um lado, o ressentido procura apontar culpados para justificar suas frustrações, por outro, a admissão de culpa ou de *responsabilidade* (melhor opção) pelo que fracassou em sua vida ainda não basta para tornar o sujeito mais potente diante de suas escolhas de destino (KEHL, 2020b, p. 2).

Na visão de Mishra (2019), o ressentimento está apenas reprimido, ele dorme em um estado e apenas espera o momento certo para mostrar sua face. A visão da autora é baseada nos escritos de Freud, e se revigora atualmente com ascensão do populismo de direita. Ela frisa que esse ressentimento é fruto da interação de um sujeito em conflito, “cindido” de seu contexto “social, político e cultural”. De outro modo, um “eu humano” em uma relação de instabilidade com o mundo que o cerca.

Toda ação humana, na visão modernista, é inevitavelmente empreendida a certa distância de seus princípios e ideais declarados; há uma distância irreduzível entre teoria e prática, onde permanecem à espreita o medo, a esperança, a vaidade, a raiva e a vingança (MISHRA, 2019, p. 184).

A autora continua sua análise sobre o ressentimento acrescentando sua visão sobre o egoísmo e a satisfação de vaidades em que o sujeito vive para obter o reconhecimento alheio em uma via apenas unilateral, o da autopromoção, em que “só se sinta reconhecido ao ser preferido em detrimento dos demais, regozijando-se com sua abjeção” (MISHRA, 2019, p. 186). Esse limiar narcisista que flerta com o ódio é muito comum nas sociedades comerciais modernas, onde o flexível e o etéreo não se confundem com o duradouro e o perene.

Na visão de Wendy Brown (2019), o ressentimento se manifesta na forma dessublimada em confronto direto com os valores morais de determinada visão política (a da extrema direita populista). Em verdade, a visão de Brown se apresenta de um ponto (*top-down*) onde a “política e ressentimento emergem dos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio” (BROWN, 2019, p. 214), e manifestam esse ressentimento pelas vias democráticas, demonstrando seu revanchismo nas eleições de candidatos à direita.

Novamente, a criatura do ressentimento, em sua incapacidade de criar o mundo, o repreende; é quem ela culpa por seu sofrimento e humilhação, anestesiando assim sua dor aguda. Isso significa que o sistema moral que ela constrói tem, em seu âmago, o rancor, a reprimenda, a negação e até mesmo a vingança (BROWN, 2019, p. 215).

No caso da polícia militar e o ressentimento nutrido por seus integrantes, há certa divergência com a visão de Brown, na medida em que o ressentimento policial militar mais se expressa em razão das críticas que recebe da imprensa, da sociedade ao longo de anos, do não reconhecimento social da importância da profissão, do abandono político da classe, das precárias condições salariais e de trabalho<sup>20</sup>, da utilização da corporação como massa de

---

<sup>20</sup> Como apresentam Ribeiro e Menezes (2018, p. 153), “A disparidade de salários dos policiais militares de estado para estado é muito grande. Em Santa Catarina, por exemplo, que é um dos estados onde o salário inicial é mais alto, um soldado (patente mais baixa da PM) recebe atualmente cerca de R\$ 4.5000,00. No Rio de Janeiro, que paga salários mais baixos, o piso é de cerca de R\$ 3.300,00. A diferença é, portanto, de mais ou menos R\$ 1.200,00”.

manobra visando atender aos anseios políticos e projetos de poder da casta política que acaba por conduzir a corporação como uma propriedade privada (quase aos moldes feudais) e não como uma instituição de Estado que é.

A percepção policial de seu papel profissional diante dos interesses políticos é notada na medida em que as ordens emanadas não são revestidas de elementos técnicos que justifiquem o emprego do policial em determinadas situações ou locais. Além disso, a percepção de utilização do policial para atender interesses pontuais acirram ainda mais essa percepção. O senso crítico de muitos policiais é algo que contamina pares e alastra esse sentimento de utilização dos seus serviços para fins não republicanos, de caráter não prioritário ou fins meramente políticos. Há uma reflexão constante na tropa, isso é captado quando as reuniões nos quartéis ocorrem, questionamentos surgem, alguns de forma mais incisiva outros de maneira mais tímida dependendo do problema.

Como ilustram Ribeiro e Menezes no prólogo e ao longo de todo o livro-reportagem em quadrinhos “Socorro! Polícia!” (2018)<sup>21</sup>, a relação entre policiais e sociedade é “muito mais complexa do que parece. A sociedade e os especialistas se limitam a criticar e propõem poucas soluções. E os policiais se fecham cada vez mais e evitam o contato com a comunidade” (RIBEIRO; MENEZES, 2018, p. 14). A propósito do ressentimento policial, a fala de um policial sintetiza o sentimento próprio da classe: “Nós somos a voz que a sociedade não escuta. Quando morremos, ninguém percebe que há uma pessoa dentro da farda” (op. cit., p. 32)<sup>22</sup>. A visão da PMERJ é *botton-up*. Ou seja, um ressentimento parecido com o do “homem do subsolo” de Dostoiévski<sup>23</sup>.

Para Fraser (2019), a lacuna deixada por uma autoridade política legitimada – ou, o que na Mouffe (2009), em um contexto de pós-política, chama de um período de “déficit democrático” – abriu espaço para o surgimento de líderes populistas que se aproveitaram dos ressentimentos existentes entre a classe trabalhadora com suas demandas insatisfeitas, notadamente, o ressentimento de uma “maioria silenciosa” (FARBER, 1994) – p. ex., no EUA, de trabalhadores brancos e cristãos e que sentiam que todo o movimento liberal pós-1968 (de conquista de direitos civis, dos negros, das mulheres, dos estudantes, do movimento antiguerra, etc.) era um “ataque” a seus valores (trabalho, família, religião cristã, ascensão pelo trabalho e

---

<sup>21</sup> Um quadrinho que propõe refletir “sobre o que a PM sofre e o que sofremos [a sociedade] com ela”, foi elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) defendido em 2016.

<sup>22</sup> Tenente Steevan, em entrevista para a matéria “O PM e o militante”, de Eliane Brum, na Folha de São Paulo, publicada em 28 de junho de 2016. In: Ribeiro e Menezes (2018, p. 153).

<sup>23</sup> Essa figura é evocada pelo romancista russo em “Notas do Subterrâneo” ou “Cadernos do Subterrâneo” (1864). O romance conta a trajetória de um empregado civil aposentado, ressentido, que reside em São Petersburgo.

pelo consumo, etc.) e sua identidade; no Brasil, um público mais difuso como demonstra Kalil (2018) – que, “adormecido”, fez ressurgir com força um discurso revanchista, que contribuiu para a chegada ao poder, pelas vias democráticas, de um autoritarismo plutocrático.

Nos termos de Morelock e Narita (2019), esses líderes populistas (de direita) – que figuram em suas análises como “agitadores”<sup>24</sup> –:

[...] explora “os sentimentos difusos de mal-estar que pairam sobre a vida moderna” (LÖWENTHAL; GUTERMAN, 1949, p. 16). Nesse sentido, um conjunto do que Löwenthal e Guterman chamaram de “condições morais e materiais” pode levar a sociedade a uma dinâmica disfuncional que assume diversas formas, tais como a desconfiança (a suspeita de o povo contra a elite corrupta, as instituições estabelecidas, etc.), dependência (o líder unifica o protesto contra a manipulação e incorpora os anseios de o povo por proteção), exclusão (o líder sugere que o povo é excluído dos benefícios materiais), ansiedade (temores das classes médias em relação ao deslocamento de status e as desconfianças de que a vida social está sendo erodida) e desilusão (combinada com o ressentimento contra as maquinações das instituições estabelecidas)” (op. cit., p.42).

Assim, a “retrotopia” (BAUMAN, 2017) e o discurso da democracia como inimiga das liberdades individuais e da livre iniciativa de mercado (BROWN, 2017, CESARINO, 2019) ou como representação de um “excesso de demandas” (FARBER, 1994) é endossada e reforçada na sociedade. Em outras palavras,

[...] em lugar de investir as esperanças públicas de melhoria num futuro incerto e “sempre obviamente duvidoso demais”, reinvesti-las mais uma vez no passado vagamente lembrado, valorizado por sua suposta estabilidade e, portanto, confiabilidade. Com essa virada de 180 graus, o futuro se transforma, de habitat natural de esperanças e expectativas legítimas, em local de pesadelos: pavor de perder o emprego e a posição social a ele vinculada; de ter a casa, o resto de seus pertences e os bens moveis de toda uma vida “retomados”; de assistir aos seus filhos patinando ladeira abaixo do “bem-estar com prestígio”; e ver suas próprias qualificações, laboriosamente aprendidas e memorizadas, destituídas do que tenha restado de seu valor de mercado. A estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda (BAUMAN, 2017, p. 11-12).

No caso brasileiro, é importante mencionar que o discurso religioso, em sua perspectiva conservadora e reacionária, conciliada a valores neoliberais, foi um importante mobilizador desses afetos (ressentimento, ódio, frustração, etc.) que, como demonstram Gracino Júnior (2021) e Gracino Júnior, Goulart e Frias (2021), foram traduzidos em adesão eleitoral à

---

<sup>24</sup> Conforme já apresentado no item 2.3 desta dissertação, a figura do agitador está ligada ao antagonismo político (MOUFFE, 1999, 2009, 2015, 2021; LACLAU, 2009a; CESARINO, 2019, 2020a). Valendo-se das análises dos teóricos frankfurtianos da primeira geração, Leo Löwenthal e Norbert Guterman (1949), Morelock e Narita (2019) dizem que “mais do que reunir indivíduos em um sujeito político coletivo, fundamental passa a ser a construção de linhas de divisão para a massa mobilizada” (p. 41). Assim, *mobilização* se transforma em *agitação*. Isto é, enquanto a “*Mobilização* pressupõe uma unidade mínima de propósitos, mas não necessariamente uma população inimiga contra a qual o sujeito político coletivo passa a ser dirigido. Em contraste com a mobilização, a *agitação* é exatamente a construção de divisões alimentadas por antagonismos, produzindo uma sensação de conflito permanente” (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 41).

Bolsonaro. Ocorre que as mesmas bases podem ser observadas no âmbito do público policial militar – também possuidor em suas fileiras de um público evangélico. Segundo os autores, o ressentimento é “o afeto que catalisa os vínculos de identificação entre a candidatura de Bolsonaro e seu eleitorado” (GRACINO JÚNIOR, GOULART, FRIAS, 2021). *Mutatis mutandis*, o ressentimento que catalisa a adesão evangélica é a mesma emoção que irá catalisar a do policial militar, mobilizando o seu *ethos* guerreiro introjetado.

[...] a **racionalidade autoritária é necessariamente divisiva**, já que a mobilização de o povo ocorre em uma narrativa que reduz as singularidades (heterogeneidade social e individualidades) a oposições justapostas (normal e anormal, os moralmente puros e os corruptos, etc.). Isso alimenta a agitação e cresce a partir dela. [...] (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 47, grifo meu).

Assim, o aparecimento de um “nós” x “eles” é outro combustível que direciona a adesão política e eleitoral e se soma ao antagonismo que irá solidificar essa união (pela lógica da equivalência) cunhada no ressentimento. Nesse sentido, Mouffe (2015) irá tecer excelentes argumentos para elucidar essa questão. As relações antagônicas e agonísticas serão analisadas amiúde e revelarão que, no fundo, o ressentimento adormecido é mobilizado para fazer política. O aparecimento de rótulos pejorativos, ridicularizantes e depreciativos somente alimentaram a sensação de ressentimento em um verdadeiro contrassenso à dignidade e respeito que se espera de adversários políticos (em um modelo agonístico de democracia). Nessa senda, uma breve consideração teórica proposta por Mouffe (2015) sobre a questão do agonismo merece reflexão. Segundo Mouffe (2015), há diferenças entre “antagonismo”, visto como um modelo em que as relações políticas se dão pelo antagonismo amigo-inimigo, em que se deve eliminar o inimigo, e “agonismo”, que concebe como relações políticas entre adversários, ou seja, pode-se imaginar na arena política um espaço simbólico comum entre oponentes que permita o surgimento de um “consenso conflituoso”, ou que se fundamente em uma relação “nós”/“eles” em que as partes em conflito, mesmo admitindo que não há qualquer solução racional para o seu conflito, não deixam de reconhecer a legitimidade do seu oponente (MOUFFE, 2021). Para Mendonça (2003), em uma interpretação do pensamento de Mouffe, o agonismo significa uma medida comum entre discursos em disputa, um consenso mínimo que permite o reconhecimento da legitimidade de uma afirmação concorrente e, o mais importante, de quem a defende.

Na classe policial militar, o ressentimento se manifesta ainda em diversas outras ocasiões. Internamente o ressentimento pode despontar em episódios como nas relações hierárquica e desigual entre oficiais e praças, mas também entre policiais masculinos e femininos, entre os “apadrinhados” e os “excluídos” – ou seja, entre aqueles aquinhoados com gratificações e os que trabalham no serviço rotineiro, considerado apenas uma atividade fim –,

entre os privilegiados com escalas mais folgadas e os que cumprem a escala regulamentar, entre outras situações em que se vê um tratamento desigual entre os membros da corporação.

De outro modo, o modelo de subordinação total e irrestrita “permite abusos hierárquicos dos mais variados” (RIBEIRO; MENEZES, 2018, p. 40)<sup>25</sup> como “humilhações<sup>26</sup>... tortura física e psicológica ...e punições veladas, como transferências, trocas de turno ou função forçados e obrigação de trabalhar durante a folga” (op. cit., p. 40-41) que fomenta uma rivalidade e um sentimento de falta que “é interpretada como *prejuízo*” (KEHL, 2020<sup>a</sup>, p. 9), marca do ressentimento. Entretanto, para fins de entendimento macropolítico, essas rugas internas pouco interferem no objetivo finalístico deste trabalho. A projeção ao mundo exterior e político é o que nos interessa, isto é, o ressentimento em sentido *lato*, instrumentalizado como fermento para a adesão ao bolsonarismo.

Dessa maneira, o ressentimento advindo de fatores externos – nutridos por longos anos de exclusão, de falta de reconhecimento social, de ataques midiáticos da mídia livre em geral, de “incompreensões” do judiciário, de abandono governamental, de julgamento e crítica entre pares das próprias ações errôneas – tem sido um dos mais perigosos. Esse ressentimento nutrido por situações internas e externas à corporação ao longo do tempo, aparentemente desaguou em adesão política em 2018, com o surgimento da nova direita e do bolsonarismo, penetrando em diversos públicos. Devido ao seu caráter subjetivo, o ressentimento é apenas percebido de maneira generalista. Muitas manifestações são tímidas, porém, perceptíveis.

A política se apresentou como uma saída para a valorização da classe e, de maneira geral, para o estabelecimento e a vazão de um revanchismo. Nesse sentido, o sentimento e a polaridade amigo-inimigo abertas no seio social com o aparecimento do bolsonarismo cooptou muito facilmente grande parcela da tropa da polícia militar. Desde sua expulsão do Exército Brasileiro que Bolsonaro se apresenta como um defensor dos militares. Como já dito, o ex-capitão do Exército e seus marketeiros construíram sua imagem como um político antissistema – apesar de 28 anos de atuação como deputado –, cuja principal pauta de seus projetos são as temáticas militares, de Segurança Pública e de defesa dos direitos dos militares (RODRIGUES, 2021, p. 164-213; PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 104).

---

<sup>25</sup> Como mencionam Ribeiro e Menezes (2018), citando informações da pesquisa desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), “Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública” (2014), “58,3% dos policiais acreditam que a hierarquia nas polícias provoca desrespeito e injustiça profissional” (RIBEIRO; MENEZES, 2018, p. 154).

<sup>26</sup> 64,4% dos policiais foram humilhados ou desrespeitados por superior hierárquico (FBSP-FGV, 2014 apud RIBEIRO; MENEZES, 2018, p. 154).

Os próprios policiais militares – muitos deles/as, despontados/as como influenciadores/as digitais – surfaram a onda bolsonarista e passaram a se envolver com a política eleitoral e a disputar votos da população. Fato comprovado pela ampliação da eleição de representantes da classe, que surgiram e ocuparam cadeiras eletivas nas eleições desde 2018. De outro modo, as três esferas de poder legislativo – municipal, estadual e federal – apresentam grande representação de policiais militares, com alguns representantes ocupando até mesmo cargos do poder executivo, rompendo com uma sensação que assombrava praças e oficiais por décadas, a percepção de não se ter voz na política.

Os líderes nacional-populistas se alimentam dessa profunda insatisfação, mas seu caminho até o *mainstream* também foi aberto por uma quarta tendência: os elos cada vez mais fracos entre os partidos dominantes tradicionais e as pessoas, ou o que chamamos de desalinhamento (EATWELL, GOODWIN, 2020, p. 22).

Nesse ponto nos cabe questionar o que levou a essa grande adesão? Não conseguiremos precisar uma resposta definitiva nesse momento, o que exige um número maior de pesquisas e detalhamento. Entretanto, nesta dissertação apresentaremos alguns elementos que foram observados durante a pesquisa empreendida junto à PMERJ, que materialmente nos ajudam a refletir sobre a questão posta.

A alcunha de “mito” atribuída à Bolsonaro por seus seguidores em muito se explica pelo modo como ele se expressa ao longo de sua vida legislativa, com seus discursos inflamados, polêmicos e violentos. Primeiramente usado pelo público *nerd, gamer, hacker, hater e troll* (KALIL, 2018), o termo “mito” – ou “bolsomito” –, entre outros sentidos atribuídos, é usado para se referir ao fato – visto como positivo por seus apoiadores – de Bolsonaro falar o que vem à cabeça (uma retórica violenta contra homossexuais, mulheres, negros, indígenas, etc.), sem se preocupar com o “politicamente correto”, visto pela nova direita como discurso da esquerda (“esquerdismo”) para cercear uma pretensa liberdade de expressão. Bolsonaro se tornou o grande tradutor do politicamente incorreto (DI CARLO, KAMRADT, 2018; CESARINO, 2020<sup>a</sup>, 2020d), primeiro em programas de humor, depois, com a ascensão de movimentos como MBL (que passaram também a questionar o “politicamente correto”), em suas falas públicas durante a manhã, em *lives* e pronunciamentos oficiais.

Com isso, buscava entre outras coisas, construir a imagem de um homem simples e espontâneo – “alguém do povo que é igual a eles” (CESARINO, 2020<sup>a</sup>, p. 111). No caso em tela, a retórica belicosa de Bolsonaro contra a “bandidagem”, em defesa do porte de armas e da classe policial militar e toda uma mimética relacionada (e compartilhada nas redes sociais) – baseada na relação amigo-inimigo, expressa em uma “divisão binária inicial: bandido,

vagabundo versus cidadão de bem” (op. cit., p. 103) – gerou identificação entre o líder populista da extrema direita e certos eleitores da classe policial militar.

“Bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos: esterco da vagabundagem”, “você terão armas de fogo” entre outras falas de Bolsonaro se aproximam de uma perspectiva combativa de se resolver os problemas sociais. Como se a solução os problemas sociais, o estabelecimento e manutenção da lei e da ordem seja exclusivamente por meio da violência. De outro modo, sendo o *ethos* da violência *sui generis* em uma realidade social extremamente complexa, pode-se dizer que a retórica bolsonarista, que valoriza sobremaneira o *ethos* guerreiro presente no *ethos* policial militar, que busca caracterizar o criminoso comum como um “inimigo” a ser eliminado, desumanizando-o, sob a justificativa de defesa da sociedade e da família, é um fator explicativo decisivo para a adesão de parte da tropa da PMERJ ao bolsonarismo.

Simplória e direta, essa retórica atinge em cheio o *zeitgeist* combativo do policial militar. O *ethos* guerreiro nesse momento se identifica e se manifesta em toda sua poderosa vocação. Grande parte da classe policial militar se sentiu representada nessas palavras ressentidas. Para se ter noção do poder dessa manifestação, camisetas são comercializadas em lojas virtuais com essa passagem (Figura 8) e escancaram todo seu revanchismo social na questão carcerária e dos marginais da lei. Enfim, essa simbiose entre o discurso bolsonarista e o *habitus* policial, somado à cooptação do ressentimento militar policial acumulado ao longo do tempo, é um fator importante na conformação da adesão do público de militares e ex-militares.

FIGURA 7 – CAMISETA À VENDA EM LOJA VIRTUAL, “DIREITA STORE”



FONTE: Direita Store (2022).

O revanchismo, como manifestação do ressentimento, flerta de forma muito próxima com o antagonismo. Temos que o antagonismo e o revanchismo são dois conceitos que irão solidificar as bases de uma política direcionada a uma mudança do *status quo* pretendida pela nova direita. Embora o ressentimento seja uma emoção que pode ser mobilizada politicamente tanto pelo populismo de esquerda quanto pelo de direita, a propósito do objeto desta pesquisa, – a penetração do bolsonarismo na tropa da PMERJ e como se deu a adesão do público policial militar a esse movimento da nova direita brasileira, que tem como liderança política uma versão brasileira da *alt right* americana –, interessa-nos observar o segundo caso.

Na visão e na percepção dos policiais, o revanchismo se materializa em diversas ocasiões, seja através de matérias jornalísticas com duras críticas às ações policiais (ainda que dentro das normas legais), seja através de resoluções jurídicas como a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635). Essa ação foi elaborada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) para restringir operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia do coronavírus, requisitando ao Supremo Tribunal Federal que suspendesse o sigilo dos protocolos das operações policiais no Estado do Rio de Janeiro e exigindo que as operações fossem motivadas e justificadas. Esse exemplo recente, consubstancia a visão que o policial militar tem do revanchismo, onde tolher a ação dos policiais apenas favorece o fortalecimento dos criminosos e a impunidade ao mesmo tempo que enfraquece a classe.

O *ethos* guerreiro se apresenta como a chave conectora dessa ambiguidade e consequente dificuldade situacional. A sociedade como consumidora dos serviços prestados pelos policiais militares, exige cada vez mais profissionais preparados e capazes de responder às suas demandas. Desse modo, esse hibridismo irá colocar em xeque a credibilidade tanto da profissão quanto da corporação, uma vez que maus profissionais podem sempre macular todo corpo organizacional.

O ressentimento e o revanchismo como consequência aparecem, ainda que por vezes não se manifestem. Essas frustrações represadas que se acumulam, encontram correspondência com o discurso de políticos populistas da nova direita, sobretudo, quando se apresentam como defensores dos interesses, valores e demandas dos militares e ex-militares.

#### **4- ANÁLISE POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA PMERJ: UMA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Neste capítulo analisaremos os resultados da pesquisa realizada junto a parte do efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Para tanto, valemo-nos de um *survey*, aplicado no período de setembro a novembro de 2021. Nesta pesquisa, foi utilizada a ferramenta *Google Forms*, onde foram obtidas 2.065 respostas. A análise dos dados coletados foi realizada em duas partes, através de uma abordagem quanti-qualitativa. A primeira parte, desenvolve-se uma análise quantitativa dos dados, posteriormente, interpretados qualitativamente. Os dados apontam os principais elementos que ratificam e embasam as conclusões acerca do posicionamento político ideológico dos policiais militares da PMERJ, de diferentes postos e graduações, do estado efetivo (ativo) e inativo da corporação, lotados em diferentes Unidades Operacionais, Administrativas, Escolares e de Saúde.

O questionário aplicado junto a alguns membros da PMERJ se dividiu em duas partes, sendo a primeira composta por questões que captaram informações pessoais dos policiais militares, tais como local em que está lotado, escolaridade, idade, religião, estado civil e raça/etnia. A segunda parte foi destinada à captação de informações sobre o posicionamento político dos/as entrevistados/as, informações que atingem o âmago do trabalho proposto. Nessa parte final do questionário, basicamente se orbitou em torno de questões que abordou as eleições de 2018, bem como buscou projeções sobre o posicionamento dos/as entrevistados/as, ou sobre a tendência eleitoral desse eleitorado policial militar, para as eleições de 2022.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, houve certa dificuldade de acesso direto ao público (policiais militares) e, devido ao tempo exíguo, o questionário foi elaborado de forma direta e pragmática, contemplando vinte questões, com tempo de resposta não superior a três minutos.

As respostas foram computadas apenas uma única vez por participante, diminuindo a possibilidade de provocar determinado enviesamento ideológico. Nesse sentido, buscando a qualidade dos dados, a pesquisa se encerrou assim que o quantitativo julgado ideal foi alcançado. A pesquisa era estimulada diariamente, sendo distribuída aos oficiais das diversas unidades da corporação. Essa pulverização teve por objetivo alcançar os mais variados públicos dentro da corporação e suas opiniões, nas diversas regiões do Estado. O acompanhamento diário da pesquisa permitiu observar que a partir da milésima resposta os padrões percentuais se mantiveram estáveis, e a medida que o número de respostas aumentava os números

permaneciam na mesma margem.

Considerando que a PMERJ no momento da realização desta pesquisa acadêmica – no período de setembro a novembro de 2021 – contava com um efetivo total de 43.793 homens e mulheres<sup>27</sup> e visando manter a imparcialidade, a objetividade e a clareza da pesquisa, estipulou-se uma amostra de policiais militares a comprovação das hipóteses apresentadas. Assim, foram aplicados questionários junto a um público de 2.065 policiais militares que totalizava no momento da pesquisa aproximadamente 5% do efetivo ativo da PMERJ e um pequeno percentual de policiais aposentados. Esse número foi escolhido visando minimizar a margem de erro conforme parâmetro abaixo elaborado pela FGV e plataforma de pesquisas humanas mindminers. Para o efetivo existente no momento da pesquisa, considerou-se que uma margem de erro aceitável seria algo próximo dos 2%.

FIGURA 8: TABELA PROPORCIONAL DE MARGEM DE ERRO

Amplitude da população (universo) N	Amplitude da amostra com as margens de erro acima indicadas					
	1%	2%	3%	4%	5%	10%
.....	-	-	-	-	222	83
1000	-	-	-	385	286	91
1500	-	-	638	441	316	94
2000	-	-	714	476	333	95
2500	-	1250	769	500	345	96
3000	-	1364	811	517	353	97
3500	-	1458	843	530	359	97
4000	-	1538	870	541	364	98
4500	-	1607	891	549	367	98
5000	-	1667	909	556	370	98
6000	-	1765	938	566	375	98
7000	-	1842	949	574	378	99
8000	-	1905	976	580	381	99
9000	-	1957	989	584	383	99
10000	5000	2000	1000	588	385	99
15000	6000	2143	1034	600	390	99
20000	6667	2222	1053	606	392	100
25000	7143	2273	1064	610	394	100
50000	8333	2381	1087	617	397	100
100000	9091	2439	1099	621	398	100
∞	10000	2500	1111	625	400	100

Fonte: FGV/ Mindminers (2023)

Considerando que o estado do Rio de Janeiro foi unificado apenas recentemente, na década de 70, para captar as diferenças culturais e regionais o *survey* foi realizado nos sete Comandos de Policiamento de Áreas (CPA) existentes no estado, quais sejam: Capital 1º e 2º CPA, Baixada 3º CPA, Niterói e Região dos Lagos 4º CPA, Sul Fluminense 5º CPA, Região Serrana 7º CPA e Norte Fluminense 6º CPA. Assim, buscou-se atentar para os regionalismos culturais que, porventura, destacaram-se, no intuito mesmo de demonstrar que o bolsonarismo, apesar das diferenças culturais da tropa, é um movimento político que metaboliza e se adapta a

<sup>27</sup> Dados obtidos internamente através do setor PM-1, setor interno responsável pela gestão de efetivo na corporação e sua respectiva lotação.

essas particularidades.

#### 4.1- Análise da captação de informações pessoais dos policiais militares

A primeira pergunta direcionada ao público pesquisado era bem simples e abordava a questão de que CPA o entrevistado/a está alocado. Com essa questão visou-se detalhar melhor os vínculos estabelecidos pelos policiais (Tabela 1), que por sua vez, ajuda-nos no entendimento da questão histórico-cultural diversa do estado do Rio de Janeiro e evitar um eventual enviesamento, por conta dos regionalismos presentes no estado.

TABELA 1 – QUAL O SEU COMANDO INTERMEDIÁRIO?

COMANDO INTERMEDIÁRIO	QUANTIDADE	%
1º CPA (Zona Norte e Zona Sul da Capital)	203	10%
2º CPA (Zona Oeste da Capital)	175	8%
3º CPA (Baixada Fluminense)	121	6%
4º CPA (Grande Niterói)	120	6%
5º CPA (Sul Fluminense)	243	12%
6º CPA (Norte Fluminense)	83	4%
7º CPA (Região Serrana)	72	3%
COE	91	4%
CPE	139	7%
CPP	95	5%
DGP	124	6%
Outros	599	29%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.065</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

O resultado das respostas revelou que o objetivo inicial de alcançar uma amostra diversificada regionalmente foi bem sucedida, o que nos possibilita dizer que o *survey* alcançou uma amostra representativa do efetivo policial de todo o estado do Rio de Janeiro.

A segunda questão do questionário tinha a preocupação de também diversificar as respostas. Neste caso, atentando-se para a diversidade de pontos de vistas, o *survey* buscou abranger policiais militares ocupantes de todos os cargos, tanto entre oficiais quanto entre os praças. êxito nessa tarefa se comprova quando se vê a pulverização de graduações que foram abordadas (Tabela 2), que materializa justamente a realidade observada na PMERJ, com uma concentração maior, entre os praças, no número de Cabos e Subtenentes (28%) e, entre os oficiais, no número de Tenentes (12%) e Majores (8 %).

TABELA 2 – QUAL SEU POSTO OU GRADUAÇÃO?

<b>POSTO/GRADUAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
CORONEL	49	2%
TEM CEL	55	3%
MAJOR	172	8%
CAPITÃO	139	7%
1º TENENTE	59	3%
2º TENENTE	187	9%
AL OF CFO	78	4%
SUBTENENTE	265	13%
1º SARGENTO	125	6%
2º SARGENTO	153	8%
3º SARGENTO	112	6%
CABO	300	15%
SOLDADO	92	5%
AL CFSD	248	12%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.034</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Objetivando verificar se existem diferenças de opinião entre os respondentes que realizam trabalhos internos ou administrativos e os que atuam nas ruas realizando a atividade fim da Polícia Militar (o policiamento ostensivo), e ainda aqueles que se encontram em processo de formação (alunos), a terceira questão buscou descrever qual serviço cada policial abordado durante a realização do *survey*. As normas em vigor na Polícia Militar preconizam que apenas 15% do efetivo devem estar alocados em atividades administrativas, entretanto, existem unidades que são essencialmente burocráticas e portanto, esse somatório geral fica prejudicado.

Observamos nos dados apresentados na Tabela 3 uma proporção entre o público abordado de 37% de policiais que se dedicam aos de serviços internos e administrativos, 33% que prestam a atividade fim e 18% em processo de formação. Resumidamente, as atividades internas e burocráticas possuem risco exponencialmente menor de vida ao policial, enquanto aqueles dedicados ao serviço realizado nas ruas, diretamente atendendo à população e atuando ostensivamente na prevenção estão suscetíveis aos riscos e intempéries do acaso.

Descrita as diferenças que marcam a atuação dos policiais que atuam na área administrativa e os que atuam diretamente nas ruas (no trabalho ostensivo), é importante mencionar que tal questão visou elucidar as diferentes formas de atuação do policial militar, além de buscar elementos para refletir se há alguma diferença de adesão ao bolsonarismo entre os policiais militares “operacionais e combatentes” e aqueles que trabalham em serviços internos/administrativos, menos suscetíveis aos riscos diários das ruas.

Como veremos adiante, não houve diferença significativa nesse quesito. Policiais que

atuam tanto nas atividades fim, quanto nas atividades administrativas possuem opiniões que convergem no mesmo sentido, isto é, para a adesão ao bolsonarismo. Além, o fato de estarem mais ou menos expostos aos riscos de combater a criminalidade não interferiu na opinião política nem de nenhum dos públicos, uma vez que o risco é uma característica presente na atuação profissional da maioria dos públicos policiais militares, seja no âmbito do exercício de natureza administrativa ou operacional.

O bolsonarismo, por razões expostas no capítulo anterior, está simbolicamente associado ao *ethos* guerreiro. Assim, contribui para o entendimento da adesão ao bolsonarismo, independente da atuação do policial militar, o fato de o *ethos* guerreiro estar presente simbolicamente em toda tropa, não havendo separação entre os que atuam nas ruas e aqueles que atuam no serviço burocrático.

TABELA 3 – VOCÊ TRABALHA EM QUAL TIPO DE SERVIÇO NA PMERJ?

<b>POSTO/GRADUAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Adido	65	3%
Aposentado	135	7%
Externo/operacional	669	33%
Interno/expediente/administrativo	755	37%
Unidade de Saúde	59	3%
Unidade Escolar	367	18%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.050</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021)

A pergunta sobre a idade teve o objetivo de identificar se existiria algum padrão no público no que tange à idade. De outro modo, há alguma tendência diferenciada de adesão ao bolsonarismo de acordo com determinada faixa etária? Ou, essa adesão independe da idade?

TABELA 4 – QUAL A SUA IDADE?

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Entre 18 e 24 anos	1	0,05%
Entre 25 e 29 anos	108	5%
Entre 30 e 34 anos	289	14%
Entre 35 e 39 anos	485	24%
Entre 40 e 44 anos	477	23%
Entre 45 e 49 anos	360	18%
Entre 50 e 54 anos	135	7%
Entre 55 e 59 anos	124	6%
Entre 60 e 64 anos	40	2%
Entre 65 e 69 anos	13	1%
Mais de 70 anos	9	0,4%

<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.041</b>	<b>100%</b>
----------------------------	--------------	-------------

FONTE: O autor (2021).

Analisando os resultados, verifica-se que o público-alvo desta pesquisa, em sua maioria, possui idade que gira em torno de 30 a 49 anos, o que somado chega a 79% da amostra. Podemos afirmar que não há choque de gerações dentro do corpo efetivo da polícia militar, seja em virtude da falta de amostra de público jovem, seja em virtude da idade da amostra estar concentrada em determinada faixa etária. Nesse sentido, chama atenção o fato do público que mais adere ao bolsonarismo na PMERJ ser composto por atores nascidos a partir da década 1970, conforme exposto na Tabela 4.

TABELA 5 – QUAL SEU GRAU DE INSTRUÇÃO/ ESCOLARIDADE?

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental completo	2	0,1%
Ensino Médio completo	532	26%
Ensino Médio Incompleto	15	1%
Ensino Superior completo	659	32%
Ensino Superior incompleto	329	16%
Pós-Graduação/ Especialização	449	22%
Pós-Graduação Mestrado ou Doutorado	65	3%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.051</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Nesse sentido, podemos afirmar que o voto em Jair Bolsonaro não foi um voto ao acaso, nem tampouco acidental, ou fruto da ignorância. Os fatores que levaram a esse voto iremos analisar detidamente. Chamou a atenção o número de pessoas com ensino superior, o que aproxima os dados encontrados por nós entre a tropa com dados de pesquisas sobre o público mais geral de eleitores bolsonaristas (KALIL, 2018).

O *survey* procurou também identificar dados de raça/cor do policial militar do Rio de Janeiro. Uma vez que a resposta à pergunta é dada por autodeclaração, esse dado é interessante para nos ajudar a refletir sobre como o policial se vê.

TABELA 6 – QUAL SUA COR DE PELE?

<b>COR/RAÇA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Amarelo	18	1%
Branco	904	44%
Indígena	6	0,3%
Pardo	890	44%

Preto	207	10%
Prefere não dizer	18	1%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2043</b>	<b>100%</b>

Fonte: O autor (2021).

A observação dos dados sobre a autodeclaração de cor/raça aponta uma porcentagem semelhante para os que se declaram brancos (44%) e pardos (44%). O restante da amostra indica 10% de pessoas negras, 0,3% indígenas. 1% preferiram não dizer.

De maneira orgulhosa, a Polícia Militar traz em sua bicentenária trajetória histórica de forma orgulhosa ter sido a primeira instituição militar do Brasil a ter negros como oficiais em suas fileiras, incluindo a ocupação por comandantes negros de sua mais alta função, a de Comandante Geral. Nesse contexto, e considerando uma breve observação fática da tropa da PMERJ, é interessante que um percentual de apenas 10% de policiais tenha se autodeclarado negro.

TABELA 7 – QUAL SEU ESTADO CIVIL?

QUAL SEU ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	%
Casado (a)	1319	64%
Divorciado (a)	173	8%
Solteiro (a)	359	18%
União estável	183	9%
Viúvo (a)	11	1%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.045</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

O resultado obtido indica que 64% dos que responderam ao *survey* são casados, o que, somado ao número dos que possuem uma união estável (8%), chegaremos ao total de 72% da amostra. Essa confirmação da existência de uma família constituída, estável, presumidamente heterossexual, alinha-se com os modelos tradicionais de família defendidos por Bolsonaro.

Na esteira da defesa da família que, entre outros motivos – como o anticomunismo, corrupção, ordem, segurança, antipetismo –, angariou o apoio a Bolsonaro, esses dados são reveladores de uma situação que pode ter contribuído para a adesão ao bolsonarismo. Isto é, se levarmos em conta que o discurso bolsonarista, em uma lógica antagonista amigo-inimigo, vale-se de uma retórica nacionalista e baseada em uma moralidade conservadora que, entre outras coisas, diz defender a família tradicional brasileira contra as ameaças da crescente igualdade de gênero e reconhecimento dos direitos do público LGBTQIA+ – processos endereçados por Bolsonaro e seus apoiadores como as ameaças da “ideologia de gênero” ou da “ditadura gaysista” – desconfia-se que o fato da maioria da tropa ser casada e possuir família

um elemento que possa contribuir com essa adesão.

Como explica Stanley (2018), é também típico a política fascista a ansiedade sexual, “pois a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero” (n. p.). Assim, o “pânico moral” disseminado nas redes bolsonaristas, de certa maneira endossa o *ethos* guerreiro. Nessa retórica, as “minorias oprimidas passaram a ser vistas como fonte de opressão e cerceamento de liberdades, ou como segmento indevidamente privilegiados” (CESARINO, 2020a, p. 109) que ameaça a sobrevivência da “nação”, do “povo” e da “família”, do “homem heterossexual” o que justifica o chamado e o apoio a um líder forte e masculino, que prometa reestabelecer a ordem (baseada no gênero tradicional) contra os efeitos decadentes e ameaçadores da revolução sexual (1960-1970), assim como das políticas de igualdade de gênero correlacionadas. Como analisa Roth (2020), “A través de la defensa una un masculinismo particular y hegemónico, transfieren 111iró111são111uía política hacumau111iró111são111uía de género” (ROTH, 2020, p. 41).

(...). Sin embargo, no basumacon reducir estos fenómenos (y la observación de los mismos) a una mera reacción misógina y conservadora, ya que las formuma en las que la lógica y el discurso populistas de derecha se entrelazumacon ideas de género son más complejas y además, multidimensionales. **Para la autoconcepción de los actores de los partidos populistas, los órdenes tradicionales de género y 111iró111sãlia nuclear heteronormativa jueguma un papel fundamental**, como puede observarse cada vez muma en una ola de las llamadas campañas ‘anti-géneruma en Europauma en las Américas (Colombia, Brasil) así couma en las campañas de acción antifirmativa (EE.UU., Brasil)uma en los muchos intentos de o impedir el acceso al derecho al aborto legal (Argentina, EE.UU.)uma en las campañauma en contra de homosexuales y de personas transgénero (Brasil) (ROTH, 2020, p.16, grifo meu).

Família se tornou, portanto, um significante vazio que passou a congregiar vários segmentos da sociedade como nos ensinou Umberto Eco (2002), ao elaborar seu diagrama sobre fascismo e as conexões com elementos comuns aos seus públicos. Na retórica do populismo de extrema direita, família é visto como algo sagrado, passível de defesa contra qualquer influência “maligna”, “do mal” advinda da “esquerda”, com suas tentativas de “sexualização das crianças” e “naturalização da homossexualidade”.

Assim, a “defesa” da família como sendo um dos pilares da aceitação de Bolsonaro, ainda que não passem de conjecturas e palavras vazias, pode ser mais um dos elementos que levaram a adesão ao bolsonarismo dentro da PMERJ.

Por fim, outra questão que buscamos saber nessa primeira etapa do *survey* foi sobre a questão religiosa. Como analisam Gracino Júnior, Goulart e Frias (2021), o ressentimento “é o afeto que catalisa os vínculos de identificação entre Bolsonaro e seu eleitorado”.

Nesse sentido, ao confrontarmos os dados coletados com a teorizações acima

apresentadas, iremos identificar similitudes e pontos verdadeiramente comuns com tal realidade. Não podemos esquecer, entretanto, que o público em análise constitui uma classe de agentes de segurança, cujo prisma não está diretamente focado na religiosidade, mas, certamente é influenciado por ela.

TABELA 8 – QUAL SUA RELIGIÃO?

<b>RELIGIÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Evangélico / Protestante/ Neopentecostal	778	38%
Católico	719	35%
Sem Religião	214	10%
Espírita Kardecista	110	5%
Religião de Matriz Africana	76	4%
Prefiro não dizer	70	3%
Outra Religião	52	3%
Ateu/ Agnóstico	34	2%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.053</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Como se pode observar, a maioria dos respondentes se identificam como vinculados a algum tipo de religião. Destaque para a porcentagem de policiais militares que se vinculam ao cristianismo (sejam católicos ou evangélicos/protestantes/neopentecostais), um percentual de 73% da amostra. Esse dado também é interessante, quando se considera que um dos pilares da retórica populista de Bolsonaro é a evocação de “Deus” e da defesa dos cristãos contra o comunismo. Portanto, tendo em vista que o discurso religioso tem atuado como mobilizador privilegiado dos afetos e que vem sendo traduzidos em adesão eleitoral a Bolsonaro (GRACINO JÚNIOR; GOULART; FRIAS, 2021), o elevado número de pessoas que se declararam cristãs na tropa pode ser mais um elemento explicativo que sedimenta a adesão ao bolsonarismo na PMERJ.

#### **4.2- Análise da captação de informações políticas dos policiais militares**

Podemos considerar que chegamos ao ponto principal de nossas análises. Isto é, o momento em que analisaremos os dados acerca das posições políticas dos policiais militares da PMERJ. Esses dados dialogam como todo o arcabouço construído até aqui, e, embora não seja um trabalho definitivo e absoluto, possuem a capacidade de materializar de forma satisfatória os elementos discutidos na revisão bibliográfica, bem como as análises qualitativas apresentadas nos capítulos 1e 2.

Metodologicamente, a maneira que foi elaborado o questionário teve como preocupação minimizar a possibilidade de contradições, repetições desnecessárias e assim atingir, de forma frontal, o objeto da pesquisa. Acredita-se que a interpretação e análise dos dados, contextualizando-os com discussão elaborada até aqui, será suficiente para atender à proposta de pesquisa. Ou seja, traçar as variáveis sociológicas que promovem a afinidade entre grande parte da corporação da PM e o bolsonarismo.

Nesse contexto, a primeira questão do *survey* sobre as informações políticas dos policiais militares visou verificar o movimento pendular sobre a aproximação e distanciamento a determinada força política vigente no país. Esse movimento pendular de afastamento do PT descritos anteriormente, coincide com o crescimento e adesão às propostas bolsonaristas, sendo os motivos para essa adesão também coletados entre os respondentes.

TABELA 9 – JÁ VOTOU NO PT OU PARTIDOS DE ESQUERDA (OUTROS) ANTES DE 2018.

<b>RESPOSTA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
SIM	1.242	60%
NÃO	741	36%
NÃO SEI DIZER	82	4%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.065</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Quando perguntados se já votaram no Partido dos Trabalhadores (PT) ou partidos de esquerda antes das eleições de 2018, 60% dos respondentes afirmaram que sim. Tendo em vista a adesão de profissionais da Segurança Pública a Bolsonaro que se viu nas eleições de 2018 que será descrita a seguir, é interessante notar esse dado demonstra que o cálculo político da tropa para irem às urnas, geralmente, é pragmático e se transforma. Conforme refletido por Muniz (2021, n. p.), “Os PMs, provenientes das periferias sociais, são pragmáticos e não têm tempo a perder com o que não afeta de maneira utilitária as suas vidas dentro e fora do serviço”.

Valendo-se de Muniz (2021), pode-se dizer que o que ocorre, com a ascensão do bolsonarismo – que surge no bojo de um discurso antipetista contra a corrupção que se viu irromper no Brasil com mais força desde as jornadas de junho de 2013 (FARIA, 2020) –, é que os policiais militares passam a figurar como um dos públicos-alvo de Bolsonaro, pelo menos no que se refere à sua performance midiática como militar. Todo esse movimento, de ter um político que “é como a gente” e diz representar os interesses dos policiais,

[...] causa simpatia e sentido de proximidade no mundo periférico dos praças da PM e das Forças Armadas que, como Bolsonaro, não desfrutam de uma lealdade ferina à

moral e ética militares, mas aos benefícios e privilégios que a carreira, mesmo sendo subalterna, pode oferecer para jovens pobres e não brancos (MUNIZ, 2021, n. p.).

Ou seja, a vocalização do discurso conservador de Bolsonaro passa a ser muito sedutor e convergir diretamente com aquilo que os policiais militares vivenciam em seu cotidiano profissional, onde presenciam as mais violentas modalidades de crimes, que vão de lares e famílias destruídas pelas drogas e pelo tráfico a crimes como estupros, roubos, latrocínios e corrupção. Nesse contexto de profusão de episódios estressantes e de risco constante à vida do policial e demandas por melhores condições salariais e de condições de trabalho, o discurso bolsonarista encontra no contingente policial militar um potencial público eleitor.

Há que se observar que uma parcela considerável, entretanto, admite que não votou no PT ou nos partidos de esquerda antes de 2018. Os 36% representam, em uma análise preliminar, o núcleo duro da essência conservadora na PMERJ, o que nos leva a deduzir que ela sempre existiu, ainda que adormecida ou pouco estimulada, essa parcela conviveu com os anos de PT, provavelmente nutrindo seus ressentimentos de forma velada. A guinada política ocorrida em 2018 representa para esse público uma oportunidade de extravasar todo aquele ressentimento acumulado ao longo dos anos do PT no poder, quase uma libertação.

[...]. O discurso libertário de chutar o pau da barraca, que fala mal do Estado, de seu próprio governo e que se vê liberado das regras sociais para tirar o que puder numa competição vale-tudo no mercado, encontra eco no mundo de precarizados, sobretudo no mundo de quem tem contracheque e arma na mão (MUNIZ, 2021, n. p.).

O movimento pendular ocorrido de forma semelhante com o público evangélico (GRACINO JÚNIOR, GOULART; FRIAS, 2021) acaba também por se materializar no público de policiais militares. Assim, como se deu entre os evangélicos abordados pelos pesquisadores, pode-se dizer que vários policiais militares da PMERJ que “hoje vocalizam o discurso conservador, apoiaram o governo Lula e Dilma em algum momento” (JÚNIOR, GOULART; FRIAS, 2021, p. 554).

Na mensa sintonia Setzler (2021) nos apresenta suas conclusões:

Given the social turmoil Brazilians endured ahead of the 2018 elections, it is not surprising that many opted for the most atypical candidate capable of winning. Nevertheless, the main factors that led voters to support Bolsonaro appear to be the same ideological and partisan affinities — especially, antiparty hostility toward the PT — that have driven voter choice in other recent Brazilian elections. While many Brazilian voters shared Bolsonaro’s ambivalence about democracy and attitudes denigrating women and sexual minorities, these views played a relatively minor role in predicting vote choice when compared to the influence of ideology and especially partisanship. Collectively, the findings indicate that critics need to be more reticent and precise when writing about the ‘Trump effect’ or ‘Trump-like’ political candidates and movements operating outside of the United States. Even in settings where a substantial portion of the electorate shares a right-wing nationalist candidate’s

controversial views, we should not automatically assume that such views dictate vote choice or explain why these politicians sometimes win. ( SETZLER, 2021, p. 14)

Feita essa reflexão sobre a mudança do cálculo político entre os policiais militares e algumas de suas motivações, é salutar apresentarmos as respostas à segunda questão do *survey*, uma vez que o resultado (Tabela 10) confirma emblematicamente a rejeição ao PT vista entre os policiais militares no presente.

TABELA 10 – VOTOU NO PT OU PARTIDOS DE ESQUERDA (OUTROS) EM 2018?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
NÃO	1.785	86%
SIM	191	9%
NÃO SEI DIZER	59	3%
NÃO VOTEI EM 2018	30	1%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.065</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Como se vê, majoritariamente os policiais militares respondentes externalizaram sua rejeição ao PT e à esquerda. Ao todo 86% da amostra diz não ter votado no PT ou em partidos de esquerda nas eleições de 2018.

Relembrando Reis (2020), a classe policial militar se via como grupo atacado diuturnamente por suas ações pela mídia e pela justiça em suas decisões, bem como “ignorados ou marginalizados ao longo dos anos da ‘Nova República’, mastigaram ressentimentos represados que ecoam agora com vigor” (REIS, 2020, p. 8). Como expomos nos capítulos anteriores, o ressentimento é o elemento catalizador entre as frustrações de classe e o discurso de políticos populistas.

Considerando que os policiais militares, sobretudo os praças<sup>28</sup>, “vivem no universo popular da escassez de bens culturais, sociais e econômicos” (MUNIZ, 2021, n. p.), não veem sua profissão reconhecida socialmente, atuam sob condições precárias de trabalho e sob risco permanente, enfim, que vivenciam “a precariedade e vulnerabilidade sociais como os demais periféricos, mas com uma arma e uma carteira de polícia na mão” (op. cit.), temos mais um fermento para o ressentimento. Tais humilhações, na primeira oportunidade foram manifestas e traduzidas no apoio explícito ao então candidato Jair Bolsonaro, que – diga-se de passagem, desde sua atuação como deputado<sup>29</sup> – se diz representante da classe policial militar e que atua

<sup>28</sup> Que, como analisa Muniz (2021), “vieram de baixo, não vivem o mundo intramuros dos gabinetes das casernas, não possuem o ethos dos oficiais e estão em conflito com este mundo” (n. p.).

<sup>29</sup> A esse propósito, vale citar o que Aranda (2018) constata. Ou seja, em 26 anos de mandato como deputado federal do Rio de Janeiro, “foram apresentados 171 projetos, cuja maioria tinha como pauta principal as temáticas

politicamente em defesa de suas necessidades e de pautas ligadas à Segurança Pública, tão caras a esse público eleitor.

Em certa medida, como afirma Muniz (2021), a adesão ao discurso de Bolsonaro se trata de um “pedido de socorro”. Nos termos da estudiosa:

Bolsonaro nada realizou para os PMs, mas ofereceu um lugar de autoestima, ainda que ilusório, no embuste da falsa guerra contra o crime – os guerreiros da ordem, os passadores de régua normativa. Assim, a adesão ao discurso de Bolsonaro é, antes, um pedido de socorro (“alguém vai olhar para a gente”) que se faz acompanhar de um cálculo presentista – “tá na nossa vez”. Não se tem uma lealdade substantiva, e sim uma proximidade moral, apoiada por interesses de curto prazo (MUNIZ, 2021, n. p.).

Assim, o ressentimento foi acionado politicamente e, funcionando como plataforma privilegiada para o discurso bolsonarista (GRACINO JÚNIOR, GOULART; FRIAS, 2021, p. 548), é transformou-se em adesão política, conforme pode ser visto na Tabela 11.

TABELA 11 – VOTOU EM BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2018?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
SIM	1.732	94%
NÃO	66	4%
NÃO SEI DIZER	24	1%
NÃO VOTEI EM 2018	24	1%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>1.846</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Como se nota, nas eleições de 2018 94% dos policiais militares da PMERJ abordados pelo *survey* dizem ter votado em Bolsonaro. A grande rejeição ao PT no pleito eleitoral de 2018, por todas as razões já expostas no presente trabalho, juntaram-se à demanda que existia entre parte do público policial militar de ser ouvido, reconhecido e valorizado.

Devemos aqui fazer uma pequena observação. Se confrontarmos os dados relacionados nessa tabela com os dados da Tabela 10, iremos notar um número aproximado de respondentes que não votaram no PT ou na esquerda em 2018 (1.785 respondentes, 86%) com o número dos que afirmam ter votado em Bolsonaro (1.732 respostas, 94%). Todavia, o número que alega não ter votado em Bolsonaro em 2018 (4% da amostra) foi menor se comparado aos 9% que votou no PT ou em partidos de esquerda (Tabela 10). Se há essa diferença, isso se deve ao número total de respostas obtidas para cada questão. Quer dizer, a questão demonstrada na Tabela 11 recebeu o total de 1.846 respostas, enquanto a pergunta da Tabela 10 (quem votou

---

militares e de segurança pública, tendo sido aprovados apenas dois” (apud PAULA, ARAUJO, SARAIVA, 2020, p. 104).

no PT ou em partidos de esquerda em 2018), recebeu 2.065.

As alterações percentuais, entretanto, não alteram a tendência dos resultados. Pelo contrário, confirmam a convergência entre as respostas. Isto é, *pari passu*, os que não votaram no PT e os que afirmam ter votado em Bolsonaro representam o mesmo público. Dessa maneira, mais uma vez a materialização da adesão pendular a Bolsonaro se confirma.

Iremos notar adiante que esse padrão pendular de apoio eleitoral a Bolsonaro se repete ao logo do *survey*. Por exemplo, quando perguntados se já haviam votado em Bolsonaro antes de 2018, 67% dos respondentes disseram não (Tabela 12).

TABELA 12 – JÁ VOTOU EM BOLSONARO ANTES DE 2018?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
NÃO	1391	67%
SIM	578	28%
NÃO SEI DIZER	96	5%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2065</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

As informações coletadas nessa tabela são reveladoras e reafirmam o movimento pendular entre o voto na esquerda e a atual situação de adesão ao bolsonarismo. Se confrontarmos com a Tabela 9, notaremos que os percentuais daqueles que votaram no PT e na esquerda antes de 2018 (60 %) e os que não votaram em Bolsonaro antes de 2018 (67%) são próximos. Vale observar que Jair Bolsonaro se candidatou à presidência pela primeira vez nas eleições de 2018, portanto, a pergunta se referiu a votos no candidato na disputa para outros cargos, notadamente, para deputado federal, uma vez que Bolsonaro antes de se tornar Presidente já possuía uma longa vida política no Estado do Rio de Janeiro.

Aqui precisamos retomar as análises de Mouffe (2015) sobre o antagonismo fundamentado em uma “relação afetiva e incorporada de repulsa, nojo e animosidade contra um inimigo” (CESARINO, 2020a, p. 110) que é produzido e fomentado pelo populismo de direita a partir da clivagem social “nós” x “eles”, acionado politicamente para conseguir adesão à sua plataforma política e captar eleitores ressentidos, que se sentem abandonados, sem o amparo de uma liderança política que represente a eles e seus interesses.

Laclau (2009b) ao compreender os elementos constitutivos do populismo, suas características, funcionamento e suas implicações políticas acrescenta à visão de Mouffe elementos necessários para o entendimento do fenômeno estudado no presente trabalho. Digo, para a compreensão dos fatores que levaram ao aparecimento do bolsonarismo como corrente

política de destaque na disputa pela hegemonia e sua adesão por diversos segmentos da sociedade, incluindo o público de policiais militares da PMERJ.

Buscando compreender a formação de um novo sujeito político, desenvolvido no encontro entre os discursos de Jair Bolsonaro e estratos conservadores da sociedade, Gracino Júnior, Goulart e Frias (2021) testam os conceitos desenvolvidos por Laclau e Mouffe em uma pesquisa sobre a adesão do eleitorado evangélico ao candidato. Ao exemplificarem como “o código binário amigo-inimigo” (CESARINO, 2020a) é utilizado por uma liderança evangélica para estreitar laços identitários entre o diverso público evangélico e gerar adesão a Bolsonaro, os pesquisadores revelam uma tática operada pelo bolsonarismo, a simplificação maniqueísta.

Dessa forma, o Twitter de Malafaia apela para um antagonismo absoluto, operando uma simplificação de uma realidade complexa, criando um “nós” (uma macro identidade cristã-moral) em oposição a um “eles”, vistos como demiurgos da desestabilização social, depositários das mazelas e dos medos que afligem boa parte da sociedade em momentos de convulsão social. Nesse caso, o ativismo gay, o PSOL, os “petralhas”, as “feminazes” ou, simplesmente, o “mal”, o “capeta” (GRACINO JÚNIOR; GOULART; FRIAS, 2021, p. 562).

A mesma tática simplificadora utilizada pelos líderes evangélicos e Bolsonaro durante o período que antecedeu a eleição de 2018, também foi empregado para gerar identificação e adesão ao bolsonarismo entre os policiais militares, todavia, mobilizando outros significantes vazios. Isto é, no caso do público de militares e ex-militares o mote não foi a moralidade cristã, mas sim o antagonismo fomentado contra a criminalidade e tudo aquilo que ataca frontalmente a atividade policial, neste caso “o sucateamento das instituições voltadas para a Segurança Pública e também a falta de ordem nas instituições nacionais e na sociedade civil” que passou a ser vinculado “à despreocupação dos governos de esquerda com o tema da Segurança Pública, em especial, o problema do tráfico de drogas” (KALIL, 2018, p. 15-16).

Assim, não é absurdo afirmar que o acirramento do antagonismo político, que já se manifestava no país desde as manifestações de 2013 – em que as figurações contrastantes de “cidadão de bem” e “bandido” (corruptos) passam a se destacar (cf. KALIL, 2018, p. 8-11) – veio a reboque com o candidato Jair Bolsonaro, que, para atingir seus objetivos de chegar ao poder, aprofundou o discurso da nova direita, com sua retórica populista pautada em uma racionalidade autoritária e divisiva (MORELOCK; NARITA, 2019).

Assim,

[...]. No Brasil, a extrema-direita populista combina o antagonismo populista e a retórica nacionalista com um significativo apoio de setores militares, moralidade conservadora e modernização econômica (contando com uma agenda liberal radical de reformas). A derrota da elite privilegiada e a construção de o povo, então, disseminaram a polarização populista *pari passu* à agitação e ao empoderamento de

novos atores coletivos que emergiram da desafeição em relação à elite e ao sistema estabelecido (MORELOCK; NARITA, 2019, p. 44-45).

Assim é que – sem querer dizer que “os cerca de 450 mil PMs no Brasil [...] constituem um bloco robótico de minions<sup>30</sup>, uma unidade homogênea e uniforme que desfruta de um pensar unitário” (MUNIZ, 2021, n. p.) – a classe policial militar se tornou uma das bases eleitorais mais sólidas e consistentes de Bolsonaro, não só no Rio de Janeiro, mas em todos os estados da Federação.

Avançando um pouco mais na pesquisa, e lembrando o que nos ensinam Laclau e Mouffe sobre o retorno do político e a reflexão sobre a centralidade das emoções no jogo político, adentramos ao campo das vinculações afetivas entre o representante (no caso em tela, Bolsonaro) e os representados (os policiais militares da PMERJ), tão necessárias para estabelecer os laços com a razão populista.

[...]. Para nossos propósitos, é suficiente notar que o líder populista constrói o povo principalmente através de apelos emotivos, estéticos, morais, que podem ser tanto positivos (esperança, desejo de ordem, de justiça ou de mudança) quanto negativos (ódio ao inimigo, ressentimento, revanchismo, decepção). É aqui que o carisma pessoal do líder assume importância, normalmente acompanhado de algum tipo de culto à personalidade (CESARINO, 2020a, p. 100).

Esse elo sobre o qual já discorreremos ao longo deste trabalho, nos faz-nos questionar quanto a sua perenidade ou efemeridade. Saber se tal vínculo é algo que permanecerá no panorama político é essencial para projetarmos as perspectivas políticas de determinadas classes ou bases eleitorais.

Devemos novamente pontuar que a pesquisa ocorreu entre setembro e novembro de 2021 e, portanto, decorridos três anos de governo Bolsonaro. Devemos considerar que ao longo desses três anos, o governo Bolsonaro permaneceu frequentemente nos noticiários nacionais tendo sua condução governamental implacavelmente observada, esmiuçada, quase sempre envolta em polêmicas, com decisões administrativas questionáveis, tendo um sem-número delas sido revogadas judicialmente. Nesse conturbado período ainda tivemos a pandemia de Covid-19 que agravou ainda mais o cenário político brasileiro.

Sabidamente o fator político em torno da crise de saúde pública tomou perversas proporções e, por vezes, cômicas, não fosse a gravidade da questão. A Covid-19, cujo primeiro

---

<sup>30</sup> Apelido pejorativo dado aos apoiadores de Bolsonaro no contexto das eleições de 2018 (“bolsominions”). Minions são criaturas que servem ao vilão do filme “Meu Malvado Favorito” (2010). De outro modo, “Concebido como uma espécie de nome pejorativo, o ‘bolsominion’ nasceu como meme, comparando os minions – que são de um amarelo vibrante – aos apoiadores [de Bolsonaro] que lotavam as ruas com camisetas e bandeiras do Brasil” (ENTENDA..., 2022, n. p.).

caso anunciando oficialmente se deu em fevereiro de 2020<sup>31</sup>. A crise de saúde mundial invadiu a rotina dos brasileiros, alterando-lhes a vida completamente. Durante todo o seu mandato, Bolsonaro e seus ministros da saúde relativizaram os riscos da doença e promoveram, p. ex., o discurso negacionista científico antivacina. Não só, pois o modo como o governo (não) enfrentou a pandemia, com um total de quase 700 mil mortos – além de outros casos de corrupção investigados – faz com que o governo Bolsonaro esteja em evidência no cenário atual. Esse processo de gestão, vinculado ao projeto populista de ultradireita (MATOS, 2021)<sup>32</sup>, também afeta o modo como os cidadãos irão situar o líder.

Algumas das promessas de campanha foram cumpridas em seu primeiro ano de mandato, entretanto, muitas delas logo se mostraram inviáveis de serem realizadas sem o apoio do Parlamento, o que marcou o retorno inevitável aos termos da *real politk* (ou, da “velha política”)<sup>33</sup> para garantir o mínimo de governabilidade. Ou seja, o governo Bolsonaro passou a recorrer aos acordos firmados com o Centrão<sup>34</sup> – maneira de fazer política que o candidato, durante a campanha, disse que não seria o seu jeito de governar.

Do ponto de vista do comportamento do legislativo, com demonstram Bezerra e Vieira (2022), ao longo da história da política nacional o Central atuou como um “bloco parlamentar de capital político para as negociações com o Executivo” (op. cit., p. 47), ganhando maior destaque novamente no Governo Temer (2016-2018) em diante. Como bem descreves as pesquisadoras:

No início do governo Bolsonaro, o Centrão possuía 241 deputados (as). Bolsonaro se recusava a negociar diretamente com o Centrão. O presidente do Executivo dizia que o bloco representava a “velha” política e que, por isso, não negociaria. O cenário da relação Executivo e Legislativo mudou após o resultado das eleições municipais de 2020 e com a eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), considerado uma das principais lideranças do Centrão. O que nos chama atenção é o total de parlamentares que passam a compor o Centrão depois que o presidente muda

---

<sup>31</sup> Cf. Coronavírus (2020).

<sup>32</sup> Para uma análise do negacionismo no discurso de Bolsonaro, cf. Fernandes et al. (2020).

<sup>33</sup> Isto é, uma dinâmica do sistema político que abre “espaço para a atuação do Centrão como estratégia de acúmulo de capital político” (BEZERRA; VIEIRA, 2022, p. 45). Nos artigos de imprensa analisados por Bezerra e Vieira (2022), *real politique* ou a “velha política” é indicada como “a formação do bloco [do Centrão] como inerente ao jogo político institucional do presidencialismo e à dinâmica do presidencialismo de coalizão. Sob este viés, não considerar a articulação estratégica é como uma negação da política. É parte do jogo, inclusive, as transformações para além da estratégia de origem do Centrão, tendo em vista as novas conjunturas e as novas necessidades de atuação” (op. cit.).

<sup>34</sup> Como escrevem Bezerra e Vieira (2022), “[...]. O termo ‘centrão’ busca nomear um bloco informal de partidos, frequentemente responsabilizado por algumas mazelas da política brasileira, e lembrado especialmente pela atuação de parlamentares que vinculam seu apoio nas votações de interesse do governo a cargos ou emendas parlamentares. Com alguma frequência, o termo intenciona apontar que esse tipo de negociação reflete a ausência de definição programática e perfil ideológico. O comportamento do centrão ganha relevância quando os governos passam por crises e perdem apoio dos seus apoiadores. Esses partidos podem se tornar fiadores do governo, devido a sua adaptação às circunstâncias políticas adversas” (p. 37).

suas alianças: distribuídos em 11 partidos, o total é de 292 deputados (as) [...] (p. 51).

Dito isso, é mister lembrar que, em um contexto de insatisfação política geral, motivada pelo déficit democrático causado pelo aprofundamento do neoliberalismo que toma o Estado, durante a campanha para as eleições de 2018 a *performance* discursiva de Bolsonaro transformou o que até aquele momento era visto como “a normatividade político-eleitoral” em algo “relegado ao domínio do inimigo (a ‘velha política’) ou descontado como irrelevante ou obsoleto [...]” (CESARINO, 2020a, p. 113). Bolsonaro se colocou retoricamente como um *outsider* e essa tática foi um dos principais fatores que lhe garantiu relevo político – como um político “novo” *anti-establishment* – e contribuiu com a diversas adesões que teve. Depois que ele assume o poder, essa retórica vai mudando, para justificar sua mudança de posicionamento sobre o Centrão.

Feita essa necessária e breve contextualização, passamos à análise dos dados sobre se os respondentes do *survey* se sentem representados por Bolsonaro. Como se vê nos dados (Tabela 13), o público policial militar que se diz ser representado pelo político – isto é, somando quem se sente “muito frequentemente” e “frequentemente” representado – totaliza 55% da amostra. O que, embora tenha mal atuado em relação à pandemia e tenha o nome ligado denúncias por corrupção, evidencia de forma veemente o vínculo de aceitação e identificação que existe entre eleitores e presidente eleito.

TABELA 13 – O QUANTO VOCÊ SE SENTE REPRESENTADO POLITICAMENTE PELO PRESIDENTE BOLSONARO?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
MUITO FREQUENTEMENTE	497	24%
FREQUENTEMENTE	626	31%
OCASIONALMENTE	550	27%
RARAMENTE	231	11%
NUNCA	148	7%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.052</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

As respostas ainda demonstram que 27% dos respondentes se sentem “ocasionalmente” representados e apenas 18% (somando os que “raramente” e “nunca”) se sentem representados por Bolsonaro. Esses números nos fazem questionar, por exemplo: como, diante de tantas ações e medidas de desmonte de políticas públicas e direitos, sobretudo, da classe trabalhadora, o apoio a esse político continua? Ainda, como um percentual significativo ainda se sente representado “ocasionalmente” diante de uma condução política tão desastrosa?

A identificação entre seus apoiadores policiais militares e Bolsonaro, como supra argumentamos, pode ser vista, como um “pedido de socorro” direcionado para quem “vai olhar pra gente” (MUNIZ, 2021). Sobretudo entre os praças, que

[...] não acumula sobrenome certo, origem socioespacial adequada, cor correta, vive no mundo provisório das posses, anda uma casa para frente e duas para trás na mobilidade social reversa e é feito arrimo de família, **está suscetível aos chamamentos da política de auditório, que promete soluções instantâneas no agora-já, imediatistas, desprovidas de medições e, por isto, violadoras e violentas** (MUNIZ, 2021, n. p., grifo meu).

Assim, há foi criado um vínculo de identificação com o discurso de Bolsonaro. Ou seja, com o discurso “do revoltado despossado, injustiçado pelo sistema que defende, serve a este público de ‘maiores de rua’, ‘carentes sociais’ de reconhecimento e aceitação” (op. cit.).

Retornando aos que se consideram “ocasionalmente” representados, se fizermos um exercício simples, podemos concluir que essas pessoas embora decepcionadas ainda nutrem algum sentimento positivo em relação ao político. Esse posicionamento imparcial em um primeiro momento pode parecer sensato, porém representa na verdade um público cético e desiludido que não rejeita por completo seu líder. Podemos colocá-los na faixa de eleitores que estão esperando algum fato político que tenha sua aprovação pessoal ocorrer para que o retorno se dê de forma quase que imediata e unívoca ao apoio bolsonarista, mesmo sem o vigor de outrora. Esse cenário descrito irá se confirmar nas próximas análises.

Como forma de parametrizar a dimensão de percepção política dos que responderam ao *survey*, duas perguntas se fizeram necessárias e as respostas a elas serão apresentadas a seguir.

TABELA 14 – VOCÊ ACHA QUE O BRASIL VIVE ATUALMENTE UMA CRISE POLÍTICA?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
DISCORDO TOTALMENTE	74	4%
DISCORDO	258	13%
NÃO ESTOU DECIDIDO	202	10%
CONCORDO	1072	52%
CONCORDO TOTALMENTE	446	22%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.052</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Ao analisarmos as respostas para a primeira pergunta (“você acha que o brasil vive atualmente uma crise política?”), constata-se que a esmagadora maioria dos respondentes (aqueles que “concordam” ou “concordam plenamente”), cerca de 74% da amostra, percebe que há uma crise política vigorando no Brasil atualmente. Essa percepção política é interessante

na medida que demonstra estar esse público atento às questões políticas do país.

Há não somente uma crise política no país, mas para além disso, há uma crise severa com nossas instituições e entre os poderes constituídos, o que representa uma grave ameaça à nossa democracia, que se consolidou, de fato, muito recentemente, encontrando-se em constante evolução e aperfeiçoamento, apesar das constantes tentativas de promover sua regressão.

TABELA 15 – VOCÊ ACHA QUE BOLSONARO É O RESPONSÁVEL PELA CRISE POLÍTICA DO PAÍS ATUALMENTE?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
DISCORDO TOTALMENTE	771	38%
DISCORDO	777	38%
NÃO ESTOU DECIDIDO	207	10%
CONCORDO	223	11%
CONCORDO TOTALMENTE	74	4%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2052</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Constado que há essa ampla percepção de uma crise política, a segunda questão (“você acha que Bolsonaro é o responsável pela crise política do país atualmente?”) buscou identificar se há algum grau de aproximação entre a crise e a responsabilidade de Bolsonaro. A análise dos dados dispostos na Tabela 15 evidenciam de forma indelével o vínculo existente entre “líder” e “seguidor”. Embora exista uma percepção de existência de crise política no país atualmente (74%), 76% dos respondentes não responsabiliza Bolsonaro pela crise.

Ora, se objetivamente, nos últimos anos um dos fatores de acirramento da crise de representação que ronda a vida política brasileira tem sido a eleição do atual presidente com sua política autoritária e neoliberal chega a ser contraditório não o reconhecer como principal ator responsável por esse estado de coisas. Entretanto, há no caso aqui analisado uma clara relativização política dos acontecimentos ocorridos nos últimos anos.

Os dados da Tabela 15 revelam a predileção do público policial militar por Bolsonaro, o que nos conduz a uma segunda conclusão dedutiva: o público bolsonarista ainda se mantém fiel ao político, apesar dos pesares.

Iremos observar que há também um grau de indecisão sobre a existência da crise e Bolsonaro é responsável por ela. Em outros termos, 10% dos que responderam à pesquisa responderam não estarem decididos tanto em relação à existência de uma crise política (Tabela 14), quanto em relação a responsabilização de Bolsonaro (Tabela 15). Essa aparente

neutralidade nos conduz a mesma linha já analisada anteriormente, quando nos referimos ao público desiludido que apoiou Bolsonaro. Essa conclusão não é acidental, e não podemos desconsiderar os números apresentados na Tabela 11, que revelaram 94% de votos dos policiais militares em Bolsonaro. Esses 10%, portanto, flutuam exatamente nessa margem percentual.

Contudo, não devemos nos espantar com tais constatações. É importante entender os motivos que levaram a essa percepção de que Bolsonaro não é o responsável pela crise política brasileira. Essa negação tem sido frequentemente observada em muitos eleitores bolsonaristas, mas não só. Observou-se também a tentativa por parte do público policial militar de isentá-lo das responsabilidades, como por exemplo, no emblemático modo como Bolsonaro (não) enfrentou a pandemia de Covid-19.

Objetivamente, sabe-se que

O governo Bolsonaro aprofunda o desmonte em curso do Sistema Único de Saúde, dando continuidade ao desfinanciamento, as parcerias público-privadas e, ainda, extinguiu o Programa Mais Médicos, com a suspensão da contratação de profissionais cubanos/as, o que propiciou que diversas regiões – seja do interior como da periferia das grandes cidades – ficassem sem atendimento para a sua população. O Ministério da Saúde – em que pese o acúmulo de conhecimentos existentes no Brasil, com profissionais de saúde extremamente qualificados e a existência de um sistema público de saúde, o SUS – encontra-se à deriva. [...] ainda que o número de pessoas infectadas e de mortes sejam altíssimos, o presidente da república em janeiro de 2021 repete as mesmas falas inconsequentes quando do início da pandemia. Acusa a mídia de ter superdimensionado a Covid-19; relativiza sua letalidade; não efetivou uma política de distanciamento social (ao contrário, promove aglomerações); não usa máscaras e vetou seu uso obrigatório nas repartições públicas; defende uso de medicação que já teve sua ineficácia atestada internacionalmente; não incentivou estudos sobre a vacina e, agora, que existem algumas, não há no país um plano real de vacinação. Enfim, de forma assustadora, todas as orientações das autoridades da saúde pública foram e são negadas pela presidência da república (MATOS, 2021, p. 30-31).

Caso emblemático entre tantos, o episódio em que o presidente, durante um pronunciamento em que comentou e colocou em dúvida a eficácia da vacina da Pfizer/BioNTech, diz para o público: “Se você virar jacaré, é problema seu”<sup>35</sup> claramente visou desencorajar a vacinação em massa sob o argumento de que estava alertando a população quanto às consequências de uma vacina experimental e pouco testada, o que motivou grande parte da população a não se imunizar. Bolsonaro esquece que a ciência está num patamar tecnológico plenamente capaz de acelerar esse processo e desenvolver uma vacina, ainda mais quando o mundo inteiro é prejudicado pela crise sanitária e está engajado na busca pela cura. Essas e outras irresponsabilidades vem sendo questionadas por muitos partidos políticos, inclusive, com denúncias feitas em organismos internacionais contra o presidente.

---

<sup>35</sup> Cf. Bolsonaro... (2020).

Enfim, durante a pandemia de Sars-Cov-2, a “dança das cadeiras” com a troca incessante dos ministros da saúde<sup>36</sup> – que mesmo “vinculados ao setor privado e, portanto, com uma atuação distante do projeto da reforma sanitária, por serem profissionais de saúde, não puderam concordar com as interferências do presidente no não enfrentamento da pandemia” (MATOS, 2021, p. 31) –; a descontinuidade no enfrentamento à doença com tomadas de decisão na contramão das orientações de distanciamento social, higienização intensa de ambientes e pessoas e usos de máscaras da Organização Mundial da Saúde (OMS); a falta de sintonia, ou melhor, o conflito entre as medidas tomadas pelo governo federal e pelos governos dos estados<sup>37</sup>; o atraso para a aquisição das vacinas e as denúncias de corrupção envolvendo sua compra; além da promoção de uma performance discursiva anticientífica, negacionista e antivacina de Bolsonaro (cf. FERNANDES et al., 2020; CARVALHO, CASTRO, SCHNEIDER, 2021), são fatos que, em um primeiro olhar, deveriam enfraquecer a adesão ao líder populista.

Todavia, o um contexto de pós-verdade, marcado pelo uso político de *fake news* e pela fragmentação informacional sobre a pandemia de Covid-19 (CARVALHO, CASTRO, SCHNEIDER, 2021) – em que a doença é também “resultado dos diferentes discursos que sobre elas os atores sociais, individuais e institucionais, produzem” (op. cit., p. 16) –, o negacionismo tem sido uma tática da extrema-direita mundial. E as ferramentas da internet e das redes sociais são aplicadas para gerar versões contraditórias sobre os fatos junto ao público de eleitores. Essa avalanche informacional possibilita a erosão do regime de verdade, que por sua vez, torna possível que a maior parte das respostas (76%) à questão “você acha que Bolsonaro é o responsável pela crise política do país atualmente?” seja que discorda.

[...]. No regime de informação que vem se estabelecendo a partir do ambiente comunicacional da internet, o limite entre o verdadeiro e o falso passa a ser maliciosamente tênue, pois as tradicionais instituições e seus protocolos de construção de “verdades” – ciência, jornalismo, universidade, judiciário etc. – são constantemente colocadas em xeque. [...] (CARVALHO, CASTRO, SCHNEIDER, 2021, p. 19).

Como é sabido, assim como fez Trump no Estados Unidos (CARVALHO, CASTRO, SCHNEIDER, 2021), “Bolsonaro promoveu e compartilhou conteúdos falsos sobre o novo coronavírus nas redes sociais, sempre apoiado em uma narrativa que caminha na contramão da ciência” (FERNANDES et al., 2020, p. 4), além de desqualificar o campo jornalístico. Nesse

---

<sup>36</sup> Ocuparam o cargo 4 ministros. Quais sejam, Luiz Henrique Mandetta (jan. 2019 - abr. 2020), Nelson Teich (abr. - maio 2020), Eduardo Pazuello (maio 2020 - mar. 2021) e Marcelo Quiroga (mar. 2021 - dez. 2022).

<sup>37</sup> Cujas disputa entre Bolsonaro e o governado de São Paulo, João Doria, foi sintomática (cf. SANTOS; FOSSÁ, 2020).

contexto, o próximo quesito investigado visa demonstrar as impressões quanto à percepção dos respondentes em relação aos posicionamentos políticos e públicos de Jair Bolsonaro (Tabela 16).

TABELA 16 – VOCÊ CONSIDERA JAIR BOLSONARO UM POLÍTICO COM POSICIONAMENTOS EXTREMISTAS?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
NUNCA	549	27%
DISCORDO	1	0%
RARAMENTE	374	18%
OCASIONALMENTE	691	34%
CONCORDO	1	0%
FREQUENTEMENTE	292	14%
MUITO FREQUENTEMENTE	144	7%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.052</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Os posicionamentos políticos de Jair Bolsonaro são velhos conhecidos da mídia e de todo o mundo político. Para exemplificar esse posicionamento contraditório apresentaremos a memória de um voto dado por Bolsonaro dentro da Câmara dos Deputados, quando da votação em plenário do *impeachment* de Dilma Rousseff. Na ocasião, Bolsonaro votou a favor do impedimento da presidenta petista e dedicou seu voto a Carlos Brilhante Ustra, torturador chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-CODI). Esse emblemático voto é capaz de expressar como os posicionamentos políticos de Jair Bolsonaro são extremistas. Em outros termos, a exaltação de um notório torturador do período ditatorial na tribuna do Parlamento – literalmente a casa onde a democracia e o estado de direito deveriam ser promovidos e reforçados – uma performance discursiva como essa é mais que suficiente para demonstrar esse extremismo.

A propósito desse extremismo, é válido mencionar que o discurso bolsonarista, durante a campanha e o governo, buscou uma

[...] uma reversão do ciclo hegemônico aberto com a redemocratização e a Constituição de 1988: daí a inversão radical da narrativa sobre 64, idolatria de torturado reconhecidos, desmonte da legislação ambiental, indígena, de direitos humanos e de provisões de seguridade social instituídas pela constituinte. [...]

(CESARINO, 2020a, p. 108).

O laço de identificação entre representante e representados na dimensão populista é capaz até de pormenorizar declarações que contém tamanha gravidade. Não se trata apenas de uma questão de afinidade nesse quesito, agora passamos a questões mais severas. Torturadores jamais deveriam ser exaltados, ainda mais em seções públicas em um parlamento.

Isto posto, negar que Bolsonaro tenha posicionamentos extremistas é uma quimera e beira a desonestidade. Assim, 27% entendem que Bolsonaro “nunca” apresenta posicionamentos extremistas e outros 18% alegam que os posicionamentos “raramente” são extremistas. Outros 34% admitem que “ocasionalmente” Bolsonaro é extremista em suas posições, e apenas 14% e 7% reconhecem como “frequentemente” e “muito frequentemente”, respectivamente.

Não há muito mais o que discorrer acerca dessas impressões. O não reconhecimento dos posicionamentos extremistas do político da extrema direita por boa parte dos respondentes – somando aqueles que “nunca” e “raramente” consideram Jair Bolsonaro um político com posicionamentos extremistas, 45% – apenas evidencia o quão nefasto é o populismo ultranacionalista e todos os seus atores envolvidos, políticos e eleitores, destacando claramente a faceta mítica, sagrada e divina que o líder exerce sobre seus seguidores.

Na tabela a seguir se busca demonstrar os dados referentes ao posicionamento político-ideológico dos policiais militares da PMERJ.

TABELA 17 – COMO VOCÊ SE POSICIONA POLÍTICO-IDEOLOGICAMENTE?

RESPOSTA	QUANTIDADE	%
EXTREMA DIREITA	368	18%
DIREITA	961	47%
CENTRO-DIREITA	122	6%
CENTRO	157	8%
CENTRO-ESQUERDA	58	3%
ESQUERDA	16	1%
EXTREMA ESQUERDA	4	0%
SEM POSICIONAMENTO POLÍTICO- IDEOLÓGICO	370	18%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.056</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

O conceito de ideologia apresenta inúmeros sentidos dependendo do contexto que queira atribuir a determinado grupo de valores, conceitos e convicções. Seria de maneira geral e resumida uma vontade de agrupar-se a determinada coletividade que possui semelhanças na

maneira de portar-se coletivamente, ou ainda a vontade de ter uma ideia para acreditar, para ter como verdade em suas convicções pessoais e conduzir sua vida nesse sentido, como uma ideologia política. Pode se apresentar de maneira simbólica via identidades visuais como a suástica nazista ou a foice e o martelo quando nos referimos ao comunismo.

Direita e esquerda são conceitos polissêmicos e, para alguns analistas, pouco úteis para a compreensão da vida política nas sociedades contemporâneas. Entretanto, e contrários a essa presunção, colocamo-nos entre aqueles que defendem não só a atualidade e a funcionalidade desses conceitos, como sua centralidade para o entendimento da vida cotidiana e para a construção de identidades no agir político. (MESSEMBERG, 2017, p. 622).

Na Tabela 17, acima, temos uma leitura muito clara de como o público policial militar se identifica. Na verdade, conforme as considerações feitas até aqui, essa noção entre direita e esquerda se popularizou muito recentemente no Brasil a partir do acirramento do antagonismo político e consequente da bipolarização do país.

Como vimos anteriormente, boa parcela dos policiais militares admite ter votado na esquerda antes de 2018, o que evidencia que a escolha do voto está muito mais relacionada a interesses pragmáticos do que necessariamente a razões como lealdade partidária. Esse movimento pendular entre a esquerda com a nova direita no Brasil, note-se já foi apresentada na seção 4.2.

Quando analisamos os dados, vemos que a ampla maioria da tropa se coloca no espectro da direita. Isto é, 18% se autodeclararam de extrema-direita, 47% de direita e 6% como centro-direita, totalizando 71% da amostra. Os dados constata materialmente tudo aquilo que já analisamos até aqui, muito embora, frise-se, essa noção ideológica talvez não seja tão consolidada assim e certamente mal embasada academicamente.

Concordar com as ideias propagadas por aqueles representantes autodeclarados de direita, muitas vezes representa um atalho para a noção política. O populismo por ter essa faceta revestida do carisma e da paixão pode migrar facilmente para qualquer espectro político, ou seja, como ferramenta pode ser utilizado por qualquer um dos lados que se apresente, seja a direita ou a esquerda, e aqui reside nossa sustentação dessa impressão inicial.

O caráter flexível de que é revestido o populismo pode muito bem tencionar sujeitos com características também flexíveis a qualquer uma das posições ideológicas que ora se apresente mais sugestiva. Como comentam Gracino Júnior, Goulart e Frias (2021, p. 551), “além da percepção de que o populismo é um fenômeno camaleônico que pode assumir diferentes aspectos ideológicos”.

Nesse sentido, o mesmo policial militar que há pouco tempo votava na esquerda e diante

dos acontecimentos políticos do país assume um caráter conservador e dito de direita, em um movimento pendular nitidamente constatado, poderá um dia retornar seu voto. Essa suposição se dá pelo caráter flexível que o sujeito policial militar é revestido. Ou seja, não se trata de uma questão ideológica, mas sim um reflexo do populismo de direita, de maneira que não podemos acreditar que esses aspectos estejam solidificados e sejam imutáveis. Claramente os 18% que se declaram “sem posicionamento político” se encontram nessa senda, assim como os 8% que se declaram de centro.

Momentaneamente o público policial militar foi cooptado pelo bolsonarismo como resta evidenciado até aqui, e as perspectivas para as eleições vindouras são de panorama semelhante, ainda que um percentual de desiludidos tenha aumentado e haja uma esperança ou alternativa ao “nós” x “eles” que vigora na atual política brasileira.

Deste modo, abaixo apresentamos duas tabelas que didaticamente se complementam. Ou seja, são tabelas que trazem dados sobre a intenção de voto para as eleições de 2022.

TABELA 18 – VOTARIA NO PT OU PARTIDOS DE ESQUERDA EM UMA PRÓXIMA ELEIÇÃO?

<b>RESPOSTA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
NÃO	1726	84%
TALVEZ	173	8%
SIM	132	6%
NÃO VOTAREI NA PRÓXIMA ELEIÇÃO	34	2%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.065</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2021).

Observamos que dentro do público policial militar a rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) ou aos partidos de esquerda ainda é muito significativa. 84 % dos respondentes disseram não votar no PT ou em partidos de esquerda nas eleições de 2022. Essa ojeriza se naturalizou na medida em que a classe policial militar encontrou na figura de Bolsonaro um representante que nunca teve em tempos pretéritos.

[...] para muitos brasileiros, colocação na divisão esquerda-direita não representa apego firme a um conjunto ideologicamente consistente de crenças sobre questões centrais por parte dos eleitores e, em vez disso, reflete um cisma inerentemente partidário entre partidários que esmagadoramente identificam-se socialmente com o PT e com os anti-partidários cuja identidade política está centrada na oposição ao PT (SAMUELS; ZUCCO, 2018, p. 196).

Interessante notar que nessa amostra estão presentes percepções tanto de oficiais quanto de praças, ou seja, policiais que funcionalmente se encontram em constante divergência. Essa divergência que mencionamos se dá em razão da funcionalidade que ocupam na pirâmide da

Corporação, com os oficiais sendo elementos de fiscalização e controle e os praças elementos de execução. A convergência de opinião em relação ao tema Jair Bolsonaro une os dois segmentos, e esta talvez seja uma das maiores virtudes de Jair Bolsonaro, unir oficiais e praças ao redor de suas ideias bolsonaristas.

TABELA 19 – VOTARIA EM BOLSONARO EM UMA PRÓXIMA ELEIÇÃO?

<b>RESPOSTA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
SIM	1312	64%
TALVEZ	434	21%
NÃO	279	14%
NÃO VOTAREI NA PRÓXIMA ELEIÇÃO	40	2%
<b>TOTAL DE INDICAÇÕES</b>	<b>2.065</b>	<b>100%</b>

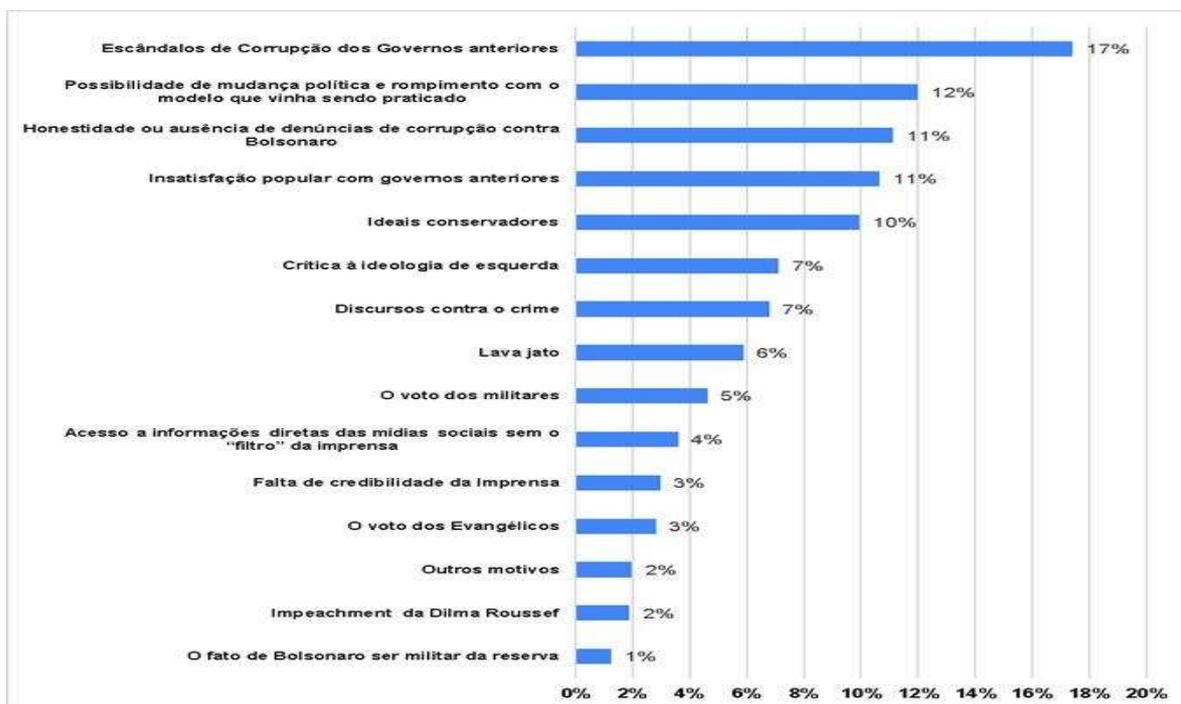
FONTE: O autor (2021).

Como se vê, 64% dos respondentes votariam em Bolsonaro em uma próxima eleição, 21% talvez e 14 % não votariam. 2% disseram que não votariam em uma próxima eleição. Observando apenas aqueles que se enfileiram com os desiludidos, os indecisos (nesse caso 21% da amostra), deduzimos, em parte podem ser os mesmos que afirmam que não vão votariam no PT (Tabela 18). Esses dados, quem votaria e quem talvez votaria (85%), demonstram o quanto o bolsonarismo está momentaneamente enraizado na corporação e pode ser expressar em outra votação em massa pelo público militar da PMERJ a favor de Bolsonaro pelo público nas eleições de 2022.

Finalmente as próximas duas análises nos levarão ao entendimento do âmago da questão proposta neste trabalho, *i. e.*, entender o que levou à adesão ao bolsonarismo na PMERJ. Para tanto, desenvolvemos duas questões calcadas em toda base teórica apresentada nos capítulos anteriores, bem como em questões que se completam para o entendimento do posicionamento do público pesquisado.

Nesse sentido, as questões apresentadas buscaram captar duas informações que contribuam para o entendimento de duas dimensões. Uma, compreender junto aos respondentes se possuem algum conhecimento dos fatores que levaram Jair Bolsonaro ao poder (Gráfico 1). A outra questão, busca mapear os motivos que levou os respondentes a votarem em Jair Bolsonaro (Gráfico 2). Notemos que a primeira questão visou a verificação à cerca das reflexões teóricas realizadas até aqui, e a segunda o entendimento das razões que levaram ao voto no líder populista.

GRÁFICO 2 - NA SUA OPINIÃO, O QUE PROPORCIONOU A CHEGADA DE BOLSONARO À PRESIDÊNCIA?



FONTE: O autor (2021).

Analisando os resultados da pesquisa, inicialmente destacamos os cinco pontos que mais obtiveram identificação com o público pesquisado. Dentre as opções disponíveis na opinião dos motivos que levaram Bolsonaro à presidência, os escândalos de corrupção dos Governos anteriores lideram com 17%, confirmando outros estudos e pesquisas que antecederam esse trabalho. Ou seja, nas eleições de 2018 o tema da corrupção se mostrou o maior e mais grave problema a ser enfrentado e se firmou como uma alavanca para a ascensão de Jair Bolsonaro.

O segundo motivo apontado por 12% dos respondentes se refere à possibilidade de mudança política e ao rompimento com o modelo que vinha sendo praticado, ou, como já discutido aqui, com a “velha política”, o presidencialismo de coalizão com as negociações com o Centrão. Nesse sentido, a pesquisa confirma os argumentos apontados no capítulo 1. A chamada “velha política”, em razão da qual Bolsonaro se colocou com um *outsider*, é visto pelos respondentes como um dos principais entraves ao desenvolvimento do país. Como sinalizado, uma promessa populista que se mostrou inviável de ser cumprida, uma vez que para garantir o mínimo de governabilidade, Bolsonaro não pôde prescindir do Centrão (BEZERRA; VIEIRA, 2022).

Essa motivação apontada também guarda respaldo em uma pesquisa realizada pelo *The American Barometer* – um projeto de pesquisa presente em aproximadamente 34 países nas

Américas do Norte, Central e do Sul, além de uma considerável quantidade de países do Caribe. Esse núcleo de pesquisas traz amostras estratificadas nacionalmente representativas em cada país através de pesquisas comparativas, cientificamente rigorosas, de valores e comportamentos democráticos que abrangem os países mencionados.

O artigo publicado por Mark Setzler em 2021 tratou os dados colhidos em 2019 pelo *American Barometer* e ratificou que o desgaste político e econômico foram para os brasileiros em geral uma das principais razões que motivou o voto em Bolsonaro, o que, como vimos, os dados sobre o público policial militar da PMERJ abordado por nós, acaba por confirmar.

Como analisa o pesquisador:

[...] o caótico e cheio de escândalos ambiente econômico e político que os brasileiros vivenciaram sob o regime de esquerda e depois governos pós-impeachment que antecederam a candidatura de Bolsonaro presumivelmente é parte da explicação de por que tantos eleitores escolheram um candidato não convencional e sem vínculos com os principais partidos políticos (SETZLER, 2021, p. 6).

No *survey* coletado, 11% apontam a honestidade ou ausência de denúncias de corrupção contra Bolsonaro como principal motivo que o fez chegar ao Bolsonaro, sendo que às vésperas das eleições de 2018, diversas denúncias de práticas ilícitas praticadas por Bolsonaro vieram à tona como a de funcionários de gabinete fantasma, denúncias de envolvimento com milicianos no Rio de Janeiro entre outras que não foram confirmadas ou ainda aguardam apuração das investigações devido ao foro privilegiado que o político possui.

Fato é que tais denúncias parecem não importar para seus eleitores, ou se importam entram em rota de comparação imediata com os desvios praticados por políticos anteriores, sabidamente, com os casos de corrupção que Lula foi acusado de estar envolvido.

Insatisfação popular com governos anteriores responde por 11% dos respondentes como motivo para chegada de Bolsonaro ao poder, e reforça a ojeriza ao modelo político praticado anteriormente, bem como reforça o que se denominou de antipetismo, evidenciando que o policial militar entende ser essa insatisfação, aliada ao rompimento com a “velha política”, os motivos que levaram o ex-capitão do Exército à presidência.

Os ideais conservadores aparecem com 10% e confirma o slogan de campanha conservador de Jair Bolsonaro, “Deus, Pátria e Família”. No entendimento do policial militar, os ideais conservadores foram importantes para a chegada do líder populista ao poder.

Outros 7 % apontam que foram os discursos contra o crime nas manifestações públicas de Bolsonaro o que explica sua chegada ao poder. Podemos creditar essa impressão ao caráter da profissão policial militar. Apesar desse motivo ter aparecido na sexta opção como motivo que levou o político da extrema direita ao poder, essa retórica violenta contra o crime fez parte

de muitos discursos de Bolsonaro. Esse item em particular é um verdadeiro ponto de inflexão junto ao público geral, pois causa um impacto verdadeiro nas impressões dos eleitores que se encontram enfasiados da violência urbana e possuem uma demanda pela melhoria da Segurança Pública. Nesse sentido, há coerência dessa identificação pelo policial militar.

Respondendo por apenas 7% da amostra, as críticas às ideologias de esquerda como fator explicativo para a vitória de Bolsonaro representam uma opinião tímida, uma vez que essas críticas – como vimos, em decorrência de uma lógica da diferença (LACLAU, 2009a) – tem sido um pilar importante na estratégia discursiva bolsonarista e, talvez, o principal fomentador do antagonismo “nós” contra “eles”. Surpreendentemente, esse fator não é destacado como motivação principal na percepção dos policiais da PMERJ para a subida ao poder de Bolsonaro.

A operação Lava Jato aparece com apenas 6% e não encabeça a lista de motivos, mesmo que essa operação tenha sido um dos principais pontos nodais de um processo de acirramento iniciado muito antes de Bolsonaro despontar como um candidato viável, cindindo a população entre, por exemplo, “cidadãos de bem” (onde se situa o “nós” bolsonarista) e aqueles que são “petistas”, “comunistas” ou “de esquerda” (o Outro repugnante do discurso populista bolsonarista) (KALIL, 2018, p. 8-11). É surpreendente que também não seja apontada como um dos motivos principais.

O voto dos militares aparece apenas para 5% dos respondentes como causa da vitória de Bolsonaro, uma porcentagem interessante. Isto porque apenas os votos da classe de militares não ser decisiva para uma eleição, justamente por ter uma representatividade baixa se compararmos com a população em geral. Em um país com mais de 200 milhões de habitantes essa classe profissional não deve alcançar sequer 1% da população. Entretanto esse fator foi apontado como um motivo para a chegada do candidato da extrema direita à presidência. Em outros termos, como analisa Muniz (2021, n. p.):

Bolsonaro ganhou a eleição com votos em todos os segmentos sociais, especialmente as camadas populares e médias que fazem a diferença quantitativa nas urnas. Os votos de policiais, parentes e afins, que correspondem a uma parcela modesta do mundo popular e periférico, em uma estimativa generosa, não ultrapassam 3 milhões. Os votos do meio militar, também estimados com gordura, não passam de 2 milhões. Assim, todos os votos dos PMs e dos militares combatentes, sozinhos, não fazem um candidato subir a rampa do Planalto ou vencer outras eleições majoritárias para governador e prefeito. Precisa de mais gente, de mais categorias de eleitores, de uma pauta comum que mobilize mais pessoas. Os votos dos agentes da lei têm um peso importante e decisivo nas eleições para vereador, deputado, senador, como, aliás, têm também outras categorias, como os metalúrgicos, comerciários, professores etc.

O acesso a informações diretas das mídias sociais, sem a mediação da imprensa

profissional, foi apontado por 4% das respostas obtidas, o que revela que o público pesquisado estava atento a essa questão e a considerou relevante. Esse dado é interessante, pois reflete o conhecimento por parte do público em termos práticos do uso político das mídias sociais para angariar adesão a Bolsonaro. Como já sinalizamos, a ascensão de Bolsonaro em muito se explica em decorrência do crescimento do populismo digital no Brasil (CESARINO, 2020a).

Ou seja, a campanha do candidato da extrema direita, se construiu baseado no “uso massivo dos sites de rede social, [em que] as técnicas anteriores foram impulsionadas e novas surgiram, aproveitando-se de recursos típicos da internet, como *bots*, *trolls*, *cyborgs*, *cyberbullying*, *click farms* etc.” (CARVALHO, CASTRO, SCHNEIDER, 2021, p. 19) para a disseminação de *fake news* sobre os partidos e movimentos sociais de esquerda o processo eleitoral, as instituições democráticas (STF e Parlamento), etc. Assim, as no caso em tela, as opiniões destacam a importância dessas desinformações obtidas *on demand* pelos eleitores, sem mediação da mídia em geral, como fator explicativo da vitória de Bolsonaro.

Outro elemento apontado por 3% dos respondentes como fator que proporcionou a chegada de Bolsonaro à presidência é a falta de credibilidade da imprensa profissional. A inclusão no questionário desse fator no rol de opções de respostas para a questão “o que proporcionou a chegada de Bolsonaro à Presidência?” teve como intenção verificar se para o público policial militar abordado a relação entre a imprensa e Jair Bolsonaro teria algum impacto para a chegada ao poder do candidato da extrema direita.

Somado ao fator anterior (“acesso a informações diretas das mídias sociais sem o ‘filtro’ da imprensa”), demonstram que o uso político das redes sociais, em especial, utilizando-se da fragmentação da realidade e da “eu-epistemologia” (recorrência aos sentidos imediatos e à experiência e trajetória pessoal para atribuir sentido de verdade, o “ver para crer”) para questionar as “estruturas negentrópicas<sup>38</sup> modernas (notadamente, a ciência, a imprensa profissional e as instituições do estado democrático de direito)” (CESARINO, 2021, p. 79) tem gerado algum tipo de adesão. Isto é, se se soma os números, as questões envolvendo a imprensa chega aos 7% da amostra. Naturalmente, esse quesito nos obriga a mencionar as diversas querelas envolvendo Jair Bolsonaro e a imprensa, e essas são tônicas interessantes de serem analisadas pois revelam muito sobre a imparcialidade da imprensa, bem como sobre os

---

<sup>38</sup> Negentrópico se relaciona a uma operação da ciência – também visto, aplicado à dinâmica da imprensa –, relacionada ao sistema de peritos, em que os pares possam verificar os enunciados, reduzindo “a entropia, ou a tendência à desordem”. Esse processo é feito “por meio de um sistema organizado de mediações materiais e discursivas – desde os rígidos processos de inscrição burocrática envolvidos nos controles experimentais até o processo de revisão dos pares; da articulação e da padronização do ambiente na ‘fenomenotécnica’ do laboratório (conjunto de equipamentos e outros não-humanos) a uma ética da impessoalidade e economia de credibilidade dos cientistas” (CESARINO, 2021, p. 76).

rompantes antidemocráticos de Jair Bolsonaro.

Como se notou também, o voto dos evangélicos não é visto como fator determinante para a eleição de Bolsonaro pelos policiais militares. Muito embora a maioria dos policiais militares se declare evangélico (no sentido *lato*), como descrito na Tabela 8, o que demonstra mais uma vez o caráter ambivalente desse sujeito em questão. O peso que o voto evangélico teve na eleição de 2018 é comprovadamente significativo no cenário nacional, o que nos leva a ressalva de que essas impressões resumem apenas a percepção do público analisado.

O *impeachment* de Dilma Rousseff respondeu apenas por 2% do entendimento do público. Ou seja, na opinião dos policiais o impedimento da presidenta petista não foi um motivo relevante para a chegada de Bolsonaro ao poder. Entretanto, como sinalizado (FARIA, 2021), em um cenário de insatisfação geral com os rumos políticos e da democracia liberal, constata-se que o *impeachment* contribuiu de forma decisiva para a instauração definitiva de uma crise política no país, aprofundada com o governo de Michel Temer no poder – conhecido por seu papel de articulador nos bastidores e porções palacianas e um dos maiores representantes do fisiologismo político característico da atuação do Centrão na política nacional. Todo esse contexto foi o que possibilitou a ascensão de Bolsonaro como alternativa a toda a crise, levando-o à vitória eleitoral.

Já o fator “Bolsonaro ser militar da reserva” visou verificar se, em alguma medida, a trajetória militar de Bolsonaro teria peso para a tropa da PMERJ como elemento explicativo para o alcance do ex-capitão ao poder. Como ficou demonstrado, na opinião de 1% dos policiais militares esse quesito não traduz um motivo relevante para a chegada de Bolsonaro até o palácio do planalto.

Por fim, 2% dos respondentes atribuíram a “outros motivos” a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018. Adicionamos esse fator ao questionário justamente para não limitar os motivos que levaram a ascensão de Bolsonaro ao poder aos fatores colocados previamente à disposição para os respondentes do *survey*. Todavia, com baixo percentual de respostas, pode-se dizer que 98% das opções colocadas à disposição dos respondentes foi capaz de abranger o entendimento dos motivos que levaram Bolsonaro à presidência para os policiais militares da PMERJ.

O Gráfico 2 busca descrever os motivos pessoais que conduziram o voto do policial militar da PMERJ em Jair Bolsonaro. Entender esses motivos fornecerá elementos para a compreensão dos motivos que amparam a constatada adesão ao bolsonarismo por grande parte dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro.

As opções apresentadas aos policiais militares no questionário buscaram fornecer o

maior número de opções de respostas para evitar a possibilidade de omissão de qualquer dado relevante. Nesse sentido, uma lista com 15 motivos foi apresentada, podendo o respondente relacionar em sua resposta até três itens.

GRÁFICO 3 – O QUE O LEVOU A VOTAR EM JAIR BOLSONARO?



FONTE: O autor (2021).

Como demonstram os dados, o público de policiais militares da PMERJ majoritariamente se declara de direita, alega não ter votado na esquerda ou no PT nas últimas eleições e que não votará em uma próxima eleição. Um público majoritariamente cristão (católico ou evangélico), acima dos trinta anos de idade. Esse perfil se relaciona de maneira significativa com os 12% que atestaram como motivo aderirem a Bolsonaro foi a proteção da família e dos valores tradicionais, o que demonstra o aspecto de ordem conservadora desse apoio. Esse dado, em decorrência do que foi refletido ao longo da dissertação, não surpreendente.

A possibilidade de reconhecimento e valorização da profissão e do policial militar por Bolsonaro foi o que motivou a adesão a ele para 9% dos policiais militares abordados por nós. No antagonismo com sua lógica amigo-inimigo recruta pessoas ressentidas (KHEL, 2020), um ressentimento causado por um sentimento de abandono, devido às más condições salariais e de trabalho e pouco reconhecimento social, creditados pelo populismo de direita (bolsonarismo) a

um inimigo, aos governos de esquerda – e um *ethos* guerreiro introjetado. Novamente identificamos que a classe policial no período pós-ditadura sofreu o que conceitualmente denominamos humilhação de classe. Pouco valorizados, mal-vistos, sem o reconhecimento social esperado entre muitos outros fatores já apontados, levaram a essa dedução. Esses dados escancaram de fato a esperança depositada nesse representante, como o líder que resolverá todos os problemas.

O caráter utilitarista também se faz reconhecido nesse item, porém, a possibilidade de eliminar de uma vez por todas o caráter secundário com que a profissão era tratada faz com que esse voto tenha características muito mais profundas.

O terceiro elemento apontado como motivo para a adesão a Bolsonaro (o discurso anticorrupção e o discurso anticrime) foi apontado por 8% dos policiais militares. Um fator de caráter generalista que atingiu a maioria dos brasileiros que depositaram seu voto em Bolsonaro, não sendo um elemento restrito à classe policial. O discurso anticorrupção e anticrime encarnam duas chaves principais que motivaram o voto. Aqui também reside uma das principais formas de fomento do antagonismo. Inimigos rotulados servem de bandeira à obtenção de voto, e nesse sentido os políticos identificados nos escândalos de corrupção formam a base do antipetismo. Os criminosos de toda sorte aparecem como inimigos da população “de bem”<sup>39</sup> e passam ao rol dos inimigos.

Os escândalos de corrupção de governos anteriores foram apontados por 8% dos respondentes como elemento que os motivou a votar em Bolsonaro. Esse elemento se relaciona com o elemento anterior, na medida em que não apenas os discursos populistas prometam um governo sem corrupção, mas também porque esta resposta demonstra a insatisfação desse eleitor com a crise política. A corrupção em todo o mundo é tratada como um mal a ser combatido e sempre há promessas nesse sentido. Muito embora internamente a corrupção seja vista como um verdadeiro tabu, mesmo que sabedores de sua existência na PMERJ, o policial militar parece se importar mais quando a corrupção é vista de longe, de um lugar distante do poder central, resignificando-a politicamente como o verdadeiro mal, absorvendo o conteúdo dos discursos do líder. A verdade se apresenta muito mais simples como uma verdadeira relativização sobre o tema corrupção parecendo resumir a corrupção apenas aos desvios de dinheiro público.

A ameaça de implantação de políticas de esquerda (“socialistas” e “comunistas”) foi para 8% da amostra o elemento que estimulou o voto em Bolsonaro. Teorias da conspiração,

---

<sup>39</sup> Como quando Bolsonaro disse que a população “de bem” aramada pode “resistir a um ditador de plantão” (SCHUCH, 2022), se referindo a esquerda.

*fake news* sobre um “perigo vermelho”, uma “conspiração comunistas” entre outras ideias que buscam criar o oponente político como inimigo foram muito difundidas no período da campanha bolsonarista, tendo como parâmetro o auge da crise humanitária da Venezuela, a fuga de pessoas daquele país via fronteira seca com o Brasil.

O antagonismo político “nós” contra “eles” fomentado pelo bolsonarismo criou um pânico anticomunista, em que as ações dos partidos de esquerda passaram a ser o “outro repugnante”, a “causa de todos os males”.

Finalmente, vale destacar que um dos golpes de mestre da campanha Bolsonaro foi incorporar como seu símbolo maior a camisa canarinho, já apropriada para a direita pelo antipetismo dos anos anteriores. Desde o início, a campanha do PSL contrapôs o verde-e-amarelo ao vermelho do PT, do MST, do comunismo, como se o que ele representasse não fosse parte legítima da nação brasileira: “nossa bandeira nunca será vermelha”. “Esquerdistas” eram repetidamente exortados a deixar a nação, para Cuba ou para a Venezuela (CESARINO, 2020a, p. 114).

Esse exemplo agrupou-se com os ideais mais apurados do guru bolsonarista Olavo de Carvalho, que desenvolveu ao longo de sua vida diversas interpretações acerca do tema. O escritor e uma das referências do bolsonarismo deixou várias obras sobre o “perigo do comunismo”, sobre o “mal que representa”, elaborando e promovendo esse terror irreal no imaginário de seus seguidores e apoiadores bolsonaristas. Nesse sentido, a guerra ideológica já em curso formou um pilar para que os simpatizantes pudessem depositar seu voto sobre esse embasamento.

Patriotismo e culto aos valores nacionais propostos por Bolsonaro foi o que motivou 7% dos respondentes a aderirem a Bolsonaro. “Deus, pátria e família” estampou o seu principal *slogan* de campanha. A pátria, como diz Bolsonaro, estaria sendo vilipendiada e humilhada. Sempre tendo como parâmetro outros países menos favorecidos em matéria de recursos naturais, porém mais desenvolvidos. A comparação sempre exaltava o potencial de ser uma nação pioneira e de vanguarda no mundo, evocando ainda o nacionalismo e protecionismo econômico como sendo a solução que salvaria o Brasil.

Os valores nacionalistas aprendidos como ex-militar estavam em seu vocabulário e a corruptela de um ditado militar entoado no exército brasileiro, “Brasil acima de tudo”, foi estrategicamente relacionada a um apelo religioso, transformou-se no jargão: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Essa exaltação ao patriotismo pelo visto alcançou os policiais militares que também possuem essa característica em sua formação profissional. O patriotismo pregado na formação militar é uma herança dos tempos ditatoriais em que a Polícia Militar atuava mais ativamente a serviço do Exército. Essa herança agora encontra no policial militar um sentimento de

pertencimento e de lugar já que o Exército brasileiro é hoje em dia uma instituição respeitável e de confiança dos brasileiros.

Responderam que o motivo que os fez votar em Bolsonaro é por se sentir-se representado e acolhido 7% dos respondentes. Sentir-se representado evoca diversos caracteres de identificação com o político em convergência com o que emana e o que é percebido pelo eleitor. Sentir-se acolhido é uma extensão dessa representatividade, tendo um caráter quase paternal, de conforto e carinho. Sabemos bem que esses sentimentos são fabricados e obviamente esse afeto também.

Os que justificaram seu voto em Bolsonaro apontando a possibilidade de rompimento com a “velha política” representou 7% da amostra, confirmado um anseio que não é próprio só do policial militar, mas da população em geral. Esse elemento tem capitaneado eleitores, na medida em que se tornou uma promessa de campanha e contribuiu de maneira clara para o movimento pendular de proximidade ao bolsonarismo.

Diante da falência de partidos, sindicatos e líderes políticos tradicionais, progressivamente deslocados para o centro do espectro ideológico, a direita radical apresenta-se como capaz de romper com esse cartel em nome dos reais interesses do povo, que é apresentado como totalidade boa e homogênea (os cidadãos de bem), a partir de discursos maniqueístas voltados contra uma elite corrupta que o ameaça. (GRACINO JÚNIOR, GOULART, FRIAS, 2021, p. 552).

É importante observar que durante os três anos de governo como já mencionamos neste trabalho, essa promessa se revelou mais complexa de ser cumprida do que esperava seu interlocutor, o que contribuiu para uma quebra de confiança em Bolsonaro por parte de seus apoiadores. Um episódio marcante sintetiza essa insatisfação. No seu “cercadinho” na saída do Palácio do Alvorada, em agosto de 2022, Bolsonaro recebeu uma crítica de um Youtuber, cabo do Exército, entusiasta do militarismo e advogado, que lhe atribuiu a alcunha de “tchutchuca do centrão”<sup>40</sup>.

O fato de Bolsonaro repugnar criminosos foi a razão apontada por 7% dos respondentes. Esse tipo de discurso violento, típico do populismo autoritário, coopta grande interesse de seus apoiadores, que diante de uma real crise de Segurança Pública, consideram a violência e o radicalismo como a solução para a criminalidade. No caso dos policiais militares há uma dupla motivação. Isso, porque muitos policiais se sentem desrespeitados em seu ofício ao prenderem reiteradamente o mesmo criminoso muitas vezes pelo mesmo crime. O jargão “não dá nada” é entoado e praticado de fato em nosso sistema penal e se manifesta em outro jargão popular entre os policiais, “enxugar gelo”. Bolsonaro com suas promessas de endurecimento das leis e seu

---

<sup>40</sup> In: Lage (2022).

reconhecido desprezo por criminosos comuns ombreia com os interesses policiais e mais uma vez reforça seus laços de apoio.

O fator identificação ideológica foi indicado como motivação para apoiar Bolsonaro por 6% do público policial militar questionado por nós, que se declarou majoritariamente sendo de direita. Os *slogans* de campanha, os discursos conservadores, as ações políticas convergem no sentido de alimentar essa admiração. Conforme apuramos na Tabela 17, um total de 71% dos policiais militares orbita no espectro ideológico de centro-direita, direita e extrema-direita, esse resultado motivacional do voto valida mais uma vez a razão da pesquisa.

O sentimento histórico de abandono por políticos anteriores foi a resposta de 5% do público. Dado que nos faz retornar à questão do ressentimento e sua relação com a adesão política, na escolha em quem votar. Notemos que diversas proposições como opção nos confirmam que esse elemento (ressentimento) está presente de forma marcante no policial militar. O aparecimento dessa figura mítica se apresenta como um salvador capaz de resgatar a dignidade da classe e trazê-la ao lugar que lhe é devido.

A promessa de segurança jurídica à atividade policial aparece com 4% das opções, e complementa outras questões como a do abandono, da valorização da profissão, da repulsa aos criminosos. Essa questão é importante para o profissional de Segurança Pública, sobretudo no Rio de Janeiro onde há maior número de embates armados.

Apesar de haver previsão de assistência jurídica em seu estatuto, o policial militar sente-se desamparado quando suas ocorrências são levadas às cortes militares, uma vez que não há na prática esse apoio. Muitos entendem que os criminosos são tratados de forma privilegiada e os policiais vistos como carrascos. Essa impressão muita das vezes leva ao entendimento de que o aspecto ideológico tenha influência nas decisões judiciais. Assim, a promessa feita por Bolsonaro coopta uma parcela atenta de policiais militares que entendem ser essa uma questão relevante.

A simplicidade de Bolsonaro em sua campanha motivou 3% dos respondentes a votar nele. Essa estratégia de marketing utilizada por Bolsonaro é claramente uma tentativa de aproximação com o eleitor médio, mais humilde. As ações de Bolsonaro durante a campanha, com suas *lives* feitas em sua garagem, sob uma prancha de *surf*, uma mesa posta de café contendo basicamente o que todo brasileiro médio come em uma de suas refeições, bem como a exaltação de que sua campanha não tinha tempo de televisão ou dinheiro para gastar, atribuiu de fato um valor muito simbólico de simplicidade.

Esse aspecto serviu claramente de fator de identificação e carisma, aumentando a empatia entre os apoiadores e o político. A simbologia secundária que transmitia destoa das

cifras milionárias que eram apreendidas em apartamentos de luxo, das propriedades nababescas mostradas na Operação Lava Jato, bem como dos valores mencionados. Esse contraste serviu não somente ao policial militar, mas também ao público em geral.

A negatividade inerente à personalidade de Jair Bolsonaro, que não podia ser facilmente escondida, foi repaginada e apresentada ao eleitor como sinal de simplicidade, humildade e bom humor. Construiu-se a imagem de Bolsonaro como um homem simples, portador de simpatia, dos preconceitos e autoritarismo típicos do brasileiro, e, ao mesmo tempo, como personagem extraordinário da política brasileira, o herói que iria colocar o Brasil “acima de tudo” (CASARA, 2020, p. 141).

A ausência de opções políticas viáveis foi o que 2% dos respondentes mencionaram como razão para terem votado em Bolsonaro. Provavelmente, recai sobre aquele policial militar indeciso, ou que apenas tem ressalvas com o PT e a esquerda em geral. Essa opção figura como sendo uma realidade vivenciada em 2018, onde de fato percebemos o acirramento do antagonismo político. Aqueles que depositaram seu voto em Bolsonaro por falta de opções aparecem em diversas tabelas acima, sobretudo na tabela 19, onde não votar em Bolsonaro na próxima eleição aparece com os mesmos 2%, já sinalizando seu desencanto com a política.

Para 2% dos policiais militares abordados pelo *survey*, Bolsonaro ser militar da reserva é o motivo de terem votado no candidato da extrema direita. O dado demonstra que há um sentimento de identificação com a trajetória de militar de Jair Bolsonaro, como ex-militar e capitão da reserva do Exército Brasileiro. Nenhuma menção como “capitão” é por acaso. Os apoiadores de Bolsonaro são observados por diversas vezes o tratando dessa maneira publicamente. Esse reforço gera nos militares um reconhecimento subliminar que leva ao afeiçoamento.

A identificação religiosa é apontada apenas por 2% dos respondentes, portanto, não aparece com um dos principais motivos que motivou o público policial militar a votar em Bolsonaro. Todavia, devemos destacar, pois as ações de Bolsonaro com religião são nitidamente utilitaristas. Confessamente católico, seu casamento com uma evangélica e essa necessidade de externalizar isso o faz transitar por ambos os mundos teológicos. Essa relação proximal com o cristianismo anestesia temporariamente as discordâncias entre católicos e protestantes, unindo-os no ideal bolsonarista.

Por fim, a identificação com os discursos politicamente incorretos de Bolsonaro foi o que motivou apenas 1% do público policial militar, sinalizando que para os policiais militares esse não foi o fator determinante de seu voto. Chega a ser compreensível, porém, o alcance de um discurso radical muita das vezes atinge as camadas subliminares do cérebro, influenciando diretamente das sombras.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontam Morelock e Narita (2019, p. 33) diversas correntes sociopolíticas contemporâneas (nacionalismo, nativismo, formas de dominação autocrática, reação iliberal, ascensão transnacional da extrema-direita conservadora e formas progressistas da política de esquerda) tem sido colocadas lado a lado no rol dos *populist studies*. E meio a essa proliferação de pesquisas sobre o populismo, um vasto material acerca do movimento populista de direita no Brasil, nomeadamente o bolsonarismo vem sendo produzido. Por exemplo, a adesão ao bolsonarismo tem sido objeto de incessante estudo entre os acadêmicos, sobretudo, no campo das Ciências Sociais.

Na esteira desses estudos é que este trabalho – longe de querer esgotar a questão – se apresenta como mais uma contribuição científica para o referido campo de estudos. Assim, buscamos desenvolver nesta pesquisa mais um recorte sobre o fenômeno bolsonarista – ou seja, que trate da relação desse movimento da nova direita brasileira com o público policial militar, especificamente, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). O anseio de quantificar, dimensionar, materializar e situar o contexto de adesão ao movimento bolsonarista entre as tropas da PMERJ motivaram a investigação junto a esse público.

Dito isso, o objetivo deste trabalho foi analisar a reverberação na PMERJ do movimento bolsonarista. Assim, perseguindo elementos empíricos que ajudem na compreensão do problema de pesquisa – *i. e.*, quando e por que o público policial militar da PMERJ aderiu ao bolsonarismo – a análise, fundamentada em uma abordagem teórica que reflete sobre o populismo (LACLAU, 2013, 2009a, 2009b; MOUFFE, 1999, 2001, 2009, 2015, 2021; entre outros), buscou dimensionar a política antagonista em tela e diagnosticar os motivos que levaram à cooptação de parcela dos policiais militares a esse movimento político/ideológico.

Buscando responder ao problema de pesquisa, primeiro analisamos os principais elementos que levaram ao surgimento e ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao poder e o aparecimento do bolsonarismo como base ideológica da nova direita brasileira. Com base em bibliografia e estudos desenvolvidos recentemente, foi possível contextualizar sociologicamente os elementos históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais que contribuíram para o aparecimento do bolsonarismo como movimento político no Brasil.

Também identificamos os tipos de eleitores de Bolsonaro e delineamos quais são as características deste líder populista que arregimentou grande contingente de eleitores, analisando-se brevemente os elementos que estabeleceram as condições para a adesão de um

público tão diverso, que nas eleições de 2018 escolheu Bolsonaro como presidente do Brasil.

A propósito do objeto desta pesquisa, para ajudar no entendimento dos motivos que construíram a adesão líder-povo entre Bolsonaro e policiais militares, buscou-se também compreender o arcabouço ideológico do bolsonarismo e a performance discursiva bolsonarista. Processo feito a partir de uma reflexão sobre a proximidade estratégica e tática que possui esse movimento com o Fascismo Clássico, ou melhor, com a política fascista (STANLEY, 2018; ECO, 1995). Como refletimos, taxar a nova direita de fascista pode ser muito precipitado, muito embora seja tentador. A verdade é que não existem elementos suficientes para dizer que o que vemos atualmente é a repetição *ipsis litteris* de todos os termos formadores e constitutivos do Fascismo Clássico da década de 1930, porém, pode-se dizer que os novos movimentos populistas de extrema direita como o bolsonarismo se valem de uma política fascista (STANLEY, 2018).

Como lembra Eco (1995, p. 11), “o protofascismo ainda está à nossa volta, às vezes à paisana”. Nessa senda, podemos concluir que tanto o bolsonarismo quanto o Fascismo Clássico apresentam faces distintas por inúmeras razões, entretanto, são feitos do mesmo material. Isto é, no tempo presente – marcado por um contexto de pós-verdade e uso político das redes sociais – o bolsonarismo utiliza certos mecanismos fascistas de sucesso como a propaganda, a desinformação e o irracionalismo. Todavia, a ausência de uma polícia secreta para combater os “inimigos do Estado” e de um Tribunal Especial para defesa dos interesses do Estado, a incapacidade de formar um partido político (Aliança pelo Brasil), o apoio limitado do Exército, os freios legais impostos pelo STF aos intentos autoritários revelam que muito falta a Bolsonaro e ao bolsonarismo para efetivamente realizar suas pretensões de cunho autoritário.

Ao identificar o perfil do policial militar do Rio de Janeiro pudemos elencar os elementos que atuaram como facilitadores para a reverberação e adesão ao bolsonarismo por parte significativa da tropa da PMERJ. Aprofundamos questões muito particulares de uma classe que vem ganhando atenção no mundo político, uma vez que o seu protagonismo está atrelado tanto ao papel que desempenham socialmente quanto à importância que passaram a ter com a ascensão bolsonarista.

Ao identificarmos no discurso bolsonarista os elementos que conduziram e levaram à cooptação de grande parte do efetivo da PMERJ a esse movimento político, conseguimos demonstrar os principais elementos que funcionaram como pontos nodais geradores de identificação da tropa com o fenômeno bolsonarista. Como refletimos, o ressentimento (KHEL, 2011, 2020) desenvolvido no seio da tropa da PMERJ ao longo do tempo, devido à situação de precariedade salarial, de condições de trabalho, baixo reconhecimento social da profissão, etc.,

foi canalizado e gerou vínculos de identificação entre Bolsonaro e o eleitorado. O ressentimento foi a emoção que catalisou a adesão do policial militar, mobilizando o seu *ethos* guerreiro (ELIAS, 1993) introjetado em direção ao apoio ao candidato da extrema direita.

O bolsonarismo – para usar os termos de Morelock e Narita (2019) – como produto e *leitmotiv* de uma crise de representação na política brasileira nos faz refletir sobre todas as tensões que vivenciamos nesses últimos anos (flertes com golpes de Estado e rompimento institucional, estagnação econômica, avanço da fome e da miséria, aumento da desigualdade social, atuação desastrosa em relação à pandemia de Covid-19, entre outros elementos).

O discurso bolsonarista acirrou a polarização e a radicalização política, estratégia fundamentada em um antagonismo amigo-inimigo, em que os opositores políticos passaram a figurar como inimigos a serem eliminados. Essa performance discursiva de Bolsonaro, por meio de uma lógica da equivalência por um lado e através da lógica da diferença por outro (LACLAU, 2009a), agrupou diferentes eleitores em torno de seu projeto conservador e autoritário de poder, na medida em que se aproveitou da insatisfação antissistêmica latente (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Em um contexto neoliberal financeirizado de acelerada transformação da relação entre capital e trabalho com crescente perda dos direitos trabalhistas, uberização das relações de trabalho, fomento à individualização (empreendedorismo) que repercute na descoletivização da sociedade, com relações cada vez mais descartáveis e fluídas (BAUMAN, 2003), o sentimento de insegurança gerado leva grande parte da população a se apegar às tradições e ao conservadorismo, relegando as mudanças sociais – sobretudo, aquelas advindas de lutas de minorias oprimidas por redistribuição e reconhecimento – como imorais, e fonte de opressão.

De outro modo, parte da população passa a agir amparado em uma “retrotopia” (BAUMAN, 2017) que situa no passado mítico (no caso em tela, em um passado autoritário da Ditadura Militar) a solução para os problemas gestados pelo avanço do capitalismo nos dias de hoje. Assim, em oposição a um inimigo apresentado pelo líder populista da extrema direita – a “esquerda”, o “comunismo”, etc. –, construiu-se “uma cadeia de equivalência articulada através de identidades vagas como indivíduos, cristãos, trabalhadores ou ‘patriotas’, colocados como preteridos ou oprimidos pela militância pelo direito à diferença” (CESARINO, 2020a, p. 109).

O bolsonarismo se apresenta de forma antagônica a esse panorama, angariando considerável parcela que se sente insegura e desprivilegiada com as mudanças em curso. A retórica bolsonarista traz uma falsa promessa de que tudo será diferente, de que se está contra tudo e todos (*establishment*). Esse aspecto do bolsonarismo é valorizado entre seus apoiadores, pois é capaz de trazer uma resposta frente ao pânico moral anticomunista que a própria extrema

direita contribui para fomentar.

Nessa conjuntura, a retórica maniqueísta do populismo de direita promovido por Bolsonaro simplifica a realidade, atribuindo a um “inimigo” (o *establishment*, a elite política corrupta, a esquerda) a responsabilidade por todos males que acometem a sociedade (desemprego, violência, mudança nos costumes, etc.). Na era do populismo digital (CESARINO, 2020a), da pós-verdade e flagrante crise no sistema de peritos (CESARINO, 2021), são exatamente esses julgamentos políticos simples e reducionistas, compartilhados com extrema velocidade nas redes sociais, o “que permite o alargamento inigualável da mobilização do tipo populista” (CESARINO, 2020a, p. 101). Isto porque, a mobilização populista “não tem como condição de possibilidade nenhum tipo de educação política no sentido específico: as pessoas fazem seus julgamentos através dos mesmos parâmetros utilizados em situações da vida cotidiana” (op. cit.).

Enfim, tendo em vista esse elo de identificação afetiva entre um público eleitor com demandas insatisfeitas, imbuído de ressentimentos e temores, e o líder (Bolsonaro), neste trabalho se buscou especificamente considerar a racionalidade existente na identificação entre PMs e os discursos bolsonaristas. Ou seja, tomou-se como objeto o estabelecimento do bolsonarismo na PMERJ como caso exemplar.

Assim, considerando o problema da pesquisa, aplicamos um *survey* junto ao efetivo da PMERJ entre setembro e novembro de 2021 e, à luz de uma bibliografia sobre o tema, a interpretamos e analisamos os dados. O *survey* possibilitou uma caracterização dos policiais militares e a compreensão da maneira com que os elementos do discurso bolsonarista mobilizaram boa parte dos desse público, traduzindo-se em uma maciça adesão a seu discurso, materializada em 94% do percentual de policiais da PMERJ que afirmam ter votado em Bolsonaro nas eleições de 2018.

Entre os motivos que explicam o voto policial militar em Bolsonaro, figuram razões como: a proteção da família e valores tradicionais; a possibilidade de reconhecimento e valorização da profissão e do policial militar por Bolsonaro; o discurso anticorrupção e discurso anticrime; os escândalos de corrupção de governos anteriores; a advertência de implantação de políticas de esquerda (socialistas e comunistas); o patriotismo e culto aos valores nacionais propostos por Bolsonaro; o despertar de um sentimento de representação e acolhimento; a sinalização de rompimento com a “velha política” e os modelos políticos praticados; a identificação ideológica e a ojeriza aos criminosos.

Tais elementos ratificam de forma empírica toda construção teórica que foi desenvolvida na análise sobre o bolsonarismo. Esses elementos indicam a maneira que o eleitor

percebe o político e em uma tentativa de justificar seu voto. De maneira lógica externalizam suas impressões na mesma proporção que revelam seus valores e sua forma de compreensão política e social. Casara (2020) nos traz um panorama sobre o bolsonarismo que se situa em duas dimensões. A dimensão mítica e a dimensão do sintoma. Tomando emprestado as considerações de Lacan e as aplicando para a análise do bolsonarismo, Casara nos apresenta uma perspectiva dualista que escapa ao eleitor bolsonarista. Primeiro, Bolsonaro enquanto mito representa toda fantasia-mercadoria fabricada no entorno de *fake news*, representando tudo aquilo que não pode ser dito em sociedade (p. ex., Bolsonaro se tornou “mito”, entre outras coisas, porque se tornou um ícone do uso do discurso politicamente incorreto), o voto do eleitor ressentido, o imaginário de salvação e heroísmo simbólico e infalível.

Já Bolsonaro como sintoma, apresenta-nos um panorama que escapa a esse eleitor, seja por razões afetivas, seja por razões conformistas, mas sobretudo, por ser uma “verdade travestida de mentira”, capaz de revelar muito sobre a própria sociedade que o escolheu e o elegeu.

Um exemplo desse retrato foi constatado na pesquisa apresentada. Quando perguntados se consideravam Bolsonaro um político de posicionamentos extremistas, uma considerável parcela dos que responderam à pergunta negou tal situação. Especificamente, somando quem respondeu “nunca” e “raramente” consideram Jair Bolsonaro um político extremista, um percentual de 45%. Esse retrato ratifica as teorizações de Casara (2020) e escancara que a visão mítica do líder, pode gerar uma relativização em relação aos fatos que cercam seu representante por parte do eleitor.

Amparado em Setzler (2021), há convergência dos resultados obtidos no *survey* com as conclusões do autor. Segundo o autor, a complexidade social que os brasileiros enfrentaram antes de 2018 proporcionaram um ambiente favorável a ascensão de Bolsonaro. Setzler (2021) confirma o movimento pendular que rechaçou o PT e aproximou o eleitor de Bolsonaro no espectro ideológico, e nessa mesma toada, questões relevantes como sexualidade, minorias, segurança democrática e das instituições parecem ter uma relevância secundária se comparadas as afinidades ideológicas e partidárias. Nas análises descritas pelo autor, o “efeito Trump” fora dos EUA e os respectivos movimentos de direita (nacionalistas) devem ter uma visão mais reticente, ou seja, a escolha do voto não pode ser presumida pela simples concordância de ideias e opiniões. Essas descobertas são extremamente relevantes e se adequam ao próprio público Policial Militar.

Por fim, chegamos à conclusão de que é muito precoce estabelecer uma projeção para o futuro sobre o bolsonarismo na política brasileira. Estabelecer se é um movimento perene ou se

é um movimento passageiro é uma previsão que não é possível ser feita aqui. Para isso, as eleições de 2022 fornecerão parâmetros mais precisos para a continuidade da investigação.

No que se refere aos dados coletados durante essa pesquisa, apenas é possível apontar que entre os policiais militares da PMERJ há a sinalização de manutenção de apoio ao bolsonarismo, ainda que tenham sido identificados percentuais que apontem para uma retração em um tipo de apoio incondicional, massivo.

Diante de tudo que foi exposto, resta claro que a complexidade sobre o tema envolve elementos que são incontroláveis à lógica. Em um ambiente marcado pelo “retorno do político” em que as emoções passam ao centro do jogo político, paixão, gozo e ressentimento são combustíveis que quando misturados ao ingrediente político, pode nos conduzir a um campo de incertezas que nos encontramos hoje.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodore. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARLEQUINS. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, s. d. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/arlequins>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Introdução. In: BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1645-1678, 2021.

BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe; ARCARY, Valério. **O ovo da Serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

BEZERRA, Gabriella Maria Lima; VIEIRA, Márcia Paula. Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 36-59, 2022.

BEZERRA, Laissa Rodrigues. **A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Uma análise socioeconômica**. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23707/Disserta%20c3%a7%20a3o%20FINAL%20-%20Laissa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BLYTH, Mark. Disembedding liberalism in the United States. In: BLYTH, Mark. **Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century**. New York: Cambridge University Press, 2002, p. 152-201.

BOCKORNI, Rodrigues Silva; GOMES, Almira Ferraz. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, 2021.

BOLSONARO sobre a vacina da Pfizer: “se você virar jacaré, é problema seu”. **Diário de notícias**, 18 de. 2020. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina>>

de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOLSONARO, Jair. **O caminho da prosperidade**: Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: <[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2002.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. First edition. 2015.

BROWN, Wendy. Apocalyptic populism. **Eurozine**, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.eurozine.com/apocalyptic-populism/#>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARUS, Tito Lucretius. **De Rerum natura**: Livro I. Tradução de Juvino Alves Maia Junior, Hermes Orígenes Duarte Vieira, Felipe dos Santos Almeida. João Pessoa: Ideia, 2016.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. **Das Práticas e dos Seus Saberes**: A construção do “fazer” policial entre as praças da PMERJ. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CARVALHO, Priscila Ramos; CASTRO, Paulo César; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Desinformação na pandemia de Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro. **Em questão**, v. 27, n. 3, p. 14-30, jul.-set. 2021.

CASARA, Rubens R. R. Bolsonaro o mito e o sintoma. São Paulo. Editora Contracorrente, 2020.

CASTEL, Robert. PrefaciomaUna gran transformación. In: CASTEL, Robert. **El Ascenso de las Incertidumbres**: Trabajo, Protecciones, Estatuto del Individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 15-55.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet e sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020a.

CESARINO, Letícia. How social media afford populist politics: remarks on liminality based on the Brazilian case. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 1, p. 404-427, jan.-abril. 2020c.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei,

bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. O fetichismo do QAnon. **Jacobin Brasil**, 11 nov. 2020b. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/11/o-fetichismo-do-qanon/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CESARINO, Letícia. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. **Ilha**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CESARINO, Letícia. When Brazil's voters became followers. **Anthropology news**, 14 set. 2020d. Disponível em: <<https://www.anthropology-news.org/articles/when-brazils-voters-became-followers-2/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CORONAVÍRUS: Brasil confirma primeiro caso da doença. **Una-SUS**, 27 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COUTO; Cláudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. De protagonista a parceiro da governabilidade: o papel ambíguo e indispensável do PMDB no sistema político brasileiro. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto de; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho (Orgs.). **Análise política & jornalismo de dados: ensaios a partir o Basômetro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 57-74.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. Mídia e segurança pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumin**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 1-21, dez. 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DARDOT, Pierre, Christian Laval. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A grande virada. In: DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 189-243.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano. **O regime de Bretton Woods para o comércio mundial: origens, instituições e significado**. Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e cultura**, v. 13, n. 2, p. 55-72, dez. 2018.

DORIA, Pedro. **Fascismo a brasileira**: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo**: a revolta contra a

democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ECO, Umberto. A nebulosa fascista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 maio 1995, Caderno Mais. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/mais!/14.html>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ECO, Umberto. O Fascismo Eterno. In: ECO, Umberto. **Cinco Escritos Morais**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. 2 volumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1993.

ENTENDA como os minions viraram apelido para os apoiadores de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jul. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/07/entenda-como-os-minions-viraram-apelido-para-os-apoiadores-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FARBER, David. The silent majority and talk about revolution. In: Farber, David (ed.). **The sixties**: From memory to history. Chapel Hill; London: University of North Caroline Press, 1994, p. 222-240.

FARIA, Marcos Alexandre Gennari. **No meio do caminho tinha uma estrela**: mobilizações à ascensão de Jair Bolsonaro (2013-2018). 2020. 78 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. Edição 2018. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acesso em: 1 jan. 2022.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; COIMBRA, Mayra Regina; CAMPOS, Mariane Motta de. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-18, dez. 2020.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o marxismo**, v. 5, n. 8, p. 46-67, jan.-jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. 30ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia literária. 2019.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**: Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936) – Obras completas. São Paulo: Martins Companhia das Letras, 2010. v. 18.

GALLEGOS, Franklin Ramírez. La pendiente neoliberal: neofascismo, postfascismo, autoritarismo libertario. In: HERNÁNDEZ, Adoración Guamán; ARAGONESES, Alfons; MARTÍN, Sebastián (Orgs.). **Neofascismo**: La bestia neoliberal. Espanha: Siglo XXI, 2019, p. 19-38

GAMA, Roners. Os nove princípios do policiamento por Sir Robert Peel. **Polícia fortalecendo a cidadania**, 8 jan. 2011. Disponível em: <https://policialdofuturobsb.wordpress.com/2011/01/08/os-nove-principios-do-policiamento-por-sir-robert-peel/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GISI, Bruna; SILVESTRE, Giani. **Expectativas desencaixadas: o problema da construção da autolegitimidade entre policiais militares**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/fgTB4xnYQrFvzb9NS88Tc7g/?lang=pt>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Olímpio. Polícia x imprensa ou polícia + imprensa. **Alesp**, 26 maio 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=290505>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. Minas são muitas, mas convém não exagerar: identidade local e resistência ao pentecostalismo em Minas Gerais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 185-190, jan./abr. 2008 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/JQFgTzNGyNgFY5MmkFG6cFq/?lang=pt>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GRACINO JÚNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 23, n. 51, p. 547-579, maio-ago. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro. Ed. Civ. Brasileira, 2004. v. 2.

HAKIM, Catherine. **Capital erótico**: pessoas atraentes são mais bem sucedidas. A ciência garante. Tradução Joana Faro. Rio de Janeiro: Best business, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. Teletrabalho, Zoom e depressão: o filósofo Byung-Chul Han diz que exploramos a nós mesmos mais do que nunca. **El país**, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-03-23/teletrabalho-zoom-e-depressao-o-filosofo-byung-chul-han-diz-que-nos-exploramos-mais-que-nunca.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HILL, Napoleon. **A lei do triunfo**: curso prático em 16 lições – ensinando, pela primeira vez na história do mundo, a verdadeira filosofia sobre a qual repousa todo o triunfo pessoal. Tradução de Ferando Tude de Souza. 36 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. Disponível em: <<https://siceducao.com.br/wp-content/uploads/2020/04/A-Lei-do-Triunfo-Napoleon-Hill-1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas.>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IONESCO, Eugene. **O rinoceronte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FE SPSP.pdf>>. Acesso em: 22 jan.2022.

KEHL, Maria Rita. O ressentimento chegou ao poder? **Serrote**, 2020b. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>. Acesso em: 15 ago.2021.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿qué nos dice el nombre? In: PANIZZA, Francisco (org.). **El Populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: FCE, 2009. p. 51-70.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿que nos dice el nombre? In: PANIZA, Francisco (Org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009a, p. 51-70.

LAGE, Mariana. “Tchutchuca do Centrão”: saiba a origem da expressão que irritou Bolsonaro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 18 ago. 2022. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/18/interna\\_politica,1387458/tchutchuca-do-centrao-saiba-a-origem-da-expressao-que-irritou-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/18/interna_politica,1387458/tchutchuca-do-centrao-saiba-a-origem-da-expressao-que-irritou-bolsonaro.shtml)>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Rafael-LameiraPauloPeres.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, Josidete Maria de Araújo; FREITAS JÚNIOR, Raimundo Marciano de. Breve análise dos aspectos jurídicos do instituto do *impeachment*. 2022. 35 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Potiguar, Natal, 2022.

MARKOU, G. Prefácio. In: NARITA, F. Z.; MORELOCK, J. **O problema do populismo: teoria, política e mobilização**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019, p. 7-14.

MATOS, Maurílio Castro de. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da Covid-19. **Humanidades & inovação**, v. 8, n. 35, p. 25-35, 2021.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 135-145, jun. 2003.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-647, set.-dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MISHRA, Pankaj. A política na era do ressentimento: o tenebroso legado do iluminismo. In: GEISELBERGER, H. **A Grande regressão: um debate internacional sobre novos populismos e como enfrentá-los**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

MOREIRA, Diego Marques. Hipertimesia. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/neurologia/hipertimesia/>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. Populismo e agitação política no capitalismo tardio: notas de pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SIPPEDES), 3, 2019, Franca. **Anais...** Franca: UNESP – FCHS, 2019. p. 33-50.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político: comunidade, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Barcelona: Paidós, 1999.

MOUFFE, Chantal. Não subestimem o populismo de esquerda. **Outras palavras**, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/chantalmouffe-nao-subestimem-o-populismo-de-esquerda/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: Umf/ Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal: El fin de la política y el desafío del populismo de derecha. In: PANIZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 71-96.

MOURA, Maurício. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MOYA, Juan Sandoval. ¿Qué sujeto? ¿Qué cambio?: Laclau y el problema del sujeto de la acción política transformadora. **Revista Pleyade**, Santiago de Chile, n. 16, p. 139-164, jul.-dez. 2015.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “**Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. PMs, milícias e governo Bolsonaro: uma relação de apoio, favores, vantagens, privilégios e carteiradas. Entrevista especial com Jaqueline Muniz. **Instituto Humanitas Unisinos**, 07 maio 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/609020-pms-milicias-e-governo-bolsonaro-uma-relacao-de-apoio-favores-vantagens-privilegios-e-carteiradas-entrevista-especial-com-jacqueline-muniz>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NASCIMENTO, Kamila Lima do. O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda? **Revista Estudos Políticos**, v. 9, n. 1, p. 32-49, 2018.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

NICOLAU, Jairo. Prefácio. In: MOURA, Maurício. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Gabriel Valladao Silva. Porto Alegre: L&PM editora, 2015.

O RECADO do general Villas Boas aos manifestantes bolsonaristas. **Veja**, 15 nov. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-recado-do-general-villas-boas-aos-manifestantes-bolsonaristas/>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

OFFE, Claus. Some contradictions of the modern welfare state (1981). In: OFFE, Claus. **Contradictions of the Welfare State**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984, p. 147-161.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro**. Tese de Doutorado em Sociologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, 2009, p. 400.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception: Mutations in citizenship and sovereignty**. London: Duke University Press, 2006.

ORIGENS do golpe. **Memórias da ditadura**, s. d. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>>. Acesso em 16 fev. 2023.

PANORAMA da resistência. **Memórias da ditadura**, s. d. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-resistencia/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PAULA, Claudio Paixão Anastácio de; ARAUJO, Eliane Pawlowski Oliveira; SARAIVA, Priscila das Graças Perpétua. Comunicação, informação e imaginário no processo eleitoral brasileiro: o “Messias” Bolsonaro e o mito do rei pela graça. **Prisma**, n. 41, p. 100-122, 2020.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Karoline Claudino Guimarães; CARVALHO, Maíra. Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do Bolsonarismo. **Revista Eletrônica Interações Sociais** Rio Grande, RS, v. 4, n. 1, p. 30-47, jan.-jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11813>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Pinheiro. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: o processo de construção da identidade profissional do policial nas academias de polícia**. Rio de Janeiro. Editora Appris, 2021.

PRADO, Eleutério F. S. Comuns, a racionalidade do pós-capitalismo. Resenha de Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI, de Christian Laval e Pierre Dardot. **Revista O olho da História**, n. p., set. 2017.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2019.

REINIER, Robert. **A política da polícia**. Tradução de Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan.-abr. 2020. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RESSENTIMENTO. In: **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ressentimento>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RIBEIRO, Amanda; MENEZES, Luiz Fernando. **Socorro! Polícia!** São Paulo: Draco, 2018.

RICCI, Rudá. **Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou o seu ovo da serpente**. Curitiba: Kotter

Editorial, 2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 6.579, de 05 de março de 1983. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – RDPM e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/532ff819a4c39de50325681f0061559e/85d7a32b4f996d5903256c230061d4c6?OpenDocument>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 443, de 1 de julho de 1981. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais-militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/b491b877b18a3c79032565a6005def48?OpenDocument>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RODRIGUES, Nelson Lellis Ramos. **O profeta na crise de representação política**: uma face da sociologia do personalismo político-religioso. 2021. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2021.

ROTH, J. ¿Puede el feminismo vencer al populismo? Avances populistas de derecha y contestaciones interseccionales en las Américas. **Ensayos InterAmericanos**, Bielefeld: Kipu-Verlag, Center for Inter American Studies, 2020. v. 4.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar Jr. **Partidários, antipartidários e apartidários**: comportamento eleitoral no Brasil. Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS; Mateus da Cunha; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. A disputa pelo poder político em meio à pandemia de Covid-19: análise do confronto entre João Doria e Jair Bolsonaro. **Panorama**, v. 10, n. 1, p. 8-13, jan.-jun. 2020.

SAPPER, Alexandre Neves; COSTA, Eder Dion de Paula. Os direitos humanos e a democracia: o acúmulo de significantes vazios como entreve para uma real efetivação. **Juris**, Rio Grande, n. 15, p. 81-90, 2010.

SCHUCH, Matheus. Bolsonaro diz que população “de bem” armada pode “resistir a um ditador de plantão”. **Valor econômico**, 11 maio 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/05/11/bolsonaro-diz-que-populacao-de-bem-armada-pode-resistir-a-um-ditador-de-plantao.ghtml>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SECCO, Lincoln. Fascismo no brasil atual: o Bolsonarismo. In: SARTI, Fernando; RODRIGUES, Julian (Orgs.). **Fascismo ontem e hoje**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2021. Coleção Argumento.

SEFAZ-RJ – SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA DO RIO DE JANEIRO. **Caderno de Recursos Humanos**. Subsecretaria de Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro, 2020.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Record, 2015.

SETZLER, Mark. Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views? **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <<https://brazilianpoliticalsciencereview.org/article/did-brazilians-vote-for-jair-bolsonaro-because-they-share-his-most-controversial-views/>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SILVA, Beneticto. **Dicionário de ciências sociais**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de documentação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SOARES, L. E. Globalização como deslocamento de relações intraculturais. In: MENDES, C.; SOARES, L. E. (Eds.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Tradução Bruno Alexander. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake News, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twiter. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n 59.2, p. 1134-1157, mai.-ago. 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.

ZOONEN, Liesbet van. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. Um capitalismo de vigilância. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

## 7- APÊNDICE A – PESQUISA SOBRE AS IMPRESSÕES POLÍTICAS DOS POLICIAIS DA PMERJ

Sou o Major Rodrigo Ciriaco Tjäder, estudante de Mestrado do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o convido a participar de uma pesquisa sobre a sociologia política na PMERJ, suas percepções e impressões, informações e motivos que direcionaram seu posicionamento político a partir de 2018.

Você levará aproximadamente 3 minutos para responder o questionário. Sua participação neste estudo é completamente voluntária, no entanto, se você se sentir desconfortável em responder a alguma pergunta, poderá retirar-se da pesquisa a qualquer momento. Conto com seu apoio!

As respostas de sua pesquisa serão estritamente confidenciais e os dados desta pesquisa serão relacionados apenas em conjunto. Suas informações serão codificadas e permanecerão confidenciais.

Preciso muito da sua ajuda para o sucesso desse trabalho! Obrigado.

### I-INFORMAÇÕES PESSOAIS:

1. Qual o seu Comando intermediário?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1° CPA (Zona Norte e Zona Sul da Capital) | <input type="checkbox"/> 2° CPA (Zona Oeste da Capital) |
| <input type="checkbox"/> 3° CPA (Baixada Fluminense)               | <input type="checkbox"/> 4° CPA (Grande Niterói)        |
| <input type="checkbox"/> 5° CPA (Sul Fluminense)                   | <input type="checkbox"/> 6° CPA (Norte Fluminense)      |
| <input type="checkbox"/> 7° CPA (Região Serrana)                   | <input type="checkbox"/> CPP                            |
| <input type="checkbox"/> COE                                       | <input type="checkbox"/> CPE                            |
| <input type="checkbox"/> DGP                                       | <input type="checkbox"/> Outros                         |

2. Qual seu Posto ou Graduação?

- |  |                                      |                                    |
|--|--------------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> AL CFSD                 | <input type="checkbox"/> SOLDADO     | <input type="checkbox"/> CABO      |
| <input type="checkbox"/> 3° SARGENTO<br>SARGENTO | <input type="checkbox"/> 2° SARGENTO | <input type="checkbox"/> 1°        |
| <input type="checkbox"/> SUBTENENTE              | <input type="checkbox"/> AL OF CFO   | <input type="checkbox"/> ASPIRANTE |

- 2º TENENTE                       1º TENENTE                       CAPITÃO  
 MAJOR                               TEN CEL                               CORONEL

3. Você trabalha em qual tipo de serviço na PMERJ?

- Interno/expediente/administrativo       Externo/operacional  
 Unidade Escolar                               Unidade de Saúde  
 Aposentado                                   Adido

4. Qual a sua idade?

- Entre 18 e 24anos                       Entre 25e29 anos                       Entre 30 e 34 anos  
 Entre 35 e 39 anos                       Entre 40 e 44 anos                       Entre 45 e 49 anos  
 Entre 50 e 54 anos                       Entre 55 e 59 anos                       Entre 60 e 64 anos  
 Entre 65 e 69 anos                       Mais de 70 anos.

5. Qual seu grau de instrução/ escolaridade?

- Ensino Fundamental completo               Ensino Médio Incompleto  
 Ensino Médio completo                       Ensino Superior incompleto  
 Ensino Superior completo                       Pós-Graduação/ Especialização  
 Pós-Graduação Mestrado ou Doutorado

6. Qual sua cor de pele?

- Preto                                       Branco                                       Amarelo  
 Pardo                                       Indígena                                       Prefere não dizer

7. Qual é o seu estado civil?

- Solteiro                                       União estável                                       Casado  
 Divorciado                                       Viúvo

8. Qual sua religião?

- Católico                                       Evangélico / Protestante/ Neopentecostal  
 Espírita Kardecista                       Religião de Matriz Africana  
 Ateu/ Agnóstico                               Sem Religião  
 Outra Religião                               Prefiro não dizer

## II- INFORMAÇÕES POLÍTICAS:

9. Já votou no PT ou PARTIDOS DE ESQUERDA (outros) ANTES de 2018?

SIM                                       NÃO                                       NÃO SEI DIZER

10. Votou no PT ou PARTIDOS DE ESQUERDA (outros) em 2018?

SIM                      Pular para a pergunta 13                                       NÃO

NÃO VOTEI EM 2018      Pular para a pergunta 13                                       NÃO SEI DIZER.

11. Votou em BOLSONARO nas eleições de 2018?

SIM                      Pular para a pergunta 12

NÃO                      Pular para a pergunta 13

NÃO SEI DIZER      Pular para a pergunta 13

NÃO VOTEI EM 2018      Pular para a pergunta 13

12. O que o levou a votar em Jair Bolsonaro?

Marque os 03 (três) fatores que você acha mais relevantes.

Marque todas que se aplicam.

Sentir-se representado e acolhido

Sentimento histórico de abandono por políticos anteriores

Identificação ideológica

Identificação religiosa

O fato de Bolsonaro ser militar da reserva

O fato de Bolsonaro repugnar criminosos

Possibilidade de reconhecimento e valorização da profissão e do policial militar por Bolsonaro.

Ameaça de implantação de políticas de esquerda ( socialistas e comunistas).

Proteção da família e valores tradicionais

Identificação com os discursos polêmicos e politicamente incorretos de Bolsonaro.

Promessa de proteção jurídica à atividade policial

Discurso anticorrupção e discurso anticrime

Simplicidade de Bolsonaro e de sua campanha

Possibilidade de rompimento com a “velha política”

Escândalos de corrupção de governos anteriores

Patriotismo e culto aos valores nacionais propostos por Bolsonaro

Ausência de opções políticas viáveis.

13. Já votou em Bolsonaro ANTES de 2018?

SIM                       NÃO                       NÃO SEI DIZER

14. Votaria no PT ou PARTIDOS DE ESQUERDA numa próxima eleição?

SIM                       NÃO  
 TALVEZ                       NÃO VOTAREI NA PRÓXIMA ELEIÇÃO

15. Votaria no BOLSONARO numa próxima eleição?

SIM                       NÃO  
 TALVEZ                       NÃO VOTAREI NA PRÓXIMA ELEIÇÃO

16. O quanto você se sente representado politicamente pelo Presidente Bolsonaro?



NUNCA                       RARAMENTE                       OCASIONALMENTE  
 FREQUENTEMENTE                       MUITO FREQUENTEMENTE

17. Na sua opinião, o que proporcionou a chegada de Bolsonaro à Presidência?

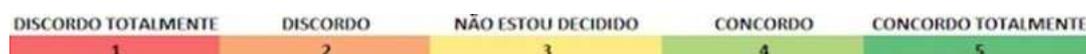
Marque os 03 (três) fatores que você acha mais relevantes.

Marque todas que se aplicam.

- Lava jato
- Impeachment da Dilma Roussef
- Escândalos de Corrupção dos Governos anteriores
- Crítica à ideologia de esquerda
- Ideais conservadores.
- Falta de credibilidade da Imprensa
- O voto dos militares
- O voto dos Evangélicos
- Discursos contra o crime

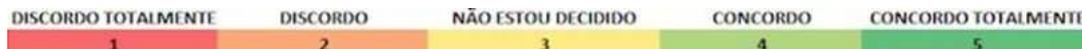
- ( ) Honestidade ou ausência de denúncias de corrupção contra Bolsonaro
- ( ) Insatisfação popular com governos anteriores
- ( ) Possibilidade de mudança política e rompimento com o modelo que vinha sendo praticado.
- ( ) O fato de Bolsonaro ser militar da reserva
- ( ) Acesso a informações diretas das mídias sociais sem o “filtro” da imprensa
- ( ) Outros motivos

18. Você acha que o BRASIL vive atualmente uma crise política?



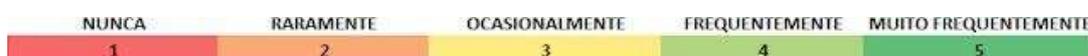
- ( ) DISCORDO TOTALMENTE      ( ) DISCORDO      ( ) NÃO ESTOU DECIDIDO
- ( ) CONCORDO      ( ) CONCORDO TOTALMENTE

19. Você acha que Bolsonaro é o responsável pela crise política do país atualmente?



- ( ) DISCORDO TOTALMENTE      ( ) DISCORDO      ( ) NÃO ESTOU DECIDIDO
- ( ) CONCORDO      ( ) CONCORDO TOTALMENTE

20. Você considera Jair Bolsonaro um político com posicionamentos extremistas?



- ( ) NUNCA      ( ) RARAMENTE      ( ) OCASIONALMENTE
- ( ) FREQUENTEMENTE      ( ) MUITO FREQUENTEMENTE

21. Como você se posiciona político-ideologicamente?



- (-3) EXTREMA ESQUERDA      (-2) ESQUERDA      (-1) CENTRO-ESQUERDA
- (0) CENTRO      (+1) CENTRO-DIREITA      (+2) DIREITA
- (+3) EXTREMA DIREITA      ( ) SEM POSICIONAMENTO POLÍTICO-

IDEOLÓGICO

## 8- ANEXO

**7. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ATOS DO COMANDANTE GERAL**

PORTARIA PMERJ Nº0734, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA O PERFIL PROFISSIONAL DO OFICIAL DO QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO:**

as competências, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho do cargo de oficial de Polícia Militar; e  
a interface dos parâmetros supra com os processos de seleção e formação no âmbito da Academia de Polícia Militar D. João VI.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar, na forma do anexo a presente, o perfil profissiográfico do Oficial de Polícia Militar do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Quartel General, em 19 de dezembro de 2016.

WOLNEY DIAS FERREIRA - Coronel  
Comandante Geral

Anexo à que se refere o art. 1º da Portaria PMERJ n.º 0734/2016

**PERFIL PROFISSIOGRÁFICO – OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR  
QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES (QOPM)**

**1. HABILIDADES COGNITIVAS**

a. Conhecimentos jurídicos compatíveis com a necessidade de:

- 1) discernimento entre crime comum, crime militar, contravenção penal, infração penal de menor potencial ofensivo, ato infracional e fato atípico;
- 2) adequada mediação das ocorrências de natureza penal e penal militar;
- 3) discernimento acerca da natureza da ação penal e de suas implicações do ponto de vista da condução a ser dada à ocorrência;
- 4) operação de legislação, normas e regimentos internos e externos à Corporação, incluindo a legislação específica aplicada às Polícias Militares;
- 5) operação de legislação, normas e regimentos internos aplicados às funções inerentes ao cargo de Oficial QOPM;
- 6) exercício de atividade jurisdicional no âmbito da Justiça Militar;
- 7) condução de processos administrativos disciplinares;
- 8) condução de inquéritos policiais militares e de procedimentos administrativos em geral;
- 9) reconhecimento das competências judiciais em geral;
- 10) reconhecimento das atribuições e competências no âmbito do Ministério Público, da Justiça e da transversalidade de atuação entre as autoridades de polícia ostensiva de preservação da ordem pública e as demais autoridades administrativas; e
- 11) exercício do poder de polícia administrativa de preservação da ordem pública.

b. Conhecimentos multidisciplinares voltados a:

- 1) direitos humanos;
- 2) gestão de recursos humanos e materiais;
- 3) *accountability* (noções de culpa e responsabilidade);
- 4) gestão orientada a resultados;
- 5) gestão financeira e orçamentária;
- 6) gestão de projetos;
- 7) tecnologia da informação;
- 8) comportamento organizacional;
- 9) processo decisório e resolução de conflitos;
- 10) *endomarketing*, *marketing* e mídias sociais;
- 11) história da Corporação;
- 12) geografia e estatística;

- 13) criminologia;
- 14) medicina legal;
- 15) primeiros socorros;
- 16) chefia e liderança;
- 17) psicologia;
- 18) sociologia;
- 19) antropologia;
- 20) ciência política;
- 21) comunicação social e mídia *training*;
- 21) língua portuguesa e norma culta;
- 22) instrução geral militar;
- 23) ordem unida;
- 24) educação física; e
- 25) proficiência em ao menos um idioma estrangeiro.

## 2. HABILIDADES OPERATIVAS

- a. comando de tropa até o nível companhia e voz de comando;
- b. exercício de funções compatíveis com os postos de 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão;
- c. zelo com a guarda dos bens, equipamentos e demais materiais sob sua responsabilidade;
- d. zelo com a imagem própria e da Corporação;
- e. aplicação de técnicas e procedimentos inerentes ao exercício da polícia ostensiva e de preservação da ordem pública;
- f. aplicação de técnicas de negociação e mediação de conflitos;
- g. capacidade de planejamento, criatividade, adaptação e de avaliação de riscos diante de situações concretas e abstratas;
- h. aplicação de técnicas de abordagem, busca pessoal e de imobilização;
- i. domínio de armamentos e equipamentos disponibilizados pela Corporação;
- j. uso gradual, diferenciado e progressivo da força;
- k. aplicação de técnicas de defesa pessoal e de controle de distúrbios civis;
- l. domínio de técnicas de tiro policial defensivo;
- m. capacidade de avaliação quanto à conveniência, oportunidade e legalidade da utilização de armamento letal ou menos letal;
- n. condicionamento físico e mental;
- o. conhecimento dos fundamentos de operações policiais especiais e de policiamento montado;
- p. capacidade de interação social, etiqueta e regramentos sociais básicos;
- q. memória visual, auditiva e fisionômica;
- r. domínio do idioma pátrio para a elaboração esmerada de relatórios técnicos e documentos em geral, incluindo pareceres;
- s. eficiência, eficácia e efetividade no atingimento de objetivos e uso dos recursos disponíveis;
- t. acuidade visual e auditiva;
- u. domínio de equipamentos de tecnologia da informação e de comunicações em geral;
- v. afinidade e emprego de mídias sociais com ênfase na preservação da imagem institucional;
- w. visão sistêmica e capacidade de raciocínio lógico, espacial e abstrato;
- x. boa expressão oral, facilidade de articulação verbal e capacidade argumentativa e de negociação;
- y. provimento de suporte jurídico às atividades operacionais e administrativas do escalão subordinado;
- z. presidência de autos de prisão em flagrante e de processos administrativos disciplinares;
- al. condução de inquéritos policiais militares e demais procedimentos administrativos de natureza investigativa;
- bl. elaboração de peças de informação e de outros registros administrativos de interesse da Justiça e do Ministério Público; e

c1. julgamento de processos judiciais e administrativos.

### 3. HABILIDADES ATITUDINAIS

- a. respeito à vida e à dignidade da pessoa humana
- b. amor corporativo, à causa pública e à verdade;
- c. idealismo e destemor;
- d. probidade, zelo, lealdade e constância;
- e. patriotismo e respeito aos símbolos nacionais.
- f. entusiasmo, amor à disciplina e respeito à autoridade constituída;
- g. capacidade de ação orientada a resultados;
- h. visão operacional, tática e estratégica;
- i. capacidade de discernimento com afastamento emocional;
- j. tenacidade, persistência e determinação;
- k. abnegação e resistência à frustração e à fadiga;
- l. discrição e manutenção de sigilo profissional;
- m. profissionalismo, imparcialidade e impessoalidade;
- n. paciência, cordialidade, urbanidade e assertividade;
- o. espírito de equipe e camaradagem;
- p. flexibilidade, adaptabilidade e resiliência;
- q. humildade e amor ao próximo;
- r. coragem e prudência;
- s. controle emocional, empatia e alteridade;
- t. elevada postura ética e profissional;
- u. motivação, dinamismo e versatilidade;
- v. iniciativa e prontidão;
- w. senso crítico e capacidade de negociação;
- x. capacidade de comunicação oral e escrita;
- y. assiduidade e pontualidade;
- z. capacidade de compreensão da amplitude do conceito de polícia ostensiva, de ordem pública e de intervenção nos atos e fatos de interesse da sociedade;
- a1. capacidade de pautar outros órgãos estatais para a prática de ações que por suas peculiaridades demandem atos concomitantes de autoridades externas à Corporação.

**Tomem conhecimento e providenciem: todas as OPMs.  
(Nota n.º 1245, de 19/12/2016 - GCG)**